



Município de S. Pedro do Sul



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2015

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento.....	1
1.2. Organização Municipal.....	1
1.3. Enquadramento Económico.....	4
1.4 Síntese da Atividade Municipal	7
2. POLÍTICA ORÇAMENTAL	14
2.1. Modificações aos Documentos Previsionais	14
2.2. Execução Orçamental da Receita.....	15
2.3. Execução Orçamental da Despesa	25
2.4. Execução das Grandes Opções do Plano.....	36
2.5. Indicadores Orçamentais	43
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	45
3.1. Análise do Balanço	45
3.2. Análise da Demonstração de Resultados.....	49
3.3. Indicadores Económico-Financeiros.....	54
3.4. Evolução da Dívida Municipal	55
3.5. Limites ao Endividamento	58
3.6. Apuramento dos Custos por Função.....	59
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	62
5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	63
6. ANEXOS	64



1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

A Câmara Municipal de S. Pedro do Sul apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2015, em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Neste documento relatam-se os principais acontecimentos que contribuíram para o desempenho orçamental e patrimonial do município e desenvolve-se uma análise às políticas prosseguidas, aos resultados obtidos e à situação económica e financeira desta autarquia, utilizando, para este efeito, os dados constantes das demonstrações financeiras e dos restantes mapas que integram os documentos de prestação de contas.

1.2. Organização Municipal

O Município de S. Pedro do Sul é composto pelos órgãos eleitos de matriz política, a Assembleia Municipal (órgão deliberativo) e a Câmara Municipal (órgão executivo), e por uma estrutura administrativa, composta pelos diversos serviços municipais, a quem compete a execução das atividades, de acordo com as orientações políticas e estratégicas definidas.

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul é constituída por 35 membros, dos quais 21 foram eleitos diretamente como deputados municipais e 14 desempenham as funções por inerência, na qualidade de Presidentes de Junta de Freguesia.

No presente mandato, os membros do órgão deliberativo têm a seguinte distribuição por forças partidárias:



PS: 19

PSD: 15

Grupo de Cidadãos “Freguesia Valadares Sempre”: 1

Presidente: Vítor Manuel Coelho Barros

Câmara Municipal

O órgão executivo é composto por 7 membros, o Presidente e 6 Vereadores, a quem está incumbida a responsabilidade pela definição e execução das políticas e estratégias municipais, no âmbito das competências que lhes estão legalmente atribuídas.

Presidente: Vítor Manuel de Almeida Figueiredo

Vereadores:

Adriano de Lima Gouveia Azevedo

Francisco José de Matos

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Urbanismo e Obras Particulares, Trânsito e Toponímia, Ordenamento do Território e Urbanismo, Ambiente e Salubridade, Mercados e Feiras, Gestão de Stocks, Defesa do Consumidor, Taxas e Licenças, PDM, Informática e Modernização Administrativa.

Alda Catarina Sequeira Rodrigues

Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Educação, Cultura, Ação Social, Juventude e Tempos Livres, Saúde, Tecnologia e Inovação, Biblioteca e Museus.

Rogério Fernandes Duarte

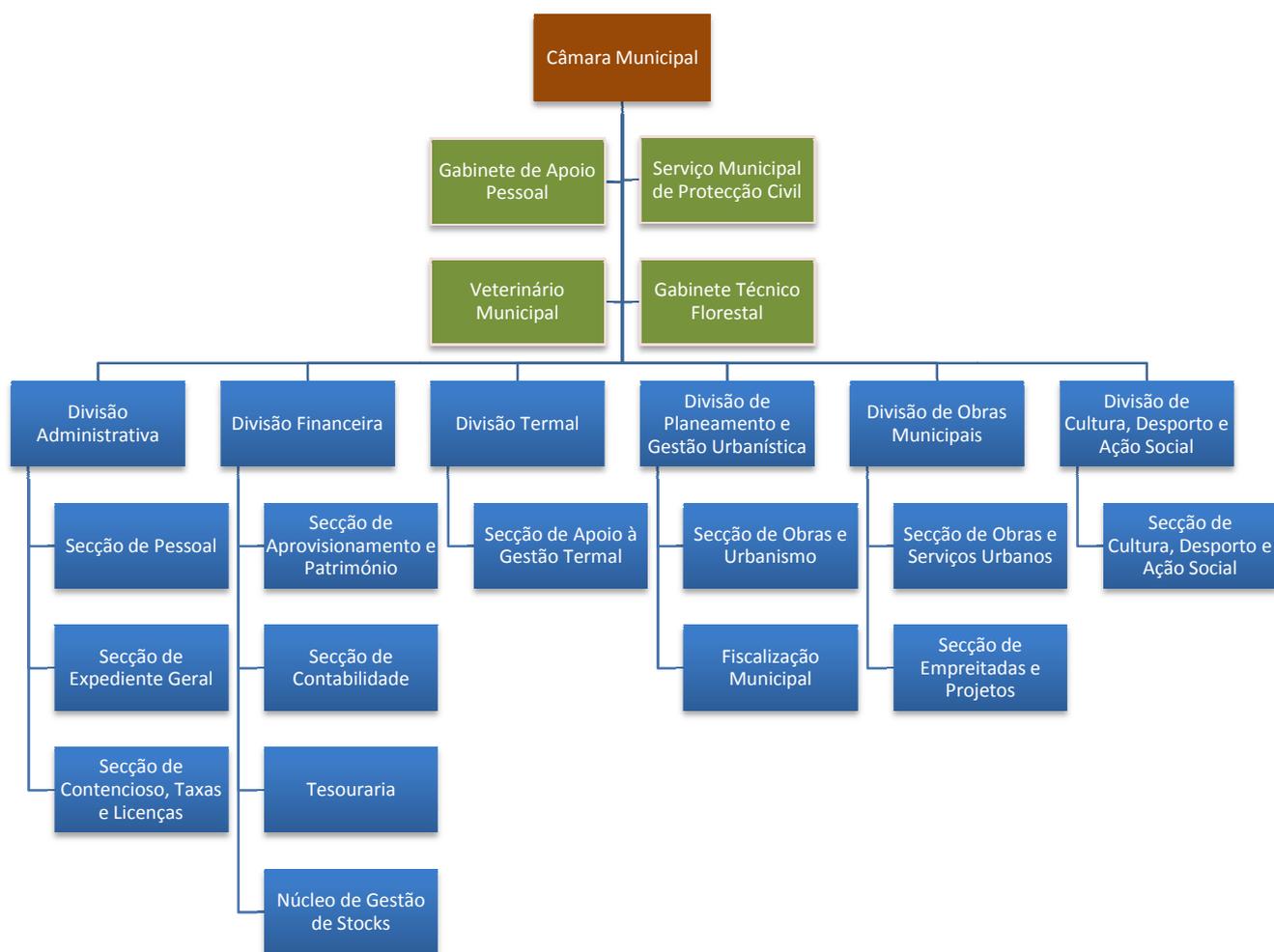
Pedro Miguel Mouro Lourenço (Vice-Presidente)

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Finanças e Gestão da Tesouraria, Reorganização Administrativa e Gestão Autárquica, Desenvolvimento Económico e Empresarial, Desporto, Termalismo, Recursos Humanos, Turismo e Promoção Concelhia, Cooperação Externa, Florestas e Desenvolvimento Rural, ADDLAP, Adrimag, Aprovisionamento, Inventariação, Património e Cemitérios.



Estrutura dos Serviços

No exercício de 2015, a estrutura dos serviços estava organizada hierarquicamente e era composta por 6 unidades orgânicas flexíveis correspondentes a divisões municipais, 14 subunidades orgânicas e 4 serviços específicos diretamente dependentes do Presidente da Câmara Municipal, organizados de acordo com o seguinte organograma:



Já em 2016, a estrutura orgânica do Município de S. Pedro do Sul foi, porém, alterada, passando, a partir do dia 01 de janeiro, a estar organizada de acordo com uma estrutura mista, que compreende uma estrutura matricial, composta por uma equipa multidisciplinar, e uma estrutura hierarquizada, composta por 4 unidades orgânicas flexíveis, 13 subunidades orgânicas e 5 serviços criados ao abrigo de legislação específica.



1.3. Enquadramento Económico

A economia mundial manteve-se¹, ao longo de 2015, numa trajetória de crescimento irregular, caracterizado por um maior dinamismo de algumas economias avançadas fora da área euro, em contraste com um crescimento globalmente fraco das economias emergentes, com várias divergências persistentes entre as diferentes regiões. Este desempenho foi fortemente marcado pelo efeito da queda recente do preço das matérias-primas, em particular o petróleo, com impacto relevante no equilíbrio entre os países exportadores e importadores. Este equilíbrio teve um efeito claramente positivo nas economias mais avançadas, uma vez que os ganhos provocados por esta quebra contribuíram para o aumento da procura interna.

Paralelamente, a continuação de uma política orçamental menos restritiva também teve um contributo positivo para a recuperação evidenciada. O efeito conjugado destes fatores permitiu uma recuperação do nível dos salários nos países desenvolvidos e um aumento generalizado da confiança dos consumidores para níveis semelhantes aos verificados em períodos anteriores à crise económica dos últimos anos. Neste contexto, o PIB mundial excluindo área euro terá crescido cerca de 3,1%, relativamente abaixo das expectativas de várias organizações, refletindo um desempenho mais fraco do que o estimado nas economias emergentes face às fragilidades demonstradas.

Na área do euro, a melhoria no ritmo de crescimento registada na parte final de 2014 manteve-se durante o primeiro semestre deste ano, tendo diminuído de intensidade na parte final do ano. De acordo com o referido anteriormente e tal como verificado em outras economias avançadas, a redução dos preços de produtos energéticos aumentou o rendimento disponível e, conseqüentemente, potenciou o crescimento do consumo, em especial o consumo privado, tendo alcançado a taxa mais elevada desde o início da crise. A confiança crescente dos consumidores associada a uma melhoria gradual e efetiva no mercado de trabalho contribuiu para um ímpeto do consumo, que, por sua vez, a par com as políticas monetárias desenvolvidas pelo BCE, teve como reflexo o fortalecimento da atividade económica. Estas políticas monetárias tiveram como efeitos mais evidentes a redução das taxas de juro associadas ao crédito.

Em conjunto com estes motivos, o desenvolvimento de políticas orçamentais mais prudentes na maioria dos países da área euro contribuíram para o impacto desta

¹ Segundo dados do Banco de Portugal.



recuperação económica e para a sua maior abrangência. Mesmo com a incerteza relativa à situação grega no início do ano, que poderá ter limitado o crescimento, os países conseguiram criar uma estrutura institucional que permitiu a aplicação de medidas de forma mais eficaz e o planeamento de políticas financeiras e monetárias que acabaram por evitar maiores impactos nas economias diretamente envolvidas.

A melhoria das condições económicas na área euro contribuiu decisivamente para a recuperação da economia portuguesa. De acordo com dados do INE, o PIB português cresceu 1,5% no ano de 2015 e 0,2% no último trimestre do ano face aos três meses anteriores (em cadeia). Este crescimento registado é superior em 0,6 pontos percentuais do que o verificado em 2014 (0,9%), em resultado de um maior contributo da procura interna, que aumentou 2,4%, devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo final, uma vez que o investimento desacelerou, assim como, de uma variação positiva da procura interna, que aumentou 2,4% em termos reais (2,2% no ano anterior).

De acordo com o mesmo organismo, constatou-se também um significativo ganho de termos de troca, com o deflator das importações a registar uma queda pronunciada, devido à diminuição dos preços dos bens energéticos, já referida, e que teve forte impacto na generalidade das economias avançadas. O consumo privado também acelerou 2,6% em 2015 (2,2% no ano anterior), devido ao crescimento mais intenso da componente de bens não duradouros e serviços. Pelo contrário, as despesas de consumo final das famílias em bens duradouros desaceleraram, embora mantendo um crescimento acentuado (taxas de 14,6% e 11,4% em 2014 e 2015, respetivamente), refletindo sobretudo a evolução do mercado automóvel.

Para além destes contributos, deve destacar-se ainda o crescimento do consumo das administrações públicas, que registaram um aumento de 0,8%, em termos reais, após as diminuições consecutivas verificadas nos cinco anos anteriores, assim como, o aumento das exportações de bens e serviços na ordem dos 5,1%, que contribuíram para a evolução positiva do saldo externo de bens e serviços. Importa ainda registar a subida do emprego para o conjunto dos ramos de atividade, registando uma subida de 1,4% em 2015 e permitindo que a taxa de desemprego final ficasse em 12,2%.

Atendendo a que o atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, tendo em conta a forte contração sofrida, as projeções realizadas



para os próximos anos² apontam para a continuidade da recuperação gradual da atividade da economia portuguesa. Esta evolução deverá traduzir-se num dinamismo próximo do projetado para a área euro, estimando-se um crescimento médio anual do PIB de cerca de 1,7% para o ano de 2016. Nesta perspetiva, estima-se também a evolução no mesmo sentido de outros fatores determinantes: o mercado de trabalho deverá continuar, de forma gradual, a evoluir, e o efeito da queda dos preços dos combustíveis associada ao baixo nível das taxas de juros deverá, no próximo ano, potenciar o crescimento da procura e do consumo. Ao nível dos preços, num contexto de reduzidas pressões inflacionistas, a inflação para os próximos anos deverá registar uma evolução moderada, motivada pela evolução dos preços de produtos não energéticos.

Este ritmo de recuperação gradual confirma a necessidade de uma continuidade no ajustamento dos vários agentes económicos, públicos e privados, por forma a compensar os efeitos da crise financeira internacional. De acordo com o que se verificou ao longo dos últimos anos, perspetiva-se a continuidade do crescimento das exportações portuguesas com reforço dos setores mais expostos à concorrência internacional, a par de uma recuperação gradual da procura interna, dependente da desalavancagem das famílias e empresas. Estes efeitos contribuirão para a compensação dos desequilíbrios macroeconómicos registados em anos anteriores, garantindo-se uma consistente trajetória de melhoria.

A par destes progressos estimados, a economia portuguesa continua a enfrentar vários desafios. Por um lado, é necessário garantir que a produtividade aumenta como forma de potenciar a margem criada pelas grandezas económicas referidas, por outro, terá que se garantir que o crescimento económico contribuirá para a coesão social, sendo necessário, para estes efeitos, um reforço do incentivo à inovação e ao investimento em capital humano e físico. As atuais condições de financiamento externo são oportunidades para reorientar as políticas públicas para estes objetivos e evitar choques no futuro. Neste contexto, a diminuição das dívidas pública e privada são essenciais, respeitando o quadro de regras orçamentais em vigor.

A um nível mais próximo, a administração local assume uma importância fulcral no processo de recuperação económica, uma vez que, através dos recursos públicos que tem à disposição associados a uma proximidade das famílias e pequenos agentes locais, pode compensar os constrangimentos sentidos pela redução do rendimento disponível e pelas

² Publicadas pelo Banco de Portugal nos boletins económicos.



limitações do acesso a financiamento, principalmente o que se destina a fomentar o investimento. Neste contexto e em paralelo com as medidas de compensação referidas, a gestão local deve continuar o esforço de consolidação e ajustamento financeiro que permitam a canalização de recursos para as áreas de maior importância, contribuindo também para a recuperação do equilíbrio de todo o setor público.

1.4 Síntese da Atividade Municipal

Ao longo do ano de 2015, a política municipal norteou-se pelos objetivos já evidenciados desde o início do atual mandato. Apesar da conjuntura económica restritiva e com limitações diversas à implementação de novas medidas e projetos, face à necessária otimização dos recursos disponíveis, a atividade municipal centrou-se na manutenção e melhoria das condições de vida da população, tentando manter a visão integrada de futuro do concelho, que tem servido de guia na definição da estratégia dos últimos tempos.

A prestação de serviços de qualidade e a obtenção de soluções para a deficiente cobertura de diversas infraestruturas públicas têm marcado a atuação municipal, que tem procurado garantir os investimentos fundamentais, assim como as despesas correntes necessárias ao funcionamento pleno dos equipamentos colectivos e dos serviços básicos relativos à abrangente matriz de competências das autarquias, com o nível de qualidade compatível com o grau de exigência das populações.

Contudo, a situação financeira nacional e local têm criado vários limites à prossecução dos objetivos definidos. A recuperação económica e financeira do município não foi ainda totalmente conseguida e, quer as limitações legais estabelecidas no âmbito de compromissos internacionais do Estado, quer os próprios compromissos associados ao programa de ajustamento em vigor, têm dificultado a dinâmica de atuação que se considera necessária e têm obrigado a uma contenção rigorosa das despesas menos produtivas e a uma redefinição cuidadosa e prudente das iniciativas mais importantes e com maior retorno.

A par destas limitações, viveu-se, em 2015, um período de reformulação de uma das principais fontes de financiamento dos projetos municipais – os fundos comunitários – que têm garantido, ao longo dos últimos anos, a execução de um calendário de investimentos fulcrais que não seriam possíveis sem o recurso a apoios externos. Com o encerramento do



anterior quadro comunitário e com o atraso na implementação do novo programa de incentivos comunitários, este executivo centrou-se na conclusão de vários projetos com o objetivo de aproveitar o financiamento residual ainda disponível e, paralelamente, planear rigorosamente a implementação e execução de novos projetos candidatáveis a financiamento no âmbito da nova programação de fundos europeus.

Apesar das limitações que se evidenciaram no enquadramento anterior, da atividade municipal desenvolvida no ano em análise, podem destacar-se as seguintes iniciativas e ações por área de atuação:

- **Rede Viária**

Na atividade relativa ao exercício de 2015, destaca-se a execução de vários projectos na rede viária municipal, quer nas zonas mais urbanas e de maior circulação automóvel, quer nas zonas eminentemente rurais, onde as estradas e caminhos municipais assumem especial relevância porque permitem o acesso às áreas de maior concentração de comércio e serviços. No perímetro da cidade, depois de concluído o projeto de requalificação urbana do centro histórico, foi também finalizado um investimento complementar – a Ligação da Av. Sá Carneiro à EN 227 - que permitiu uma melhoria da circulação entre a zona mais central de S. Pedro do Sul e as localidades servidas por aquele eixo rodoviário. Foi também executada a 1ª fase do projeto de Requalificação da Via de Acesso a Negrelas, que visa transformar a antiga e limitada ligação numa via de maior largura e com recursos complementares.

Para além destes investimentos mais avultados, foi ainda possível continuar o esforço de manutenção e conservação das vias existentes, que, nas freguesias mais distantes da sede de concelho, são essenciais para o acesso das populações aos meios existentes nas zonas mais urbanas e importantes também para mobilidade entre freguesias. Neste âmbito podem destacar-se os trabalhos desenvolvidos em Sacados, Covelas, Sendas, Sul e Manhouce, entre outras, que incluíram, para além de novas pavimentações, trabalhos complementares de drenagens e/ou muros de suporte. Para além destes, foi também reformulada a área adjacente ao novo Centro de Saúde, tendo sido criada uma zona de estacionamento, e foi ainda concluída a estrada da Landeira, permitindo dar por encerrada a ligação à EN 227, na zona de Santa Cruz da Trapa. Neste ano, foi ainda reiniciada a



execução da variante ao Candal, que pretende resolver um constrangimento à circulação rodoviária nesta zona de elevado potencial turístico.

- **Abastecimento de Água e Saneamento**

A área de abastecimento público de água e saneamento foi também alvo de atenção acrescida do executivo municipal, para a qual se canalizaram recursos financeiros consideráveis, uma vez que se continuou com o esforço de ampliação destas redes para zonas até aqui não cobertas com estes serviços urbanos. A empreitada de saneamento e abastecimento de água em Vila Nova, Santa Cruz da Trapa é um exemplo desta preocupação, que concentrou um investimento considerável, permitindo a criação de novas redes e a reformulação de troços antigos numa zona deficitária. Foi igualmente importante o empenho na remodelação e melhoria das infraestruturas já existentes, que requerem, ao longo do tempo, um acompanhamento constante e a substituição de equipamentos de maior desgaste, muitos deles envolvendo custos avultados, e que foram realizados, na sua maioria, por administração direta municipal, aproveitando os recursos humanos e técnicos da autarquia. Em paralelo, foram adquiridos vários terrenos para instalações futuras de parcelas das redes e infraestruturas de bombagem e tratamento.

Na rede de abastecimento de água, em particular, operou-se uma mudança significativa na forma de exploração do sistema, já que durante o ano de 2015 foram transferidas as responsabilidades da gestão das redes locais que ainda pertenciam a algumas freguesias, para a esfera do município, dando, assim, cumprimento a imposições legais e orientações da entidade reguladora dos serviços sobre esta matéria. Apesar desta transferência ao nível da gestão direta do sistema, o executivo municipal optou por manter o papel importante das freguesias no acompanhamento da exploração das redes, protocolando com estas um conjunto de procedimentos que se mantêm a um nível mais próximo das populações beneficiárias.

Ainda no âmbito destas atribuições, foi ao longo de 2015 que se desenvolveu o planeamento da execução do maior investimento concelhio na área do saneamento dos últimos anos: a remodelação da designada ETAR do Valgode e respetivos emissários. Este projeto, que concentrará, no global, um valor de investimento de cerca de 4 milhões de euros, permitirá reformular a antiga infraestrutura existente, que se encontra



completamente desadequada e com problemas graves de operacionalidade, e que serve uma parte significativa dos concelhos de S. Pedro do Sul e Vouzela.

- **Educação e Ação Social**

O investimento nestas áreas foi igualmente importante, mas não se traduz, muitas das vezes, em investimentos físicos avultados e em recursos financeiros despendidos, já que a componente imaterial assume aqui um papel determinante. Na Educação, mesmo com as dificuldades associadas à dispersão geográfica e à dependência, em parte, de financiamento do Estado, este executivo apoiou e deu continuidade aos projetos complementares à componente pedagógica, em coordenação com os respetivos agrupamentos escolares, através da aposta nas atividades extracurriculares, nos prolongamentos de horário e em outras atividades complementares pontuais, sempre que foram identificadas necessidades ou justificadas pelos resultados obtidos. As atividades de tempos livres em férias escolares são um exemplo de preocupação e empenho por parte deste executivo, tendo sido concebidos projetos que permitiram ocupar os alunos com atividades lúdicas e recreativas, revelando-se um suporte à dinâmica familiar importante, face à incompatibilidade entre as férias escolares e as férias familiares.

Ainda na área da Educação, apesar de se encontrarem em pleno funcionamento dois pólos escolares com infraestruturas recentes, que reúnem uma parte significativa das crianças do concelho, deu-se continuidade ao esforço para melhorar o apetrechamento dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo deslocalizadas, tendo em vista a melhoria das condições dos alunos e professores. A rede de transportes escolares tem sido também redefinida, com o objetivo de conferir maior autonomia da gestão municipal, com vantagens inegáveis na perspetiva da segurança e da gestão de horários, apesar de representarem um esforço financeiro importante para esta autarquia, que é, contudo, perfeitamente justificável atendendo à qualidade conferida à dinâmica diária das crianças e jovens do concelho e dos seus familiares.

No âmbito mais específico da ação social municipal, têm sido desenvolvidos projetos individuais e em parceria com instituições do concelho, com o objectivo de promover a inclusão social e o acompanhamento a estratos populacionais desfavorecidos. Devem destacar-se, nas iniciativas municipais, os projetos associados ao programa S. Pedro Mais Solidário, no âmbito do qual foram executadas diversas medidas e ações dirigidas para



estratos populacionais mais vulneráveis, dos quais, assumem impacto relevante os projetos de Incentivo à Natalidade, a Universidade Sénior, a medida Mais Saúde, o Termalismo Social, entre outros da mesma índole. Para além destes, e à luz dos regulamentos municipais, têm sido também atribuídos apoios diversos quer para melhoria das condições habitacionais, quer no apoio à frequência escolar dos educandos pertencentes a famílias com dificuldades económicas, entre outros objetivos. Para além destas iniciativas, os serviços municipais dão ainda especial atenção ao acompanhamento e proteção de crianças e jovens em risco de exclusão social no âmbito do funcionamento da CPCJ.

- **Desporto e Cultura**

Nas áreas do desporto e cultura têm-se mantido as políticas já desenvolvidas em anos anteriores no que diz respeito, tanto aos apoios e parcerias regulares estabelecidas com associações, clubes, instituições de âmbito desportivo, recreativo e cultural e outras organizações cívicas, como na cooperação pontual em projectos individuais ou colectivos que promovem estas áreas e que, no fundo, pretendem executar ações ou planos relacionados com as atribuições e competências municipais ou têm especial interesse público e concelhio. Para todos estes programas, os agentes locais têm ao seu dispor um conjunto de equipamentos de boa qualidade que utilizam em condições especiais, como são os complexos desportivos, o estádio municipal, o cine-teatro e a biblioteca entre outros, que têm exigido algum esforço para que se mantenham devidamente operacionais e garantam a satisfação das necessidades.

Para além das atividades organizadas em colaboração ou em parceria com entidades teceiras, o município teve a iniciativa de organizar, ao longo do ano em análise, diversos eventos desportivos que marcaram, nesta vertente, a sua atuação. Desde provas de atletismo, ciclismo/BTT, torneios de andebol e futsal, muitos foram os eventos que contribuíram, no âmbito das atribuições municipais, para a promoção da prática desportiva, de um estilo de vida saudável e, conseqüentemente, do que de melhor o nosso município tem para oferecer. Este município tem mantido ainda uma atitude de abertura no acolhimento de eventos organizados por outras entidades e que procuram locais que lhes ofereçam condições ideais para a preparação ou realização de competições, esperando, com esta atitude, obter resultados, não só na vertentes desportiva, mas também na economia local. Na vertente cultural também foram organizadas diversas



manifestações de iniciativa exclusivamente municipal, com destaque para as comemorações no âmbito do feriado municipal, integradas no projeto das Festas da Cidade, ou em épocas festivas tradicionais, como o Natal, com a Floresta Encantada, entre outros.

Ainda no que concerne à Cultura, 2015 foi um ano importante para a execução de um projeto que há muito estava planeado, mas que dependia da participação ativa de terceiros – a Reabilitação das Termas Romanas. Foram criadas as condições para a conclusão do projeto de execução e a celebração de um protocolo com o Ministério da Cultura, com vista ao financiamento do projeto e ao acompanhamento técnico, atendendo à sua relevância e complexidade. Esta obra terá um custo aproximado de 2 milhões de euros e a sua execução terá início, previsivelmente, ainda em 2016.

- **Turismo e Termalismo**

A estratégia do Turismo no município passa, obrigatoriamente, pelo setor do Termalismo. Apesar de ter atualmente uma gestão autónoma, a atividade termal continua a merecer um acompanhamento muito próximo, atendendo a que é o principal motor de desenvolvimento concelhio, quer pelos resultados directos da atividade de prestação de serviços termais a cargo da empresa municipal Termalitur, quer pela envolvente económica associada à hotelaria, comércio, e outros serviços. A preocupação municipal ao longo de 2015, passou, para além do necessário controlo estratégico ao nível da gestão da referida empresa, por um acompanhamento na projeção de várias intervenções no espaço público que complementaram os investimentos nos equipamentos termais, de modo a manter a área das Termas com as condições ideais para receber os termalistas e para que estes possam usufruir de infraestruturas que lhes possibilitem a plena reabilitação e descanso. Foram também idealizados diversos eventos culturais e desportivos que complementaram as iniciativas realizadas pela empresa, especificamente dirigidos para os utentes que visitam o concelho.

Em complemento à vertente do Termalismo, o município tem vindo a apostar nas potencialidades de outros pólos de atracção turística, aproveitando a beleza das nossas serras e das aldeias típicas e o património histórico existente. Foi com este sentido, que ao longo dos últimos tempos o executivo municipal incentivou diversos proprietários de imóveis típicos e produtores locais de artigos tradicionais a apostarem no turismo como



forma de valorizarem o seu património e os seus conhecimentos. Tendo a perfeita noção de que, hoje em dia, a população das regiões mais urbanas procuram um turismo sustentável, de natureza e que privilegie as tradições e os costumes, esta aposta tem merecido especial empenho, que se traduziu na celebração de acordos para a definição de estratégias conjuntas com outras entidades e municípios vizinhos.

- **Modernização Administrativa e Gestão Financeira**

Funcionando como suporte às actividades de todas as áreas agora referidas, a estrutura administrativa também tem sofrido algumas alterações, ainda que a um ritmo mais progressivo. O esforço de modernização administrativa dos serviços tem continuado com vista a um incremento da eficiência nos serviços prestados aos munícipes. Para além ter sido mantida a aposta na comunicação on-line e através das plataformas da internet, quer com munícipes, quer com interessados e potenciais visitantes, foi celebrado um protocolo com a Agência de Modernização Administrativa para criação de Espaços do Cidadão, que reúnem, no mesmo ponto de contacto, vários serviços prestados por organismos da Administração Pública e que, desta forma, se concentram e se aproximam dos cidadãos. Foram criadas três estruturas que se localizam em Santa Cruz da Trapa, S. Pedro do Sul e Termas, cobrindo as zonas de maior concentração populacional.

Em termos financeiros, e como se confirma ao longo do presente relatório, o objectivo centrou-se na manutenção da trajetória de consolidação com vista ao equilíbrio orçamental, fundamental para que a actividade continue de forma sustentada e sem quaisquer penalizações para as populações. Procurou reduzir-se a dívida municipal para níveis suportáveis, cumprindo-se os limites legais, de modo a que os recursos estejam disponíveis para acorrer às necessidades identificadas e para dar cumprimento aos planos elaborados, de acordo com os objetivos definidos.



2. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A política orçamental do Município de S. Pedro do Sul foi conduzida de acordo com as opções de gestão do executivo, e em cumprimento das disposições do POCAL e demais legislação aplicável, tendo como preocupação principal a manutenção do equilíbrio financeiro através da adequação das dotações da despesa e da receita às reais expectativas de execução, num contexto de rigor e prudência, procurando dar continuidade à trajetória decrescente do endividamento municipal registada nos últimos anos.

Em 2015 foi mantido o impulso de controlo e prévia análise de todas as iniciativas com relevante impacto orçamental, com o objetivo de garantir que as despesas a assumir fossem sujeitas a um procedimento de seleção criterioso, de modo a que, na sua globalidade, tivessem a necessária cobertura do lado da receita, cobrada ou a cobrar, evitando desvios que pudessem por em causa os níveis da dívida municipal e a redução dos pagamentos em atraso.

Neste capítulo analisa-se a execução dos documentos previsionais, de acordo com os objetivos definidos, quer nos Orçamentos da Receita e da Despesa, quer nas Grandes Opções do Plano, evidenciando os resultados obtidos, os desvios verificados e comparando-os com o desempenho dos últimos exercícios. Apresentam-se ainda, indicadores de base orçamental que procuram complementar a análise aos mapas de execução orçamental.

2.1. Modificações aos Documentos Previsionais

Tal como já referido, os documentos previsionais foram elaborados à luz das regras previsionais e dos princípios orçamentais em vigor e de acordo com a atividade municipal prevista para o exercício. Contudo, atendendo a que estes documentos integram estimativas de receitas para fazer face aos encargos assumidos ou a assumir, apuradas com o maior rigor possível, foi necessário realizar-se um conjunto de ajustamentos às dotações iniciais, compatibilizando-as com as alterações que se verificaram na execução orçamental ao longo do exercício e que tornaram algumas dotações desadequadas às necessidades.



Durante o exercício em análise, foram efetuadas 19 alterações ao Orçamento e 15 alterações às Grandes Opções do Plano que compreenderam exclusivamente a transferência de dotações entre rubricas. Realizaram-se também duas revisões orçamentais com finalidades distintas: a primeira visou a incorporação do saldo orçamental resultante da gerência anterior e o consequente reforço de dotações necessárias do lado da despesa, enquanto que a segunda teve por objetivo a eliminação ou redução do valor alocado a projetos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos, em consequência da sua reprogramação temporal ou redefinição estratégica.

Quadro 1 - Modificações Orçamentais

Designação	Dotações Iniciais	Reforços	Anulações	Dotações Corrigidas
Receita	17.573.155,00 €	1.395.887,86 €	1.940.194,43 €	17.028.848,43 €
Despesa	17.573.155,00 €	2.971.838,22 €	3.516.144,79 €	17.028.848,43 €
GOP	3.866.624,00 €	1.252.410,04 €	2.045.136,86 €	3.073.897,18 €

Os reforços e anulações efetuados nas modificações orçamentais implicaram uma redução do valor global do orçamento em cerca de 3%, passando de 17,573 milhões de euros para 17,029 milhões de euros. As modificações efetuadas às Grandes Opções do Plano provocaram uma diminuição do financiamento definido em cerca de 20%, uma vez que o seu valor passou de 3,867 milhões de euros para 3,074 milhões de euros.

2.2. Execução Orçamental da Receita

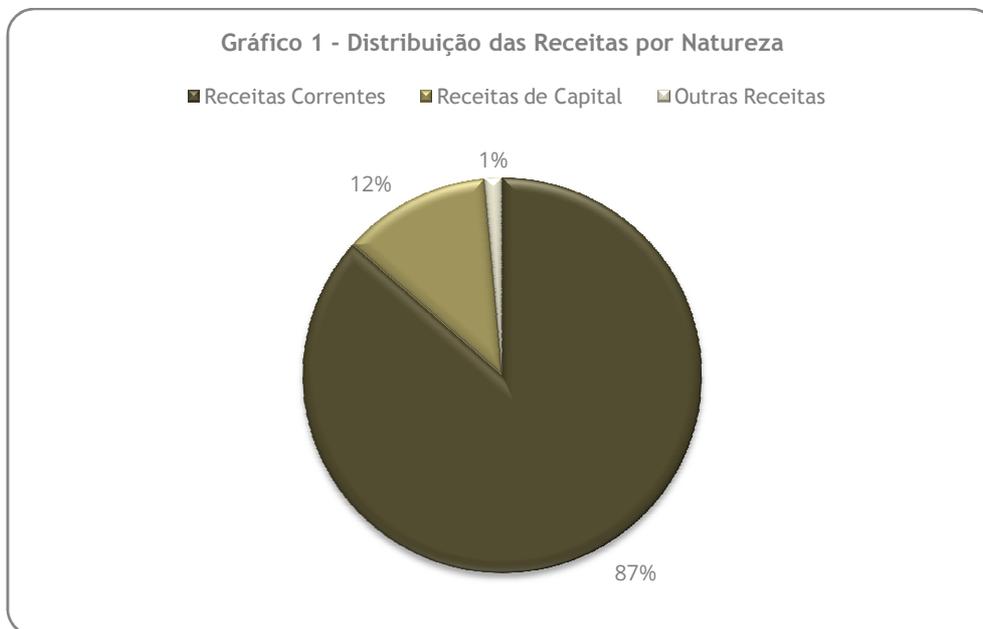
As receitas totais arrecadadas em 2015 totalizaram 14,904 milhões de euros, distribuídas entre receitas correntes, no valor de 12,897 milhões de euros, e receitas de capital, que totalizaram 1,796 milhões de euros. As contas consideradas como “outras receitas” pelo classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 registaram valores menos significativos, uma vez que, tal como a própria designação infere, são receitas de carácter residual e de ocorrência pontual. Em 2015 registaram um valor superior a 211 mil euros correspondente ao valor do saldo da gerência anterior, que foi incorporado como receita orçamental através de revisão ao orçamento.



Quadro 2 - Execução das Receitas por Natureza

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Taxa de Execução
Receitas Correntes	14.208.747,40 €	12.897.233,30 €	90,77%
Receitas de Capital	2.606.427,24 €	1.795.572,03 €	68,89%
Outras Receitas	213.673,79 €	211.273,79 €	98,88%
Total	17.028.848,43 €	14.904.079,12 €	87,52%

As receitas obtidas apresentam uma distribuição por natureza bastante desigual, que tem vindo agudizar-se ao longo dos últimos anos, como consequência do reforço de algumas receitas de natureza corrente, designadamente os impostos e as transferências correntes, e pela crescente incerteza na obtenção de receitas associadas a operações de capital, das quais, as relativas a financiamentos externos são o melhor exemplo, conforme se refere ao longo do presente capítulo. Assim, no final da execução de 2015, as receitas correntes representaram cerca de 87% do seu valor global, enquanto que as receitas de capital tiveram um peso de 12% no total. Já o grupo de artigos relativos a outras receitas representaram cerca de 1% do valor global das receitas arrecadadas.

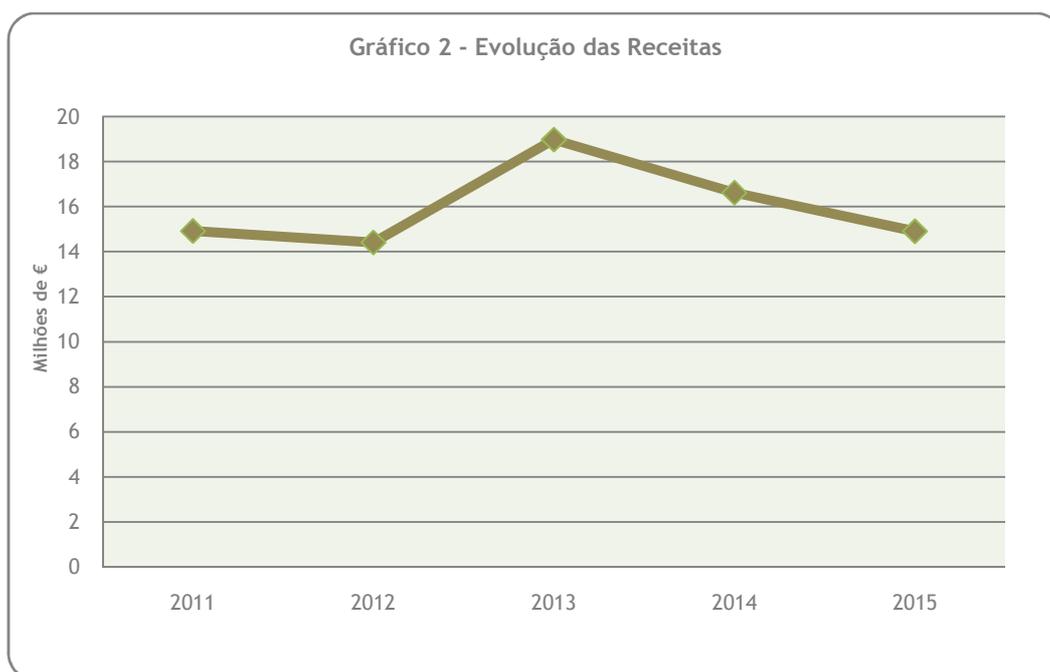


A taxa de execução obtida no ano em análise, próxima dos 88%, reflete uma adequada previsão orçamental, ainda que com necessárias correções ao longo do exercício, assim como, um ajustamento evidente entre as receitas obtidas e as despesas que estas financiam. Como vem sendo habitual, o valor das receitas correntes cobradas aproximou-



se mais do valor das previsões corrigidas, alcançando 91% destas, enquanto que o valor cobrado relativo a receitas de capital representou cerca de 69% dos valores previstos corrigidos. As diferenças verificadas nas taxas de execução das diferentes naturezas da receita orçamental resultam das características que lhes estão associadas, importando sublinhar que as previsões das receitas correntes resultam, em grande parte, da inscrição de valores definidos antecipadamente, como são exemplo as transferências provenientes do Orçamento do Estado, e do cálculo das médias relativas ao histórico de cobranças de taxas e outras receitas, critério este que permite a redução de desvios na execução orçamental. Por outro lado, as receitas de capital estão normalmente associadas a acontecimentos caracterizados por alguma incerteza e as suas previsões resultam de expectativas menos sólidas, associadas, essencialmente, a contratos de financiamento externo no âmbito de candidaturas a incentivos a investimentos ou à venda de bens de investimento, que são muito dependentes da conjuntura e das condições dos agentes económicos.

A análise da evolução das receitas totais nos últimos cinco exercícios permite concluir que o montante registado em 2015 apresentou um decréscimo em relação aos valores dos dois anos anteriores, contudo, próximo da média dos valores arrecadados no horizonte em análise. Deve referir-se que os valores das receitas ao longo dos anos variaram significativamente em função das políticas municipais, que influenciaram diretamente o nível de atividade da autarquia, sendo porém, dependentes das diversas fontes de financiamento, cuja disponibilidade apresenta variações cíclicas.





Receitas Correntes

Tal como já se referiu, as receitas correntes atingiram, em 2015, os 12,897 milhões de euros, tendo decrescido, em relação ao ano anterior, cerca de 1%. Apesar da sua maior rigidez e previsibilidade, as receitas desta natureza apresentaram algumas variações em relação aos anos anteriores e registaram também alguns desvios em relação às previsões efetuadas, decorrentes das próprias características e dos acontecimentos que lhes estão associados.

Quadro 3 - Grau de Execução das Receitas Correntes

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução
Impostos diretos	1.950.781,00 €	1.996.469,53 €	102,34%
Impostos indiretos	14.506,00 €	11.903,43 €	82,06%
Taxas, multas e outras penalidades	187.455,00 €	304.352,74 €	162,36%
Rendimentos da propriedade	2.936.964,40 €	1.874.721,76 €	63,83%
Transferências correntes	7.684.865,00 €	7.443.993,53 €	96,87%
Venda de bens e serviços correntes	1.394.301,00 €	1.140.639,18 €	81,81%
Outras receitas correntes	39.885,00 €	125.153,13 €	313,78%
Total	14.208.757,40 €	12.897.233,30 €	90,77%

Analisando estas receitas por capítulos da classificação económica, verifica-se que os artigos de *Transferências Correntes* concentraram, como vem sendo habitual, o maior volume de receitas, representando cerca de 58% do total das receitas correntes. Em 2015, os valores cobrados neste capítulo totalizaram 7,444 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 1,64 % em relação aos valores de 2014. O peso deste capítulo na estrutura do orçamento da receita resulta, naturalmente, da sua composição, já que engloba todas as transferências recebidas de entidades terceiras que visam o financiamento de despesas correntes, aqui incluindo a componente corrente das transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação no IRS, que, em conjunto, constituem o movimento financeiro mais representativo na execução orçamental municipal. Incluem também outras transferências obtidas para financiamento de atividades de várias áreas, das quais se



destacam, os valores recebidos no âmbito do funcionamento do ensino pré-escolar e básico, que registaram, uma quebra neste ano, compensada pelos aumentos nas restantes receitas que integram o capítulo. Atendendo à estrutura e composição deste grupo de receitas, a taxa de execução obtida, na ordem dos 97%, confirma o que se já referiu quanto à sua regularidade e previsibilidade.

As receitas relativas a *Impostos Diretos* reforçaram o seu peso na estrutura orçamental, totalizando, no ano em análise, 1,996 milhões de euros, ou seja, 15% do total desta natureza. O montante arrecado neste ano cresceu, em relação ao ano transato, mais de 5%, tendo, tal como aconteceu nos últimos exercícios, ultrapassado o valor das previsões, que resultaram da médias das cobranças dos dois últimos exercícios, conforme impõe o POCAL. Este desempenho bastante positivo resulta de um perfil de crescimento verificado nos últimos anos de alguns impostos municipais, dos quais se destaca o IMI como consequência da avaliação geral dos imóveis desenvolvida pela Autoridade Tributária. Não é, igualmente, de descurar o sinal evidenciado pelo aumento do IMT e da Derrama, que estará relacionado com a recuperação dos agentes económicos locais cuja atividade traduzirá uma dinâmica crescente.

Os recursos associados a *Rendimentos de Propriedade* justificaram também uma boa parte das receitas correntes cobradas, somando 1,875 milhões de euros. Apesar da sua relevância orçamental, as contas que integram este capítulo registaram um valor global inferior ao registado em 2014, tendo decrescido cerca de 27%. Por este motivo, o seu peso nas receitas correntes foi, em 2015, de aproximadamente 15%, significativamente abaixo do peso alcançado no ano transato. Tendo em consideração que as receitas incluídas no presente capítulo referem-se, na sua totalidade, a rendas recebidas provenientes da concessão ou contrapartida pela utilização de bens públicos municipais, a variação registada resultou, na sua maior parte, da diminuição das contrapartidas recebidas da empresa local Termalístur relativas à gestão da estância termal, assim como, da diminuição dos valores provenientes da compensação atribuída ao município pela exploração dos parques eólicos, ainda que numa proporção bastante inferior. As variações registadas impuseram um desvio significativo na execução orçamental, resultando numa taxa de 64%, já que as previsões efetuadas contemplavam valores para os quais existia a expectativa de recebimento, que não se veio, em parte, a confirmar.

A *Venda de Bens e Serviços Correntes*, como capítulo que engloba um conjunto bastante vasto de artigos associados a receitas decorrentes da atividade regular municipal, tem



vindo, ao longo dos últimos anos, a evidenciar um crescimento consistente e significativo. O ano de 2015 não foi exceção, e estas contas atingiram um valor global de 1,141 milhões de euros, que é superior ao valor do ano de 2014 em cerca de 18%. A taxa de execução rondou os 82%, significando uma melhoria na execução orçamental destas rubricas que, face ao conjunto de serviços que lhes estão associados e à reconhecida irregularidade de muitos destes, se pode considerar uma taxa bastante positiva, refletindo uma aproximação às dotações inscritas no orçamento. O comportamento positivo destas receitas tem tradução mais significativa nos resultados associados ao abastecimento de água, cujo crescimento resulta da transferência da gestão dos sistemas de abastecimento que eram da responsabilidade das freguesias para a gestão direta do município, assim como, nos rendimentos obtidos através do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, uma vez que a crescente eficiência dos mecanismos de liquidação e cobrança tem permitido, a par com uma maior justiça e equidade do sistema, uma melhoria nos montantes arrecadados. Nos resultados de outros serviços prestados registaram-se também melhorias que, apesar de terem menor proporção, influenciam, em conjunto, o resultado final da execução do capítulo em análise.

Os restantes capítulos de natureza corrente registaram valores significativamente menores, tendo, por este motivo, um peso pouco expressivo na estrutura das receitas. Destes, podem destacar-se as *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, no âmbito das quais foram obtidas receitas superiores a 304 mil euros, refletindo um aumento de cerca de 35% em relação aos valores de 2014. Apesar do seu menor significado em termos absolutos, o valor cobrado a coberto destes artigos da receita foi bastante superior às previsões efetuadas, permitindo uma taxa de execução de 162%, sendo assinalável pelo facto das dotações resultarem do apuramento baseado em cobranças passadas. Associados a estes resultados estão os aumentos das receitas provenientes de processos de loteamentos e obras, assim como, das taxas relativas ao sistema de saneamento.

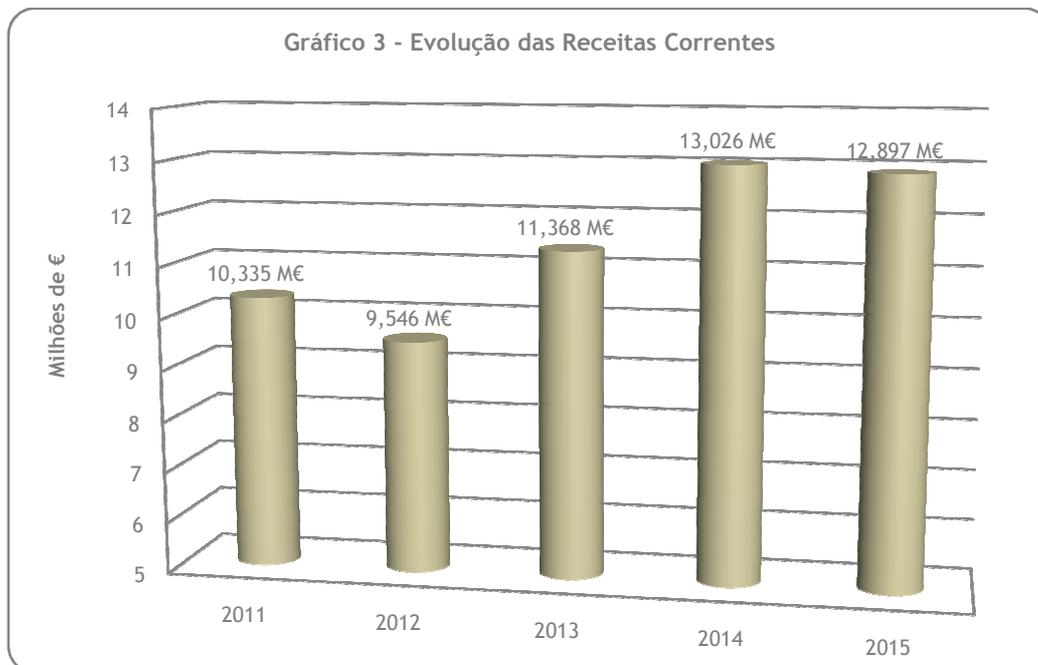
As contas de *Impostos Indiretos* apresentam valores bastantes reduzidos em resultado da reduzida incidência de diversas taxas à atividade empresarial, tendo registado, neste sentido, uma redução de quase 30% em relação aos valores de 2014. O capítulo de *Outras Receitas Correntes*, que abarca um grupo de artigos residuais e de incidência pontual e irregular, registou, em 2015, um montante superior ao do ano anterior, tendo totalizado cerca de 125 mil euros, referentes, em grande parte, a restituições de valores pagos no âmbito do contrato de energia elétrica.



Quadro 4 - Comparação das Receitas Correntes Cobradas

Designação	2015	2014	Var. 14/15
Impostos directos	1.996.469,53 €	1.898.947,84 €	5,14%
Impostos indirectos	11.903,43 €	16.969,01 €	-29,85%
Taxas, multas e outras penalidades	304.352,74 €	226.186,61 €	34,56%
Rendimentos da propriedade	1.874.721,76 €	2.563.315,18 €	-26,86%
Transferências correntes	7.443.993,53 €	7.323.892,75 €	1,64%
Venda de bens e serviços correntes	1.140.639,18 €	963.739,88 €	18,36%
Outras receitas correntes	125.153,13 €	32.599,13 €	283,92%
Total	12.897.233,30 €	13.025.650,40 €	-0,99%

Comparando os valores das receitas correntes de 2015 com os montantes dos 4 anos anteriores, verifica-se que o valor obtido no exercício em análise foi ligeiramente inferior ao do ano anterior, mas substancialmente superior aos montantes dos restantes anos do horizonte da análise. Fica também evidenciada, nesta análise, a trajetória crescente que as receitas correntes têm registado, na sequência do que foi já referido, quer pelo reforço das transferências desta natureza, quer pelo aumento das liquidações dos impostos, taxas e preços e pela melhoria dos procedimentos de cobrança associados.





Receitas de Capital

As receitas de capital, que totalizaram 1,796 milhões de euros, registaram uma redução de praticamente 50% em relação aos valores de 2014. Conforme foi já amplamente sublinhado, as receitas desta natureza possuem, na sua maioria, características muito diferentes das receitas correntes, não só nos valores absolutos que englobam, mas principalmente na sua (ir)regularidade e na dependência de fatores externos. Com exceção dos valores provenientes do Orçamento de Estado e que integram o Fundo de Equilíbrio Financeiro (na componente de capital) que assume atualmente um peso bastante mais reduzido, as receitas englobadas nesta classificação são fortemente dependentes da situação de entidades terceiras e de outros agentes económicos, da disponibilidade de financiamentos externos que variam em função dos objetivos e do calendário das medidas que os suportam, e ainda do cumprimento de processos por vezes complexos do lado dos investimentos. Apesar destas limitações, que dificultam a concretização de previsões, a taxa de execução deste tipo de receitas aproximou-se dos 69%, sendo significativamente superior às taxas de execução conseguidas em anos anteriores.

Quadro 5 - Grau de Execução das Receitas de Capital

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução
Venda de bens de investimento	262.720,00 €	93.964,40 €	35,77%
Transferências de capital	1.693.464,24 €	1.051.607,63 €	62,10%
Ativos financeiros	40,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	650.000,00 €	650.000,00 €	100,00%
Outras receitas de capital	203,00 €	0,00 €	0,00%
Total	2.606.427,24 €	1.795.572,03 €	68,89%

O capítulo de *Transferências de Capital* é, habitualmente, o que maior peso representa no total das receitas de capital. No ano de 2015, registou um quebra de perto de 58% em relação ao ano anterior confirmando a influência destas contas no comportamento global da execução orçamental desta natureza. O valor arrecadado totalizou 1,052 milhões de euros, alcançando-se uma taxa de execução de 62%, uma vez que as previsões corrigidas somaram 1,693 milhões de euros. Tendo em consideração que este capítulo é constituído, no essencial, pelas transferências recebidas do Orçamento do Estado (parte de capital) e



pelas comparticipações recebidas para projetos de investimento, a variação ocorrida é justificada apenas pela diferença nos valores respeitantes a esta última componente, já que o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro registou um crescimento na ordem dos 4%. A quebra registada nas comparticipações para investimentos foi de cerca de 84%, representando, em termos absolutos, uma redução superior a 1,5 milhões de euros nestes artigos da receita, como consequência da redução de comparticipações comunitárias recebidas atendendo ao fim do quadro comunitário anterior e à conclusão dos principais investimentos cofinanciados ainda em 2014.

Os montantes relativos a *Passivos Financeiros* evidenciaram também uma tendência de diminuição influenciada pelo menor recurso ao financiamento bancário como estímulo à atividade municipal. No ano de 2015, a execução dos artigos deste capítulo foi de 650 mil euros, correspondente ao montante do empréstimo de curto prazo contraído para acorrer a dificuldades de tesouraria ao longo do exercício. Este valor é menor do que o montante registado em 2014, em cerca de 11%, já que o valor do empréstimo equivalente tinha sido superior naquele ano e tinha sido utilizada também a última tranche de um empréstimo contratado para financiar o projeto de requalificação urbana de S. Pedro do Sul. Atendendo a que as previsões relativas a esta tipologia de receitas apenas são inscritas orçamentalmente no momento da contratação do respetivo financiamento, a taxa de execução foi de 100%.

Acompanhando e influenciando a trajetória das receitas de capital, os valores relativos a *Venda de Bens de Investimento* sofreram uma diminuição bastante expressiva, na ordem dos 74%, uma vez que os processos de alienação de bens municipais não necessários apenas permitiram a obtenção de uma receita de perto de 94 mil euros, apesar de ter sido estimado um montante superior, ainda que limitado pelas regras constantes no art. 253.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, em resultado de uma expectativa de sucesso de vários procedimentos de venda que, em parte, não ocorreu. Por este motivo, a taxa de execução deste capítulo foi bastante inferior às restantes, situando-se em cerca de 36% do valor das previsões.

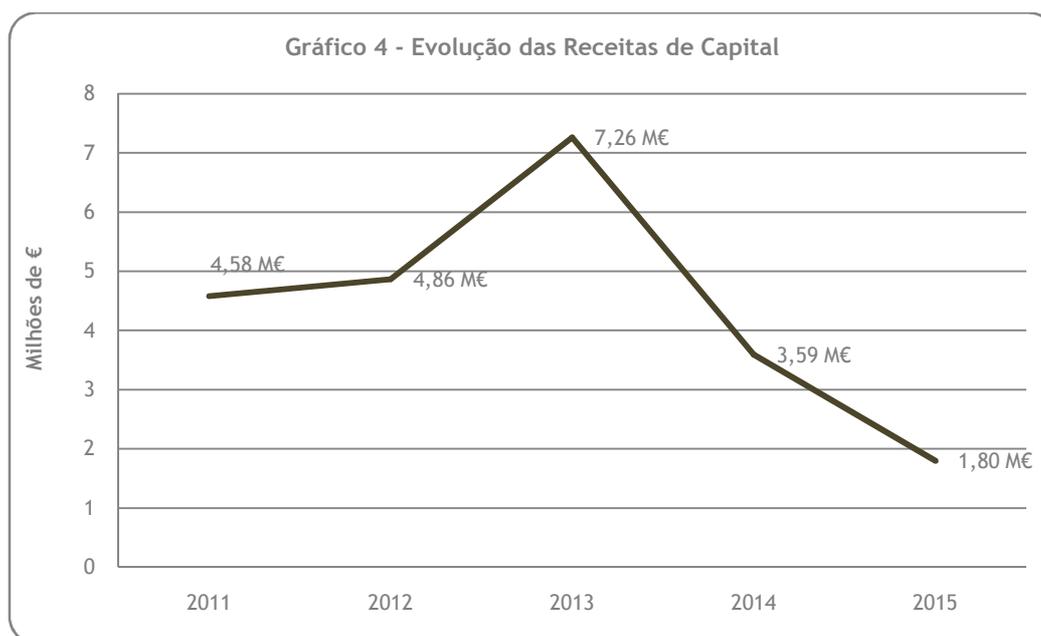
Dos restantes capítulos das receitas de capital, os *Ativos Financeiros* e as *Outras Receitas* não registaram qualquer valor na execução orçamental porque se destinam a incluir receitas muito específicas ou de natureza residual, relacionadas com operações financeiras que não se realizaram no exercício em análise.



Quadro 6 - Comparação das Receitas de Capital Cobradas

Designação	2015	2014	Var. 14/15
Venda de bens de investimento	93.964,40 €	362.136,50 €	-74,05%
Transferências de capital	1.051.607,63 €	2.497.887,11 €	-57,90%
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	650.000,00 €	729.436,03 €	-10,89%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total	1.795.572,03 €	3.589.459,64 €	-49,98%

A análise dos valores obtidos nesta natureza de receitas, nos últimos 5 anos, permite que se conclua, na linha do que foi referido, que os seus montantes decresceram expressivamente nos últimos dois exercícios. É importante, contudo, sublinhar, a título comparativo, que a execução do ano de 2013, cujas receitas de capital atingiram um valor extraordinário, foi influenciada fortemente pela utilização dos valores do financiamento contraído no âmbito do PAEL, já que, expurgado deste financiamento, o valor das receitas de capital estaria em linha com os valores de 2011 e 2012. Note-se que, face às características deste tipo de receitas, têm sido registadas variações constantes ao longo dos anos, estando os períodos de quebra associados a ciclos de mudanças no planeamento dos investimentos em função das suas fontes de financiamento, que são sucedidos, habitualmente, por novos ciclos mais favoráveis.





Outras Receitas

Neste capítulo incluem-se as receitas que não se consideram de natureza corrente ou de capital e que, como já foi referido, apresentam, habitualmente, valores sem significado e peso na estrutura global das receitas municipais. O exercício de 2015 não foi exceção e neste capítulo registaram-se apenas os montantes correspondentes ao saldo da gerência anterior, apurado com base na diferença entre a execução das receitas e despesas de 2014, na ordem dos 211 mil euros.

Quadro 7 - Execução de Outras Receitas

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução
Reposições não abatidas nos pag.	2.400,00 €	0,00 €	0,00%
Saldo da gerência anterior	211.273,79 €	211.273,79 €	100,00%
Total	213.673,79 €	211.273,79 €	98,88%

2.3. Execução Orçamental da Despesa

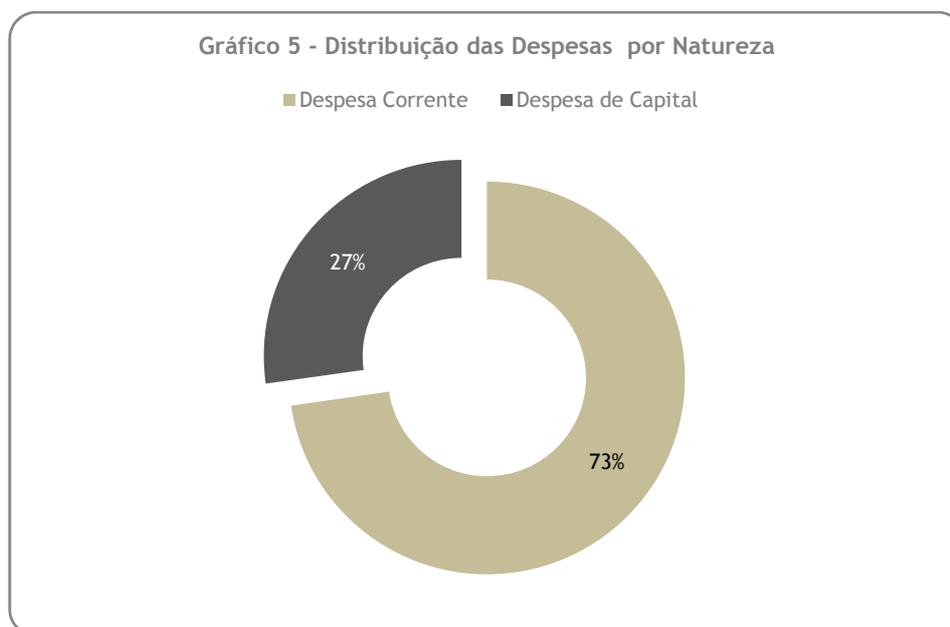
A despesa global paga totalizou 14,803 milhões de euros, dos quais 10,768 milhões de euros respeitaram a despesas correntes, enquanto que 4,035 milhões de euros se referiram a despesas de capital suportadas no exercício. Esta distribuição por natureza traduz-se, em termos relativos, em 73% para despesas correntes e 27% para despesas de capital, o que representa uma alteração significativa em relação ao ano anterior, em consequência de uma maior concentração dos recursos disponíveis para a execução de despesas de natureza corrente, e em consonância, aliás, com o que se verificou do lado da receita. Esta alteração no equilíbrio das despesas por natureza verificou-se, tal como em períodos passados, já que o exercício em análise ficou caracterizado por uma diminuição significativa do investimento municipal, conforme se poderá confirmar ao longo do presente relatório, atendendo a que coincidiu com a fase de encerramento do último quadro comunitário de apoio, cujo financiamento se tem revelado preponderante na decisão de executar investimentos.



Quadro 8 - Execução das Despesas por Natureza

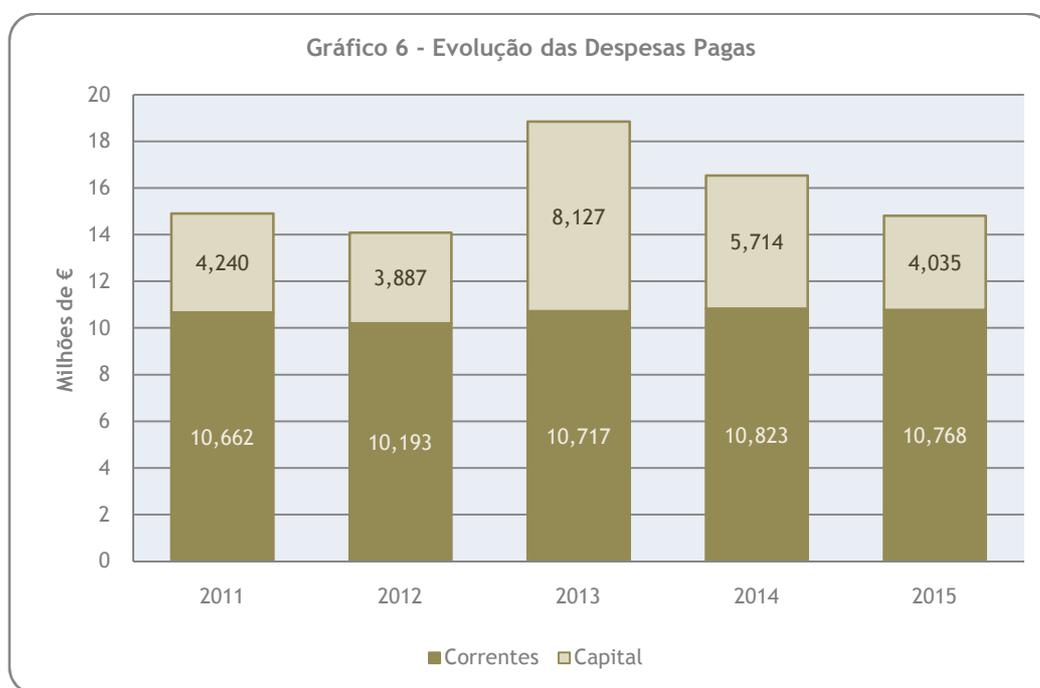
Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Despesa Corrente	12.450.027,58 €	10.767.954,92 €	86,49%
Despesa de Capital	4.578.820,85 €	4.034.786,38 €	88,12%
Total	17.028.848,43 €	14.802.741,30 €	86,93%

As taxas de execução são também influenciadas pela distribuição das despesas por natureza, já que, sendo as despesas correntes mais facilmente previstas do que as de capital, face à sua maior regularidade, rigidez e facilidade de determinação, em exercícios com maior peso da estrutura corrente, a respetiva execução apresenta menores desvios. Por estes motivos, a taxa de execução das despesas correntes foi de 86%, enquanto que das despesas de capital atingiu os 88%, facilitada pelo menor volume de recursos financeiros alocados a despesas de maior complexidade. A taxa de execução global registou, assim, um valor significativamente acima da registada em anos anteriores, na ordem dos 87%, beneficiando, para além do que já se referiu, de uma maior cautela na gestão das previsões efetuadas, tendo havido a preocupação de adequar os valores das diferentes dotações à expectativa de execução de cada despesa, através da transferência de dotações entre rubricas e da sua eliminação quando se revelaram excessivas. Importa sublinhar que as taxas de execução do ano de 2015, quer nas despesas correntes, quer nas despesas, foram as mais elevadas, pelo menos, desde 2002, ano em que se iniciou a aplicação do POCAL.





Numa análise mais alargada, pode constatar-se, porém, que o montante de despesas pagas em 2015 registou uma redução de cerca de 10% em relação ao ano anterior, pelos motivos já referidos e relacionados com a maior disponibilidade de recursos financeiros direcionados, principalmente, para investimentos. Tendo presente que o exercício de 2013 ficou marcado pela execução extraordinária associada ao recebimento das verbas contratualizadas no âmbito do PAEL e aos pagamentos que estas verbas permitiram, pode concluir-se que a execução de 2015 ficou em linha com os valores obtidos nos exercícios de 2011 e 2012, atendendo à similitude dos acontecimentos que marcaram o desempenho orçamental.



Despesas Correntes

A execução das despesas correntes é, habitualmente, marcada pelo comportamento das rubricas associadas à estrutura de pessoal e ao funcionamento corrente e regular dos diversos serviços. Em especial, numa autarquia local com uma elevada influência das unidades orgânicas instrumentais, o peso das receitas correntes é mais evidente, e denota-se um reforço dessa influência nos períodos em que se regista uma diminuição das funções associadas ao investimento, como aconteceu em 2015, associadas ou não a uma transferência de algumas destas ações para atividades operativas de natureza corrente



(como é o caso da administração direta). Apesar do reforço da sua importância no total, o montante das despesas correntes pagas decresceu ligeiramente em relação a 2014, devido à diminuição dos montantes registados em algumas destas rubricas.

Quadro 9 - Grau de Execução das Despesas Correntes

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Realizadas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Despesas com o pessoal	6.227.451,04	6.227.451,04	6.205.385,59	99,65%
Aquisição de bens e serviços	5.199.848,12	4.660.485,76	3.791.392,70	72,91%
Juros e outros encargos	337.735,79	308.488,62	238.754,56	70,69%
Transferências correntes	652.218,07	525.649,63	507.249,16	77,77%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	32.774,56	30.513,23	25.172,91	76,81%
Total	12.450.027,58	11.752.588,28	10.767.954,92	86,49%

A análise da execução orçamental através do comportamento dos agrupamentos de despesas correntes permite concluir que as rubricas de *Despesas com Pessoal* reúnem a maior parcela das despesas correntes pagas, totalizando 6,205 milhões de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 2% em relação aos montantes do ano transato. Esta variação resulta de um decréscimo, ainda que ligeiro, do valor das remunerações suportadas, apesar da reversão parcial das reduções remuneratórias, e de uma redução significativa dos abonos pagos ao longo do ano, motivada pela diminuição quase total dos pagamentos relativos a indemnizações por cessação de funções. Apesar do seu peso expressivo, a taxa de execução alcançada nestas rubricas foi de praticamente 100%, o que significa que a quase totalidade das despesas previstas (corrigidas) foram realizadas e pagas. Estes indicadores não são, contudo, surpreendentes, atendendo à inflexibilidade deste tipo de despesas e à sua fácil previsão, já que a maioria decorre de vínculos permanentes.

As rubricas de *Aquisição de Bens e Serviços*, que reúnem o conjunto de despesas associadas à atividade normal e corrente dos serviços municipais, registaram, como vem sendo habitual, o segundo valor mais elevado das despesas correntes, tendo sido pagos, no total, cerca de 3,791 milhões de euros. Este valor foi superior ao verificado em 2014, em cerca de 21%, em resultado de uma melhoria na execução desta componente que permitiu o pagamento de uma parcela superior das despesas realizadas, já que estas foram similares



nos dois exercícios. Isso mesmo fica evidenciado na taxa de execução obtida, que ronda os 73%, claramente superior à taxa alcançada em 2014. Apesar de tudo, estas rubricas apresentam ainda uma taxa de execução inferior à maioria das despesas correntes porque, por um lado englobam despesas relativas a uma quantidade considerável de procedimentos de contratação cuja gestão regular é dificultada por uma certa imprevisibilidade nas receitas que os financiam ou por uma ausência de receitas específicas associadas, e por outro, de algumas dívidas associadas a fornecimento de bens ou prestação de serviços de elevados montantes, cujo pagamento está, contudo, em fase de consolidação.

Os restantes agrupamentos de despesas correntes envolvem tradicionalmente montantes bastante mais reduzidos do que os que se verificam nas rubricas referidas anteriormente, devido às características dos acontecimentos que lhes estão associados. As rubricas englobadas nas *Transferências Correntes* registaram uma diminuição muito expressiva na execução do ano em análise, de cerca de 53%, já que os montantes pagos em 2015 totalizaram 507 mil euros, enquanto que no ano anterior, tinham atingido o valor de 1,082 milhões de euros. Esta diferença resulta, no essencial, dos efeitos na execução orçamental da transferência efetuada em 2014, para a empresa local Termalitur, na ordem dos 772 mil euros, com o objetivo de cobrir o desvio de resultados verificado nas suas contas, em cumprimento do disposto no art. 40.º da Lei n.º 50/2012. Esta transferência não foi necessária em 2015, face aos resultados alcançados pela empresa. De resto, para as restantes rubricas deste agrupamento, que englobam apoios atribuídos às freguesias, diversas instituições e famílias, foram destinados recursos financeiros em montantes superiores aos considerados na execução do ano anterior. A taxa de execução, todavia, decaiu para 78%, uma vez que diversas despesas que estavam inicialmente previstas não cumpriram a execução estimada, designadamente, no âmbito dos apoios às freguesias.

Os valores destinados ao pagamento de *Juros e Outros Encargos* decaíram também no ano de 2015, totalizando 239 mil euros, ou seja, menos 16% do que em 2014, confirmando a trajetória de quebra generalizada das respetivas taxas verificada nos últimos exercícios, quer dos juros relativos a financiamentos, quer de juros de mora e de outros encargos financeiros associados. Esta mesma variação justifica uma taxa de execução abaixo da média verificada nas despesas correntes, situando-se em pouco mais de 70%, já que os montantes estimados relativos a este tipo de encargos foram baseados em taxas indicativas superiores às que se verificaram ao longo do exercício.



Por último, no âmbito do agrupamento de *Outras Despesas Correntes*, de cariz mais residual, foram pagos cerca de 25 mil euros, relativos, essencialmente, a impostos, taxas diversas e restituições, valor este expressivamente superior ao registado no ano anterior, apesar da sua pouca relevância em termos absolutos. Como vem sendo habitual, as rubricas de *Subsídios* não registaram, qualquer execução, atendendo a que não se verificaram quaisquer despesas enquadráveis nestas rubricas.

Quadro 10 - Comparação das Despesas Correntes Pagas

Designação	2015	2014	Var. 14/15
Despesas com o pessoal	6.205.385,59	6.319.476,81	-1,81%
Aquisição de bens e serviços	3.791.392,70	3.128.630,28	21,18%
Juros e outros encargos	238.754,56	285.865,37	-16,48%
Transferências correntes	507.249,16	1.081.912,07	-53,12%
Subsídios	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	25.172,91	7.118,60	253,62%
Total	10.767.954,92 €	10.823.003,13 €	-0,51%

Em complemento ao que foi já referido na análise efetuada, no que concerne especificamente à importância de cada agrupamento de despesas correntes na estrutura do orçamento municipal, pode concluir-se que as *Despesas com Pessoal* mantêm o seu elevado peso na estrutura parcial das despesas correntes, representando cerca de 58% destas, bem como, na estrutura das despesas totais, na qual representam cerca de 42%. As rubricas de *Aquisição de Bens e Serviços* têm o segundo maior peso nas estruturas, cabendo-lhe 35% do valor das despesas correntes pagas e cerca de 26% do total das despesas. Deve sublinhar-se que estes capítulos, em conjunto, reúnem 93% das despesas correntes e quase 68% das despesas totais, já que englobam o grupo de despesas com maior incidência no funcionamento regular do município e ainda incluem diversas despesas que, apesar de assumirem natureza corrente, destinam-se diretamente à realização de investimentos municipais, nomeadamente, matérias-primas, materiais e outros bens incorporados no imobilizado municipal.

Os restantes agrupamentos, em conjunto, representam pouco mais do que 7% das despesas correntes e apenas cerca de 5% do valor total das despesas pagas. Registe-se ainda que o peso de cada capítulo nas estruturas parcial e total das despesas não tem

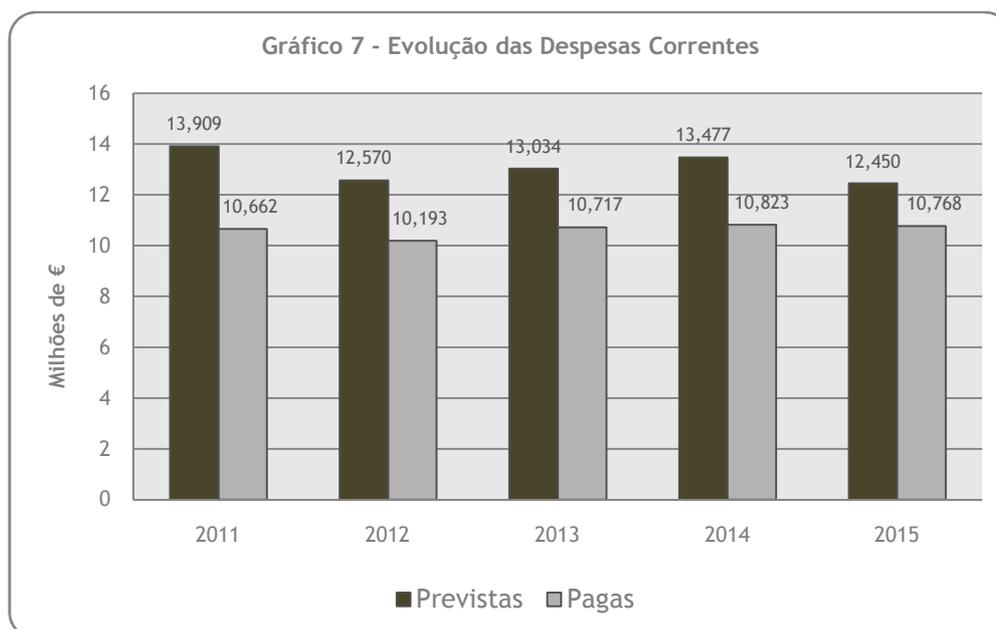


sofrido alterações de relevo ao longo dos últimos exercícios, com exceção de algumas rubricas que, pontualmente, beneficiam de uma execução extraordinária como consequência de alterações específicas na política municipal ou nos financiamentos disponíveis.

Quadro 11 - Peso das Componentes das Despesas Correntes

Designação	Peso na Estrutura		Variação (14/15)	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Despesas com o pessoal	57,63%	41,92%	-0,76%	3,71%
Aquisição de bens e serviços	35,21%	25,61%	6,30%	6,69%
Juros e outros encargos	2,22%	1,61%	-0,42%	-0,12%
Transferências correntes	4,71%	3,43%	-5,29%	-3,12%
Subsídios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	0,23%	0,17%	0,17%	0,13%
Total	100,00%	72,74%	0,00%	7,29%

A evolução das despesas correntes ao longo dos anos não tem sofrido, conforme já se referiu, variações de dimensão significativa, verificando-se, contudo, uma aproximação importante entre os montantes previstos e os montantes efetivamente pagos. Dos montantes envolvidos na execução dos últimos 5 exercícios, pode sublinhar-se apenas a tendência de crescimento muito ligeiro registada desde 2012, que estará associada à evolução normal das funções municipais.





Despesas de Capital

As despesas de capital são compostas, na sua quase totalidade, por encargos relativos à aquisição (ou produção) de bens duradouros e por reembolsos do capital associado ao serviço da dívida de operações de financiamento externo. Incluem-se também neste tipo de despesas as transferências efetuadas pela autarquia para entidades terceiras, com o objetivo de apoiar ou financiar planos e projetos de investimento de relevante interesse para o município. Atendendo à tipologia das despesas referidas, facilmente se depreende que a execução das suas rubricas apresenta comportamentos distintos e ritmos bastantes variáveis ao longo dos exercícios, uma vez que depende, em grande parte, da execução de projetos complexos, alguns destes de valores avultados e financiados por recursos externos, já que as despesas referentes ao cumprimento dos planos de amortização de empréstimos apresentam variações menos acentuadas e associadas à trajetória das taxas de juro.

Quadro 12 - Grau de Execução das Despesas de Capital

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Realizadas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Aquisição de bens de capital	2.667.284,83	2.413.207,43	2.138.675,68	80,18%
Transferências de capital	109.361,33	99.361,33	94.361,33	86,28%
Ativos financeiros	102.231,00	102.231,00	102.231,00	100,00%
Passivos financeiros	1.699.943,69	1.699.518,37	1.699.518,37	99,97%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	4.578.820,85	4.314.318,13	4.034.786,38	88,12

Neste contexto, pode confirmar-se que as rubricas englobadas no agrupamento *Aquisição de Bens de Capital*, mesmo tendo decrescido cerca de 40% em relação ao ano anterior, registaram o valor mais avultado das despesas desta natureza, atingindo um montante total pago de 2,139 milhões de euros. Apesar de habitualmente estas rubricas apresentarem desvios significativos em relação às dotações corrigidas e até às despesas realizadas, no ano de 2015, a taxa de execução atingiu os 80%, muito acima dos valores conseguidos em anos anteriores. Apesar deste exercício, no âmbito da linha de investimentos municipais, ter ficado marcado pela finalização de projetos importantes e



pela preparação de novos planos estruturais em várias áreas, atendendo ao período de transição entre linhas de financiamento comunitário, a boa execução alcançada resulta de uma preocupação constante em manter as dotações das despesas adequadas às expectativas prudentes de execução e em diminuir significativamente as despesas realizadas e não pagas dentro dos prazos acordados.

A execução das rubricas relativas a *Passivos Financeiros* registou o segundo valor mais elevado no âmbito das despesas de capital, uma vez que foram pagos cerca de 1,670 milhões de euros, exatamente o valor realizado, e praticamente igual ao montante das dotações corrigidas, pelos motivos que já se referiram, resultando, assim, uma taxa de execução de praticamente 100%. Apesar da regularidade deste tipo de despesa ao longo dos exercícios, verificou-se uma diminuição significativa dos montantes envolvidos entre os anos de 2014 e 2015, em resultado de uma redução dos encargos com empréstimos contratados junto de instituições financeiras, justificada, por um lado, pelo menor valor do empréstimo de curto prazo, e, por outro, pela conclusão dos períodos de amortização de alguns contratos de médio/longo prazo. As amortizações de empréstimos contratados junto de organismos do Estado aumentaram cerca de 30%, devido ao início do período de amortização da componente pública do PREDE, que ocorreu já na segunda metade de 2014.

Ainda no âmbito das despesas de capital, mas com menor dimensão do que os agrupamentos referidos anteriormente, as rubricas de *Ativos Financeiros* concentraram cerca de 102 mil euros, destinados exclusivamente à contribuição do município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) prevista na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. Sendo uma participação definida nos termos da legislação referida, a sua execução não apresentou qualquer desvio. Acrescente-se, apenas, que estas rubricas não registaram quaisquer valores nos anos anteriores, já que não se verificaram acontecimentos enquadráveis na definição deste tipo de despesa.

As *Transferências de Capital*, que incluem as transferências financeiras para entidades terceiras com o objetivo de as apoiar na execução de projetos e atividades de interesse municipal, agregaram um montante pago pouco superior a 94 mil euros, valor este que representa uma diminuição de praticamente 35% dos valores adstritos à execução destas rubricas, e que é justificada pela redução dos montantes envolvidos, nomeadamente, para as associações de municípios e freguesias. Apesar dos montantes pagos representarem cerca de 86% do total previsto, todas as despesas efetivamente realizadas foram pagas.



Deve, ainda, referir-se que as *Outras Despesas Correntes* não apresentaram qualquer execução no exercício em análise, tal como vem acontecendo em anteriores exercícios (com exceção de 2013), uma vez que as rubricas aqui englobadas estão relacionados com acontecimentos pontuais ou residuais que não se verificaram.

Quadro 13 - Comparação das Despesas de Capital Pagas

Designação	2015	2014	Var.14/15
Aquisição de bens de capital	2.138.675,68	3.574.791,17	-40,17%
Transferências de capital	94.361,33	145.008,34	-34,93%
Ativos financeiros	102.231,00	0,00	ind.
Passivos financeiros	1.699.518,37	1.993.908,19	-14,76%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00%
Total	4.034.786,38 €	5.713.707,70 €	-29,38%

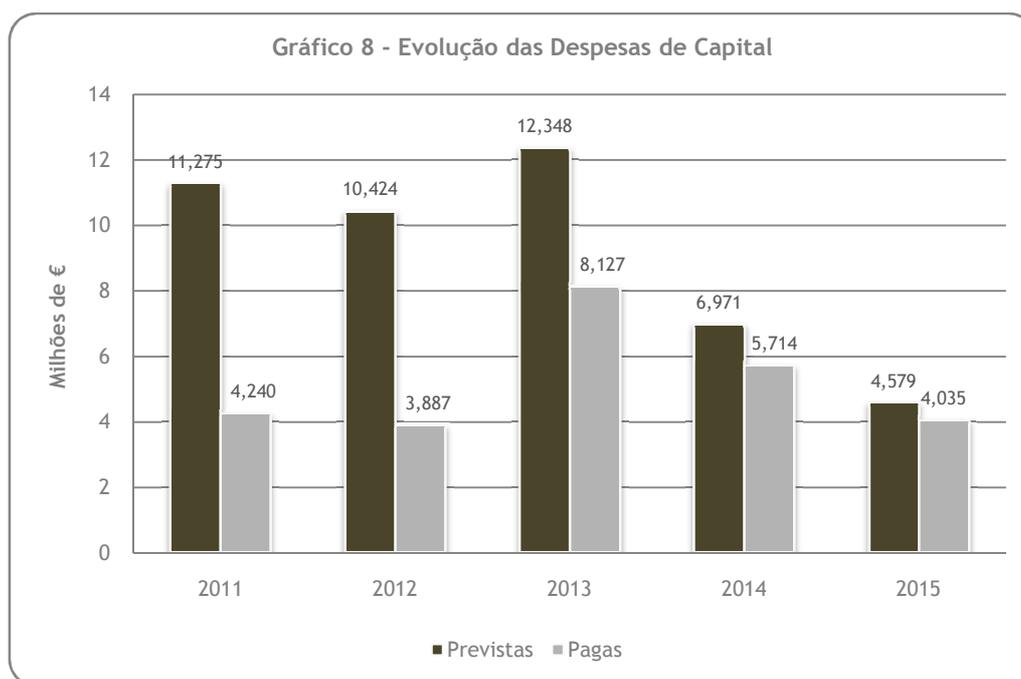
Analisando mais detalhadamente o peso de cada conjunto de rubricas nas despesas de capital e nas despesas totais, pode concluir-se, de acordo com o que se refere anteriormente, que a aquisição de bens de capital reúne a maior parcela de recursos financeiros, representando cerca de 53% das despesas de capital, mas apenas 14% das despesas totais. Note-se, todavia, que o peso deste agrupamento decresceu significativamente em ambas as estruturas, face ao registado em 2014, em linha com o que já foi sublinhado relativamente à redução de investimentos verificada em 2015. Em contrapartida, e pelos mesmos motivos, as rubricas de *Passivos Financeiros* assumiram, no exercício em análise, um peso relativo superior ao verificado no ano transato nas despesas de capital, que não resulta da maior concentração de meios financeiros, mas tão só pela contração das rubricas de investimentos que teve maior impacto nesta estrutura das despesas. Este agrupamento teve, assim, um peso de 42% na estrutura de capital e 11% na estrutura das despesas totais.

As operações relativas a *Transferências de Capital* e *Ativos Financeiros* tiveram, naturalmente, um peso bastante inferior nas despesas, representando, em conjunto, perto de 5% das despesas de capital e pouco mais de 1% das despesas totais, decorrente das características das rubricas que englobam.

Quadro 14 - Peso das Componentes das Despesas de Capital

Designação	Peso na Estrutura		Variação (14/15)	
	Capital	Total	Capital	Total
Aquisição de bens de capital	53,01%	14,45%	-9,56%	-7,17%
Transferências de capital	2,34%	0,64%	-0,20%	-0,24%
Ativos financeiros	2,53%	0,69%	2,53%	0,69%
Passivos financeiros	42,12%	11,48%	7,22%	-0,58%
Outras despesas de capital	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	27,26%	0,00%	-7,29%

Avaliando a trajetória das despesas de capital nos últimos 5 anos, confirma-se uma variação significativa dos montantes envolvidos ao longo dos exercícios, destacando-se o ano de 2013, com uma execução mais elevada influenciada pelo recebimento do financiamento contratualizado no âmbito do PAEL, que permitiu a regularização de um elevado montante dívidas acumuladas desta natureza. A par deste efeito, constata-se, ainda, uma forte tendência de aproximação entre os valores das dotações e dos pagamentos, com a conseqüente melhoria das taxas de execução, mesmo em períodos marcados pela fragilidade do contexto económico e num ambiente de restrição na obtenção de financiamentos externos, ficando evidente a recuperação de desvios provocados pelas dotações não realizadas e por dívidas acumuladas.





2.4. Execução das Grandes Opções do Plano

A análise à execução das Grandes Opções do Plano (GOP) traduz uma avaliação sucinta do grau de cumprimento das orientações estratégicas e dos objetivos definidos pelo executivo municipal, materializados nos projetos e ações definidas para um horizonte plurianual de 4 anos. Esta análise incide sobre os dois mapas que as compõem, mais especificamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que reúne todas as despesas orçamentais a realizar por investimentos, e o mapa das Atividades Mais Relevantes (AMR), onde constam despesas de outra natureza consideradas relevantes para a atividade municipal ou complementares a investimentos também previstos.

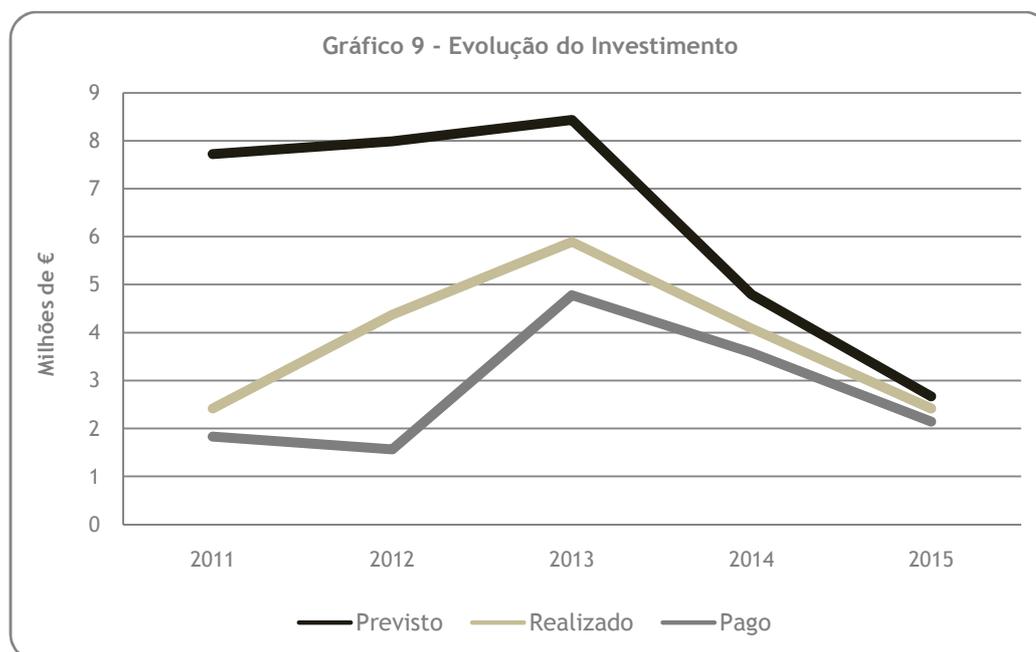
Plano Plurianual de Investimentos

O montante global canalizado para investimentos atingiu, em 2015, os 2,139 milhões de euros, tendo registado um decréscimo de cerca de 42% em relação a 2014. De acordo com o enquadramento já efetuado anteriormente, mais concretamente na análise à execução das despesas de capital, deve sublinhar-se que o ano de 2015 correspondeu a um período de finalização de vários investimentos relevantes para a prossecução das atribuições e competências municipais, mas com maior concentração de meios financeiros em exercícios anteriores. Foi também neste exercício que se iniciou a preparação de um conjunto de novos projetos a desenvolver nos próximos anos, estando, contudo, muito dependentes de financiamentos externos, designadamente associados ao novo quadro comunitário. Apesar deste enquadramento, a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos foi superior a 80%, evidenciando uma maior aproximação entre as dotações dos vários projetos e a sua efetiva execução física e financeira.

Esta tendência pode ser confirmada na análise à evolução do investimento nos últimos 5 exercícios, ficando evidente a aproximação entre os valores previstos, os valores realizados e os valores pagos. O resultado desta aproximação traduziu-se na maior taxa de execução obtida desde a aplicação do POCAL. Conforme fica demonstrado no gráfico apresentado, os valores das previsões foram, até 2013, bastante superiores aos montantes realizados, e estes ficaram, por sua vez, afastados dos montantes efetivamente pagos, sendo o exercício de 2012 o caso mais evidente. Porém, após o período de maior execução



associada à utilização das verbas do PAEL, que ocorreu em 2013, registou-se uma convergência de valores favorável a uma execução mais rigorosa.



Numa abordagem à execução deste mapa por objetivos e programas de acordo com a estrutura definida no exercício em análise, confirma-se que o objetivo de *Comunicações e Transportes* concentrou a maior parcela de recursos financeiros alocados a investimentos municipais, já que foram pagos mais de 1,159 milhões de euros, destinados à remodelação e ampliação da rede viária municipal, que representam cerca de 54% do valor global pago no âmbito dos projetos do Plano Plurianual de Investimentos. Este programa tem assumido, ao longo dos anos, especial importância na gestão municipal e destaca-se claramente no conjunto dos investimentos municipais, já que tem sido o destino de diversas medidas implementadas, face à preponderância que as vias de comunicação assumem para a mobilidade da população e para o acesso a localidades mais distantes da sede de concelho, sendo importante que estas proporcionem aos seus utilizadores a segurança necessária nas suas deslocações. Esta importância é reforçada também, quer pelos valores das dotações inscritas nos seus vários projetos, quer pelo reforço do peso entre os dois últimos exercícios, mesmo num cenário de quebra significativa dos valores destinados às iniciativas de capital, uma vez que os montantes associados a este programa de investimentos cresceram cerca de 22% quando comparados com os valores verificados em 2014. No grupo de projetos aqui incluídos sobressaem algumas empreitadas que concertaram valores relevantes, podendo destacar-se a Ligação da Av. Sá Carneiro à EN 227 e a Requalificação da Via de Acesso a Negrelos, para as quais foram canalizados mais



de 500 mil euros, a acrescer aos montantes já executados para estes projetos no exercício anterior.

Para os restantes objetivos definidos, os montantes investidos foram significativamente inferiores, devido, não só à redução do investimentos registada, mas também devido às características dos projetos que lhes estão associados, normalmente de menor dimensão e complexidade. Pode, ainda assim, destacar-se a área da *Educação* para a qual foram canalizados mais de 171 mil euros de investimentos, relativos a despesas de diversos equipamentos instalados no novo Centro Escolar e ao pagamento do terreno onde esta infraestrutura está implantada. Apesar da execução do projetos incluídos neste objetivo ter praticamente atingido a taxa de 100%, os montantes envolvidos foram inferiores em cerca de 89% em relação ao ano transato, devendo ter-se em conta que, em 2014, os valores mais avultados ficaram a dever-se à última fase da execução do projeto de construção das referidas instalações escolares.

Para os programas de *Saneamento e Salubridade* é habitualmente canalizada uma parcela importante dos recursos destinados a investimentos, variando, porém, em função das prioridades definidas e de acordo com as linhas de financiamento disponíveis. No ano em análise, no âmbito destes projetos, foram efectivamente pagos mais de 157 mil euros, que, apesar de representarem um crescimento relativo expressivo em relação a 2014, não assumem um peso equivalente ao registado em anos anteriores. Estes recursos destinaram-se, em exclusivo, ao sistema concelhio de saneamento básico, já que foi continuado o esforço de conclusão de redes locais deficientes, no âmbito das quais foram adquiridos também vários terrenos para instalação futura de novas condutas e sistemas de tratamento, em complemento à manutenção da rede já existente. O investimento nesta área apresentou uma taxa de execução de 87%, facilitada pela menor dimensão dos projetos aqui incluídos.

Ainda no âmbito dos investimentos municipais financiados pelo QREN e em fase de conclusão, registou-se, no objetivo *Habituação e Urbanização* um montante de cerca de 152 mil euros relativos à conclusão da execução financeira do projeto de requalificação urbana de S. Pedro do Sul, no qual se incluem os terrenos adquiridos. Pelo facto de se tratar de uma execução já residual, este projeto registou um decréscimo de 74% nos valores pagos e uma taxa de execução na ordem dos 88%.



Importa, ainda, referir que, os projetos e ações associadas aos objetivos *Cultura, Desporto e Tempos Livres* tiveram também uma representação na estrutura de investimentos com menor significado, atendendo, não só, à redução do valor global investido, mas ainda à composição das medidas desenvolvidas nestas áreas de atuação municipal, porque agregam habitualmente uma componente muito importante de despesas de natureza corrente associadas a iniciativas ou projetos regulares ou pontuais que se realizam nas instalações culturais e desportivas. Em contrapartida, os investimentos ocorrem apenas quando se avança com medidas de aquisição, construção ou remodelação de equipamentos nestas áreas, o que não se verificou em 2015. Neste sentido, os investimentos pagos totalizaram um valor superior a 96 mil euros, correspondendo a uma diminuição de 14% em relação aos valores obtidos em 2014.

Por último, as execuções dos objetivos *Meio e Ambiente e Natureza e Industria e Energia* apresentam um peso muito pouco significativo na estrutura que se analisa. Na área do Meio Ambiente os montantes envolvidos, na ordem dos 30 mil euros, correspondem à finalização do projeto de requalificação de fontes e percursos pedestres desenvolvido na zona das Termas, enquanto que, no programa de *Energia* foi executado na totalidade um projeto de eficiência energética na iluminação pública, com um valor próximo dos 18 mil euros.

Surge ainda na estrutura do mapa do Plano Plurianual de Investimentos o objetivo designado de *Outros* que se refere a projetos comuns associados ao próprio funcionamento dos serviços municipais, designadamente, à aquisição de equipamentos operacionais e administrativos, maquinaria, ferramentas, entre outros. Para este tipo de despesas foi previsto um financiamento de quase 426 mil euros, dos quais foram realizados 389 mil euros e pagos cerca de 356 mil euros, registando uma taxa de execução de 83%.



Quadro 15 - Execução do PPI por Objectivos e Programas

Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Exec.	Var. 14/15
Educação	171.442,56 €	171.424,71 €	171.424,71 €	99,99%	-89,39%
Ensino Pré-Escolar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	-100,00%
Ensino Básico	171.442,56 €	171.424,71 €	171.424,71 €	99,99%	-89,39%
Cultura, Desporto e T. L.	118.009,84 €	111.884,44 €	96.485,50 €	81,76%	-13,67%
Cultura	122,00 €	122,00 €	122,00 €	100,00%	ind.
Desportos e Tempos Livres	117.887,84 €	111.762,44 €	96.363,50 €	81,74%	-13,78%
Habituação e Urbanização	172.009,57 €	154.509,57 €	152.009,57 €	88,37%	-73,91%
Urbanização	172.009,57 €	154.509,57 €	152.009,57 €	88,37%	-73,91%
Saneamento e Salubridade	181.041,19 €	181.041,19 €	157.496,48 €	86,99%	1256,56%
Rede de Esgotos	181.041,19 €	181.041,19 €	157.496,48 €	86,99%	1256,56%
Industria e Energia	17.873,33 €	17.873,33 €	17.873,33 €	100,00%	ind.
Energia	17.873,33 €	17.873,33 €	17.873,33 €	100,00%	ind.
Comunicações e Transp.	1.550.888,59 €	1.357.283,10 €	1.159.284,56 €	74,75%	21,63%
Rede Viária e Sinalização	1.550.888,59 €	1.357.283,10 €	1.159.284,56 €	74,75%	21,63%
Meio Ambiente e Natureza	30.206,13 €	30.206,13 €	30.206,13 €	100,00%	2,74%
Requalificação Ambiental	30.206,13 €	30.206,13 €	30.206,13 €	100,00%	2,74%
Outros	425.813,62 €	388.984,96 €	353.895,35 €	83,11%	40,58%
Total	2.667.284,83 €	2.413.207,43 €	2.138.675,63 €	80,18%	-41,98%

Atividades Mais Relevantes

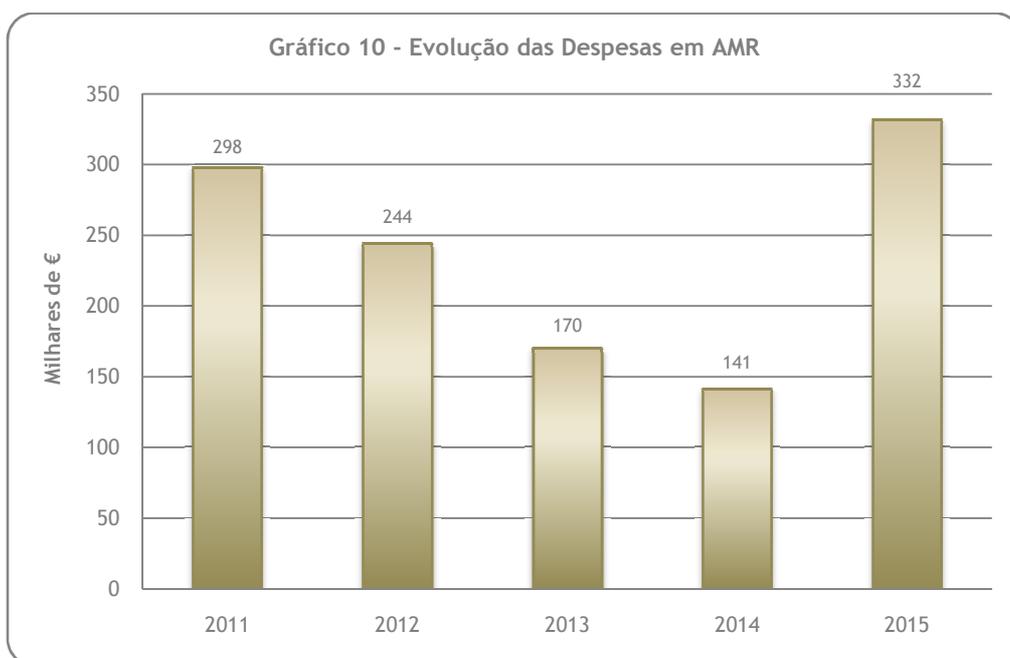
O mapa das Atividades Mais Relevantes inclui o conjunto de despesas que assumem importância estratégica para a política e para os objetivos da gestão municipal, e integram, por este motivo, as Grandes Opções do Plano, garantindo-se, desta forma, que os projetos e ações integrados neste mapa incluam as informações e as regras de execução que se aplicam aos investimentos, contribuindo para um maior rigor no seu planeamento e, complementarmente, facilitando o acompanhamento e controlo.

Para as atividades englobadas neste mapa foi prevista uma dotação de perto de 407 mil euros, dos quais cerca de 361 mil euros foram realizados e quase 332 mil euros foram efetivamente pagos até ao final do exercício. Este desempenho garantiu uma taxa de execução de 82%, um pouco acima da média dos projetos inscritos no Plano Plurianual de



Investimentos, uma vez que as despesas integradas neste documento assumem normalmente a natureza corrente e estão associadas a medidas desenvolvidas pelos serviços municipais de menor complexidade e dimensão, sendo, em parte, menos dependentes de fatores externos, nomeadamente, ao nível do financiamento.

Pela análise da evolução das despesas pagas à luz destas atividades nos últimos exercícios confirma-se o crescimento dos valores envolvidos em 2015, com um aumento de 95% em relação a 2014, quebrando uma trajetória de redução verificada nos anos anteriores. Deve acrescentar-se que, atendendo à liberdade conferida na composição deste mapa, as variações registadas podem estar relacionadas com as variações dos investimentos que estas atividades complementam ou evidenciam desfasamentos resultantes da autonomia de algumas medidas aqui incluídas, em anos em que estas ganham maior peso, conforme ocorreu no ano em questão.



A análise a este documento por objetivo tal como definido na estrutura das Grandes Opções do Plano, permite constatar que foi na *Cultura, Desporto e Tempos Livres* que se concentraram as atividades que justificaram maiores recursos, já que, neste objetivo, as dotações atingiram os 214 mil euros, e destas foram realizadas despesas superiores a 200 mil euros, que deram origem a pagamentos na ordem dos 191 mil euros. Em termos comparativos, o valor das despesas pagas foi superior ao registado no ano anterior em cerca de 50%, como resultado de uma maior afetação de recursos às atividades aqui incluídas, designadamente, às iniciativas municipais no âmbito do desporto e aos apoios a



entidades terceiras no âmbito de parcerias estabelecidas para desenvolvimento de ações e medidas concretas nestas áreas.

É importante referir ainda que, neste objetivo, estão incluídos vários projetos associados também à área da *Educação*, mas multidisciplinares, e que funcionam como complemento das atividades letivas, principalmente, nas férias escolares. Os montantes envolvidos permitiram alcançar uma taxa de execução superior a 89%, como reflexo de uma maior facilidade nas previsões efetuadas atendendo ao seu planeamento prévio e à regularidade registada ao longo dos exercícios.

A área de *Saneamento e Salubridade* está associada a uma das atribuições mais relevantes das autarquias e que habitualmente concentra uma parte importante da atenção dos órgãos municipais e dos recursos disponíveis. Apesar dos projetos associados a este objetivo assumirem, na sua maioria, a forma de investimentos, foram, no âmbito de ações de natureza corrente, canalizados perto de 84 mil euros para o pagamento final de projetos técnicos nesta área, associados ao novo projeto de reabilitação da ETAR Intermunicipal do Valgode. A taxa de execução obtida, na ordem dos 75%, reflete o desvio, ainda que pouco significativo, entre a estimativa de encargos para os projetos mencionados, a despesa que veio a ser efetivamente realizada e paga.

Os restantes objetivos registaram valores significativamente inferiores aos já referidos, podendo destacar-se ainda a área de *Ação Social* que inclui projetos autónomos, considerados relevantes pela sua temática e pelos fins que procuram, como são exemplos, o Fundo Social de Apoio à Habitação, a Ação Social Escolar, o Incentivo à Natalidade, entre outros. No objetivo *Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público* foram incluídas algumas medidas na área do turismo que, apesar dos reduzidos montantes envolvidos, foram um complemento importante relativamente a outras iniciativas de promoção turística local e regional.



Quadro 16 - Execução das AMR's por Objetivos

Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Exec.	Var. 14/15
Educação	2.987,50 €	1.587,53 €	987,53 €	33,06%	-46,50%
Cultura, Desporto e T. L.	214.394,83 €	200.730,82 €	191.402,53 €	89,28%	49,60%
Ação Social	46.733,68 €	38.366,63 €	32.209,67 €	68,92%	196,67%
Saneamento e Salubridade	111.291,19 €	93.655,45 €	83.833,11 €	75,33%	ind.
Desen. Ec. e Abast. Público	25.088,94 €	20.170,64 €	17.101,79 €	68,16%	3320,36%
Diversos	6.116,18 €	6.116,18 €	6.116,18 €	100,00%	ind.
Total	406.612,32 €	360.627,25 €	331.650,81 €	81,56%	95,28%

2.5. Indicadores Orçamentais

Em complemento à análise efetuada neste capítulo, apresenta-se, em seguida, um conjunto de indicadores de natureza orçamental que permite avaliar o comportamento de algumas grandezas da execução orçamental municipal e efetuar uma comparação com exercícios anteriores.

Quadro 17 - Evolução dos Rácios Orçamentais

Designação	Rácio	2011	2012	2013	2014	2015
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa total	100%	102%	101%	100%	101%
Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso ao Crédito	(Receita total - Passivos financeiros) / Despesa total	93%	93%	81%	96%	96%
Peso dos Impostos nas Receitas	Impostos directos e indirectos / Receita total	10%	11%	10%	12%	13%
Peso dos Empréstimos nas Receitas	Passivos financeiros / Receita total	7%	9%	20%	4%	4%
Peso do Encargos de Longo Prazo nas Despesas	Serviço da Dívida LP / Despesa total	9%	9%	8%	8%	8%
Peso do Investimento nas Despesas	Investimento / Despesa total	12%	11%	25%	22%	14%
Grau de Cobertura de Bens de Capital pelas Tranf. Capital	Transf. Capital / Aquisições de bens de capital	195%	211%	71%	70%	44%



Pela análise dos resultados apresentados, pode concluir-se o seguinte:

- As receitas totais foram ligeiramente superiores às despesas totais, porém, em proporção inferior à do saldo orçamental do exercício anterior, verificando-se, por este motivo, uma contribuição negativa para o saldo final da gerência;
- O grau de cobertura das despesas pelas receitas sem recurso ao crédito manteve-se praticamente ao nível do ano anterior, uma vez que o montante de passivos financeiros englobou apenas a linha de curto prazo contratada;
- O peso dos impostos diretos e indiretos na receita total municipal aumentou, em resultado da variação positiva deste tipo de receita, apesar de manter uma importância relativamente reduzida na estrutura orçamental total;
- Conforme já referido e pelos mesmos motivos, o peso dos passivos financeiros nas receitas, manteve-se, no exercício em análise, ao nível do ano anterior e significativamente inferior a 2013, cuja execução foi influenciada pelo recebimento das verbas do PAEL;
- O peso dos encargos de longo prazo na estrutura da despesa manteve-se também equivalente ao ano transato, continuando, contudo, a ter uma influência reduzida nos valores totais da despesa do exercício;
- Na sequência do que se referiu na análise anterior, o investimento registou uma quebra expressiva, no exercício em questão, diminuindo assim o peso destas rubricas no conjunto das despesas municipais;
- Apesar do montante dos investimentos ter decrescido, o grau de cobertura destes pelas transferências de capital também decresceu consideravelmente, em resultado da forte diminuição das receitas associadas a este capítulo.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A situação económico-financeira do município é analisada através de uma abordagem ao comportamento de todas as componentes das principais demonstrações financeiras que integram os documentos de prestação de contas: o balanço e a demonstração de resultados. Pretende-se, com esta análise, obter algumas conclusões relevantes sobre os efeitos da gestão municipal nos meios ao dispor da entidade, na sua saúde financeira e no seu património, tendo presente que o objetivo principal da atividade municipal é a maximização da eficiência na disponibilização de bens e serviços públicos.

A análise às principais demonstrações financeiras é ainda complementada com a apresentação de indicadores de natureza patrimonial e com uma referência à evolução da dívida do município e à sua situação perante os limites legais de endividamento.

3.1. Análise do Balanço

O Balanço do município no final do exercício de 2015 totaliza 53,349 milhões de euros, tendo registado, em relação a 2014, uma diminuição de perto de 1%, como resultado de variações, algumas significativas, nas componentes do ativo, passivo e fundos próprios.

Analisando as rubricas que compõem o Ativo (líquido) pode confirmar-se que o Imobilizado mantém um elevado peso no seu valor, na ordem dos 93%, apesar de ter diminuído em relação ao ano transato. Nestas contas englobam-se todos os bens do município, detidos ou geridos com carácter de continuidade, excecionado-se, assim, os que se destinam a venda ou a incorporação na produção de outros bens. O valor do Imobilizado registou uma ligeira redução face aos valores existentes nos registos de 2014, em consequência das respetivas amortizações, que não foram totalmente compensadas pelo registo de novos bens adquiridos ou produzidos.

Das rubricas englobadas nesta componente surge, com maior destaque, o valor dos *bens de domínio público*, onde estão registados e valorizados todos os bens públicos sobre os quais esta autarquia detém direitos, nomeadamente, de gestão. Estas rubricas totalizaram 28,632 milhões de euros relativos, essencialmente, a outras construções e infraestruturas, verificando-se uma variação negativa de aproximadamente 5% em relação aos valores do



ano anterior, pelos motivos já referidos. Apesar desta variação, estas contas representam perto de 54% do total do Ativo e 58% do total do Imobilizado, atendendo a que envolvem valores bastante avultados.

As *imobilizações corpóreas*, que integram os bens de carácter permanente que a autarquia utiliza na sua atividade operacional, apresentaram um ligeiro crescimento do seu valor, pouco superior a 1%, registando um montante total líquido de 16,949 milhões de euros no final do exercício. Face à função das suas contas, esta rubrica apresenta habitualmente um peso muito significativo no balanço, e concentra, em 2015, cerca de 34% do valor do Imobilizado e 32% do valor total do Ativo.

As rubricas associadas a *investimentos financeiros*, que registam as aplicações financeiras realizadas pelo município, apresentaram o valor total líquido de 3,919 milhões de euros. A variação significativa verificada em relação ao ano anterior, na ordem dos 23%, resulta do registo da participação no Fundo de Apoio Municipal no valor de 716 mil euros, já que, para além desta, apenas se verificou uma alteração de pequeno montante decorrente do ajustamento das provisões para refletir perdas neste tipo de aplicações, relacionadas com o valor do capital da empresa municipal Termalístur. Por este motivo, o seu peso foi reforçado, representando cerca de 7% do Ativo e perto de 8% do total do Imobilizado. Refira-se, ainda, que, como vem sendo habitual, as rubricas de *imobilizações incorpóreas* não apresentam qualquer valor.

As contas incluídas no Circulante apresentam valores bastante mais reduzidos do que as que integram o Imobilizado, totalizando, no seu conjunto, cerca de 1,946 milhões de euros, ou seja, cerca de 4% do Ativo. Porém, este valor aumentou cerca de 16% em relação a 2014, devido ao aumento substancial das contas de *dívidas de terceiros de curto prazo*, que cresceram 50% em relação ao ano anterior, totalizando 1,297 milhões de euros. Esta variação expressiva ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento dos montantes de outros devedores, influenciados pelo valor da dívida da empresa local Termalístur.

As restantes contas apresentaram saldos inferiores aos registados em 2014, apesar de, em termos absolutos, não assumirem uma relevância equivalente às das *dívidas de terceiros*. As *existências* foram valorizadas em cerca de 168 mil euros, evidenciando um decréscimo de 6% no valor dos inventários, decorrente da gestão dos armazéns municipais. Os valores das contas de *depósitos bancários e de caixa* diminuíram cerca de 25%, somando, no final do ano, 481mil euros.



As constas de Acréscimos e Diferimentos, ainda do lado do Ativo, registaram uma variação negativa, tendo diminuído cerca de 3% em relação aos valores do ano transato. No final de 2015, estas contas somavam 1,904 milhões de euros, montante bastante relevante proveniente, essencialmente, do registo de *acréscimos de proveitos*, onde são registadas as especializações dos montantes referentes a proveitos de impostos municipais a cobrar, entre outros movimentos. As contas de *custos diferidos*, onde se incluem os custos suportados e a reconhecer em anos seguintes, registaram valores menos expressivos.

No ano em análise, o Passivo totalizou 19,562 milhões de euros, registando uma redução de cerca de 9% em relação aos valores obtidos em 2014, já que ocorreu uma significativa redução das obrigações perante terceiros, em linha com o que se refere ao longo do presente documento. Para este comportamento, contribuíram significativamente as rubricas que integram as *dívidas a terceiros*, quer de médio/longo prazos, quer de curto prazo. No médio/longo prazo, o montante das dívidas totalizou, no final do exercício, cerca de 3,715 milhões de euros, equivalendo a uma contração de 11% resultante exclusivamente do cumprimento do plano de amortizações dos financiamentos contratados. Esta variação assume maior significado, já que foram aqui registadas as dívidas a liquidar, nos próximos exercícios, relativas à participação no FAM, que não existiam em anos anteriores. As dívidas a terceiros de curto prazo apresentaram também uma trajetória claramente decrescente, registando uma variação de -27%, em resultado de uma diminuição do valor global dos saldos em aberto junto de fornecedores e outras entidades, estando incluída também aqui, a dívida ao FAM a liquidar no curto prazo (2016), que justifica o ligeiro aumento dos saldos de outros credores. O valor global destas dívidas totaliza, assim, 3,920 milhões de euros.

Com uma variação muito pouco significativa, as rubricas de Acréscimos e Diferimentos totalizaram cerca de 11,818 milhões de euros, registando um crescimento pouco superior a 19 mil euros no seu total. Estas contas apresentam, habitualmente, saldos bastante relevantes, associados, na sua maioria, a *proveitos diferidos*, cujo reconhecimento ocorre ao longo do período de vida dos investimentos financiados. As contas de *acréscimos de custos*, também aqui incluídas, apresentaram saldos com menor peso, associados a custos a reconhecer neste ano relativos a pagamentos ainda não concretizados, mas com um crescimento em relação a 2014, na ordem dos 12%.



Nota, ainda, para as contas de *provisões para riscos e encargos* cujo valor aumentou para cerca de 109 mil euros, em resultado de um aumento dos riscos associados a responsabilidades que o município poderá vir a assumir, no âmbito dos processos judiciais em curso.

As contas respeitantes a Fundos Próprios evidenciaram um aumento de perto de 5%, totalizando 33,787 milhões de euros. Esta variação resultou, essencialmente, do aumento do valor do *património*, em cerca de 2%, assim como, do valor das contas de *reservas*, que também contribuíram com uma variação positiva, apesar de menos representativa. Refira-se ainda o contributo da conta de *resultados transitados*, cujo valor negativo diminuiu (melhorou) perto de 1 milhão de euros devido à incorporação dos resultados do ano transato, influenciando significativamente o valor dos Fundos Próprios. O *resultado líquido do exercício* apurado foi inferior ao obtido em 2014, em cerca de 12%, situando-se em 860 mil euros.



Quadro 18 - Balanço Resumido

Designação	2015	2014	Var. 14/15
ATIVO			
Imobilizado líquido	49.499.790,01 €	50.083.469,99 €	-1,17%
Bens de domínio público	28.631.522,04 €	30.151.123,17 €	-5,04%
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizações corpóreas	16.949.094,07 €	16.738.420,92 €	1,26%
Investimentos financeiros	3.919.173,90 €	3.193.925,90 €	22,71%
Circulante	1.945.588,93 €	1.683.928,86 €	15,54%
Existências	167.749,32 €	178.182,72 €	-5,86%
Dívidas de terceiros -c. prazo	1.297.127,29 €	867.365,26 €	49,55%
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos em inst. financ. e caixa	480.712,32 €	638.380,88 €	-24,70%
Acréscimos e diferimentos	1.903.866,48 €	1.967.859,83 €	-3,25%
Total do Ativo	53.349.245,42 €	53.735.258,68 €	-0,72%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos próprios	33.787.212,55 €	32.279.136,09 €	4,67%
Património	36.244.087,29 €	35.633.180,09 €	1,71%
Reservas	852.380,34 €	786.200,63 €	8,42%
Resultados transitados	-4.168.933,45 €	-5.119.061,03 €	-18,56%
Resultado líquido do exercício	859.678,37 €	978.816,40 €	-12,17%
Passivo	19.562.032,87 €	21.456.122,59 €	-8,83%
Provisões para riscos e encargos	109.816,35 €	99.974,05 €	9,84%
Dívidas a terceiros -m/longo prazo	3.714.663,24 €	4.182.696,37 €	-11,19%
Dívidas a terceiros -c. prazo	3.920.000,71 €	5.375.068,14 €	-27,07%
Acréscimos e diferimentos	11.817.552,57 €	11.798.384,03 €	0,16%
Total de Fundos Próprios e Passivo	53.349.245,42 €	53.735.258,68 €	-0,72%

3.2. Análise da Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados do exercício de 2015 permite constatar que as estruturas de Custos e Perdas e de Proveitos e Ganhos apresentaram algumas variações positivas, que não foram, contudo, suficientes para alterar o sentido dos resultados, em



relação ao que se verificou no ano anterior. Os Custos e Perdas totalizaram cerca de 13,850 milhões de euros, registando um ligeiro aumento em relação ao mesmo valor de 2014, na ordem dos 3%. Os Proveitos e Ganhos atingiram um valor total de 14,710 milhões de euros, sendo também superior ao montante apurado no ano anterior, em cerca de 2%.

Para melhor compreender estas variações e a formação do resultado, importa analisar as contas que fazem parte de cada um dos agregados. Do lado dos Custos e Perdas, as contas de *custos e perdas operacionais*, que correspondem às rubricas de maior importância e com maiores movimentos, atingiram os 13,259 milhões de euros, tendo aumentado em relação ao exercício anterior, cerca de 2%. Destas, merece destaque a rubrica de *custos com pessoal*, que registou o maior valor absoluto, na ordem dos 6,132 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 4%, a que corresponde uma variação absoluta de 241 mil euros, em resultado, conforme já referido na análise orçamental, da redução dos valores das remunerações e dos encargos sociais. Este valor assume, assim, uma importância muito relevante para a estrutura de resultados, já que representa cerca de 46% dos *custos e perdas operacionais* e 44% do total dos Custos e Perdas.

As contas relativas a *amortizações do exercício* apresentaram, tal como no ano anterior, o segundo maior valor do total de Custos e Perdas, registando um crescimento de 3% em relação a 2014. O valor global dos saldos destas contas atingiu os 3,214 milhões de euros, que espelha o resultado de uma depreciação mais avultada dos bens do ativo imobilizado, que foi influenciada pela incorporação de vários bens de valor relevante no imobilizado final. Por este motivo, estas contas viram o seu peso reforçado no total dos Custos e Perdas, representando, neste exercício, cerca de 23% do total de custos.

O montante relativo a *fornecimentos e serviços externos* destaca-se também na estrutura de Custos e Perdas, atingindo os 3,110 milhões de euros, valor este superior ao verificado em 2014 em quase 3%. Note-se que estas contas integram todos os custos intermédios e de funcionamento corrente dos serviços, assumindo, por este motivo, uma importância acrescida e merecendo uma atenção reforçada. Por este motivo, o valor obtido tem um peso de 23% no conjunto dos *custos e perdas operacionais* e de cerca de 22% no total de Custos e Perdas.

Com saldos bastante inferiores aos das contas referidas anteriormente, as restantes rubricas de *custos e perdas operacionais* registaram algumas variações em relação aos



montantes do ano anterior. Destas, destacaram-se as rubricas de *transferências e subsídios concedidos*, que atingiram cerca de 616 mil euros, e registaram um crescimento expressivo, na ordem dos 174%. Esta variação decorreu do aumento das transferências concedidas, quer para as freguesias, quer para as instituições sem fins lucrativos e famílias, no âmbito de projetos municipais desenvolvidos no exercício. Em sentido contrário e com variações de menor relevo, as contas associadas a *custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas* também registaram um decréscimo em relação a 2014, na ordem dos 15%, assim como, as contas de *provisões do exercício*, que apresentaram uma diminuição de quase 57%, relacionada com a atualização dos riscos associados a eventuais encargos decorrentes de processos judiciais em curso. As contas de *outros custos e perdas operacionais* demonstraram um comportamento idêntico, já que decresceram cerca de 23% em relação a 2014, totalizando pouco mais de 59 mil euros.

Os *custos e perdas financeiras* atingiram um total de 107 mil euros, evidenciando um decréscimo considerável (em termos relativos) em relação aos valores registados em 2014, em consequência da diminuição da generalidade juros suportados, assim como, de outros custos financeiros, designadamente, serviços financeiros e comissões bancárias. As contas de *custos e perdas extraordinárias* registaram, por seu lado, um crescimento de perto de 43% em relação aos valores do ano transato, somando agora cerca de 485 mil euros. Esta variação resulta do aumento dos saldos da maioria das suas contas, destacando-se as perdas em imobilizações e as correções diversas efetuadas ao longo do exercício.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, o valor dos *proveitos e ganhos operacionais* destaca-se claramente dos restantes, tendo atingido os 13,619 milhões de euros, o que equivale a um aumento superior a 5% em relação aos valores de 2014. Das contas englobadas nos *proveitos operacionais*, destacam-se, como habitual, as *transferências e subsídios obtidos*, que englobam as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, entre outras transferências obtidas de entidades terceiras. Em 2015, atingiram o montante de 8,255 milhões de euros, tendo aumentado relativamente a 2014, cerca de 5%, em resultado do acréscimo dos fundos provenientes do Orçamento de Estado, já que as restantes transferências obtidas, nomeadamente relativas a fundos comunitários, registaram uma quebra expressiva. Deve referir-se, porém, que estas contas têm um peso determinante nas estruturas de Proveitos e Ganhos, já que representam 61% do total de *proveitos e ganhos operacionais* e cerca de 56% do total de proveitos.



As restantes contas de *proveitos e ganhos operacionais* registaram valores bastante inferiores, mas, na globalidade, evidenciam também variações positivas em relação a 2014. Destas, deve destacar-se o valor obtido em *impostos e taxas*, na ordem dos 2,199 milhões de euros, que aumentaram perto de 6% em relação ao ano anterior, em resultado de um aumento de alguns impostos municipais, com destaque para o IMI. Em linha com o comportamento dos *impostos e taxas*, as contas de *vendas e prestações de serviços* têm também demonstrado uma evolução com tendência de crescimento, beneficiando de uma mais eficaz e equitativa cobrança dos preços relativos a fornecimento de bens e serviços. Neste ano registaram um aumento de quase 24%, totalizando cerca de 1,135 milhões de euros. Por último, as contas de *outros proveitos e ganhos operacionais*, que englobam um conjunto de proveitos associados a rendas de concessão e de exploração, totalizaram 2,031 milhões de euros, em linha com o montante registado no ano anterior.

Tal como se verificou no ano transato, os *proveitos e ganhos financeiros* apresentaram valores muito reduzidos, atendendo a que congregam contas associadas a ganhos financeiros que não ocorreram, designadamente, juros de depósitos. Deve sublinhar-se que, desde 2014, uma parte muito significativa dos acontecimentos registados nestas contas, rendas e outras contrapartidas, passaram a registar-se em contas de *outros proveitos e ganhos operacionais*. Os *proveitos e ganhos extraordinários* verificaram uma diminuição em relação ao ano anterior, na ordem dos 27%, somando 1,091 milhões de euros, devido a variações em diversos ganhos obtidos e correções efetuadas relativas a exercícios anteriores.

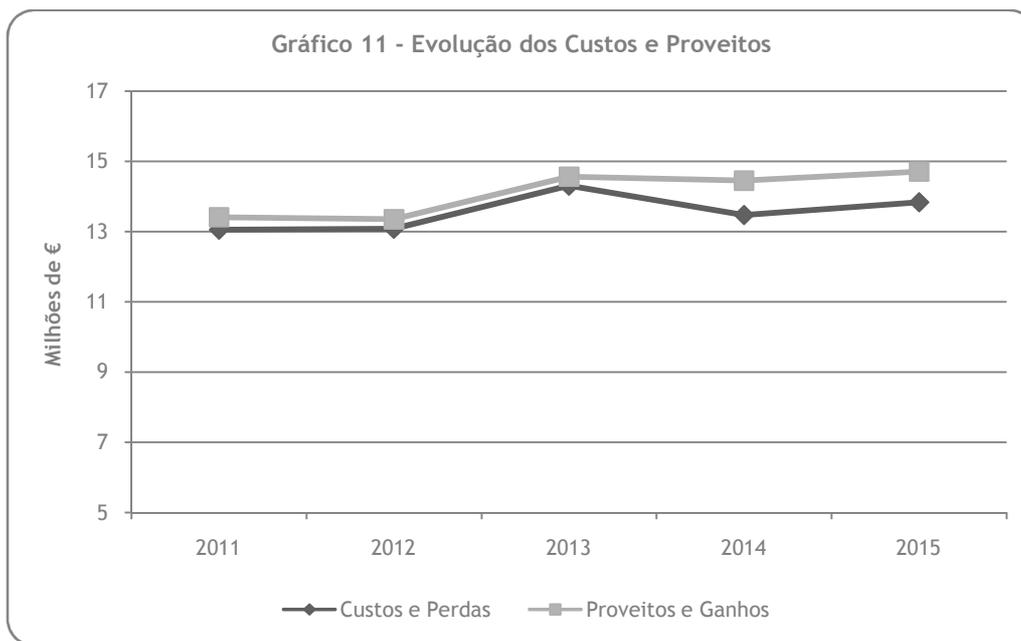
Tendo presente que os resultados não se assumem como objetivo central da gestão na administração pública, atendendo aos objetivos das entidades e aos critérios que estão na base do financiamento da sua atividade, deve salientar-se que, no final do exercício em análise, foi apurado um resultado líquido no valor de 860 mil euros, inferior ao verificado em 2014 em 12%. Este valor resulta do comportamento positivo das contas que relevam para os resultados operacionais e extraordinários, já que os resultados financeiros apresentam um valor negativo, na ordem dos 107 mil euros.



Quadro 19 - Demonstração de Resultados Resumida

Designação	2015	2014	Var. 14/15
CUSTOS E PERDAS			
Custos e perdas operacionais	13.258.521,04 €	12.991.758,72 €	2,05%
CMVMC	109.833,74 €	130.163,94 €	-15,62%
Fornecimentos e serviços externos	3.110.156,39 €	3.022.071,20 €	2,91%
Custos com pessoal	6.131.890,91 €	6.373.366,29 €	-3,79%
Transferências e subs. conced.	616.437,88 €	225.228,58 €	173,69%
Amortizações do exercício	3.214.369,19 €	3.124.328,73 €	2,88%
Provisões do exercício	16.616,03 €	38.500,00 €	-56,84%
Outros custos e perdas operacionais	59.216,90 €	78.099,98 €	-24,18%
Custos e perdas financeiras	107.344,35 €	139.324,41 €	-22,95%
Custos e perdas extraordinárias	484.840,55 €	339.414,53 €	42,85%
Total de Custos e Perdas	13.850.705,94 €	13.470.497,66 €	2,82%
PROVEITOS E GANHOS			
Proveitos e ganhos operacionais	13.618.959,19 €	12.951.596,52 €	5,15%
Vendas e prestações de serviços	1.134.550,92 €	918.160,58 €	23,57%
Impostos e taxas	2.198.867,56 €	2.083.985,22 €	5,51%
Transferências e subsídios obtidos	8.254.735,60 €	7.899.534,62 €	4,50%
Outros proveitos e ganhos oper.	2.030.805,11 €	2.049.916,10 €	-0,93%
Proveitos e ganhos financeiros	8,02 €	438,96 €	-98,17%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.091.417,10 €	1.497.278,58 €	-27,11%
Total de Proveitos e Ganhos	14.710.384,31 €	14.449.314,06 €	1,81%
RESULTADOS			
Resultados Operacionais	360.438,15 €	-40.162,20 €	-997,46%
Resultados Financeiros	-107.336,33 €	-138.885,45 €	-22,72%
Resultados Correntes	253.101,82 €	-179.047,65 €	-241,36%
Resultado Líquido do Exercício	859.678,37 €	978.816,40 €	-12,17%

Efetuada, ainda, uma breve análise ao comportamento dos custos e dos proveitos ao longo dos últimos 5 exercícios, pode verificar-se, conforme gráfico abaixo, que os valores dos proveitos têm sido superiores aos dos custos, apesar das variações de ambos os agregados. Nos exercícios de 2014 e 2015 verifica-se um maior distanciamento entre custos e proveitos com reflexo na melhoria dos resultados alcançados.



3.3. Indicadores Económico-Financeiros

Em complemento à análise efetuada nos pontos anteriores, apresenta-se um conjunto de indicadores de base patrimonial, apurados por recurso aos dados do balanço e que permitem extrair algumas conclusões sobre a evolução da situação económica e financeira do município ao longo dos últimos 5 exercícios.

Quadro 20 - Evolução dos Rácios Económico-Financeiros

Designação	Rácio	2011	2012	2013	2014	2015
Coeficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	125%	134%	128%	150%	173%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Activo Total	55%	57%	56%	60%	63%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	12%	16%	30%	31%	50%
Grau de Dependência do Médio/Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Activo Total	9%	7%	9%	8%	7%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	28%	25%	23%	18%	14%



Dos resultados obtidos nos indicadores pode concluir-se que:

- A solvabilidade aumentou em relação ao ano anterior, mantendo a trajetória de melhoria verificada nos últimos anos, o que significa que o município reforçou a capacidade para satisfazer os compromissos assumidos com os seus próprios meios, reduzindo, assim, a dependência de terceiros;
- A autonomia financeira melhorou também em relação ao ano transato e registou o valor mais elevado dos anos analisados, demonstrando que os fundos próprios cobrem agora uma parcela maior do valor do ativo, melhorando o grau de cobertura da atividade pelos seus capitais e reduzindo a exposição a capitais externos;
- A liquidez geral aumentou significativamente, revelando uma melhoria da capacidade do município para fazer face ao seu passivo exigível a curto prazo, através do recurso aos seus ativos mais líquidos;
- O grau de dependência do médio/longo prazo diminuiu, confirmando a tendência de redução da dependência do financiamento médio/longo prazos para manter e melhorar os seus meios e o nível dos seus investimentos;
- O nível de endividamento decresceu em relação aos anos anteriores, confirmando o que se refere ao longo do presente documento, uma vez que as dívidas a terceiros têm um peso significativamente menor no total dos fundos próprios e passivo.

3.4. Evolução da Dívida Municipal

O recurso ao crédito por parte das administrações públicas é um importante instrumento financeiro que contribui para um nível de financiamento adequado ao desempenho das suas atribuições, sendo o endividamento público um mecanismo de equidade intergeracional, desde que usado na devida proporção e escalonado de acordo com os benefícios gerados pelo investimento que financia. Porém, tal como já se referiu ao longo do presente relatório, o cumprimento de compromissos europeus (designadamente do



Pacto de Estabilidade e Crescimento) tem exigido uma solidariedade acrescida entre todos os níveis de governo no cumprimento dos objectivos orçamentais definidos para o sector público.

Por este motivo, o enquadramento legal recente tem limitado significativamente a possibilidade de endividamento municipal, contribuindo para que o Estado possua instrumentos que permitam a gestão de riscos e mantenha a disciplina fiscal e a estabilidade que são exigidos. Deste modo, a gestão financeira das autarquias tem espelhado estas limitações, tornando-se mais exigente, evitando a acumulação de desvios que ponham em causa o quadro existente.

Ciente desta preocupação, o executivo municipal tem procurado manter o nível de atividade pública nas áreas mais importantes e, ao mesmo tempo, reduzir a dívida municipal, zelando por cumprir as obrigações legais e, paralelamente, minimizar os constrangimentos provocados pelo atraso de pagamentos aos agentes económicos que desenvolvem relações comerciais com o município. Assim, no final do exercício de 2015, a dívida total somava 7,635 milhões de euros, inferior em cerca de 20% em relação ao valor registado no ao anterior. Para esta redução contribuíram, tanto as dívidas de curto prazo, que registaram um valor de 3,920 milhões de euros e uma redução na ordem de 27%, como as dívidas de médio/longo prazo, que totalizaram 3,715 milhões de euros, sendo inferiores ao valor de 2014 em cerca de 11%.

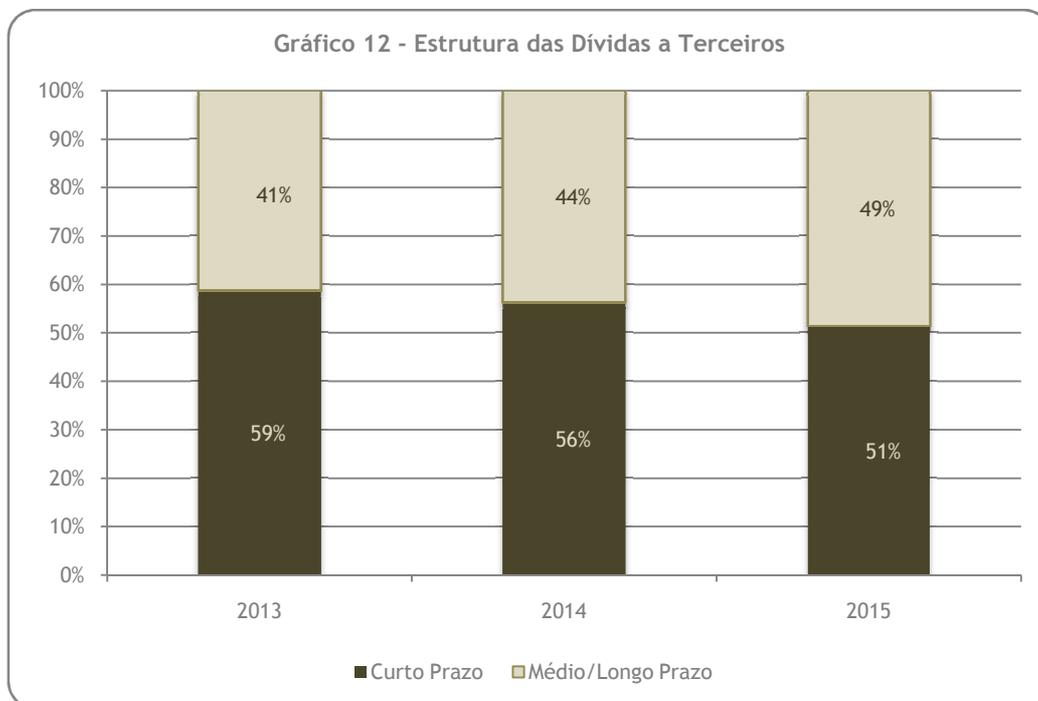
Quadro 21 - Evolução das Dívidas a Terceiros

Designação	2013	2014	2015
Dívidas de curto prazo	7.271.430,81 €	5.375.068,14 €	3.920.000,71 €
Dívidas de médio/longo prazo	5.122.012,53 €	4.182.696,37 €	3.714.663,24 €
Total	12.393.443,34 €	9.557.764,51 €	7.634.663,95 €

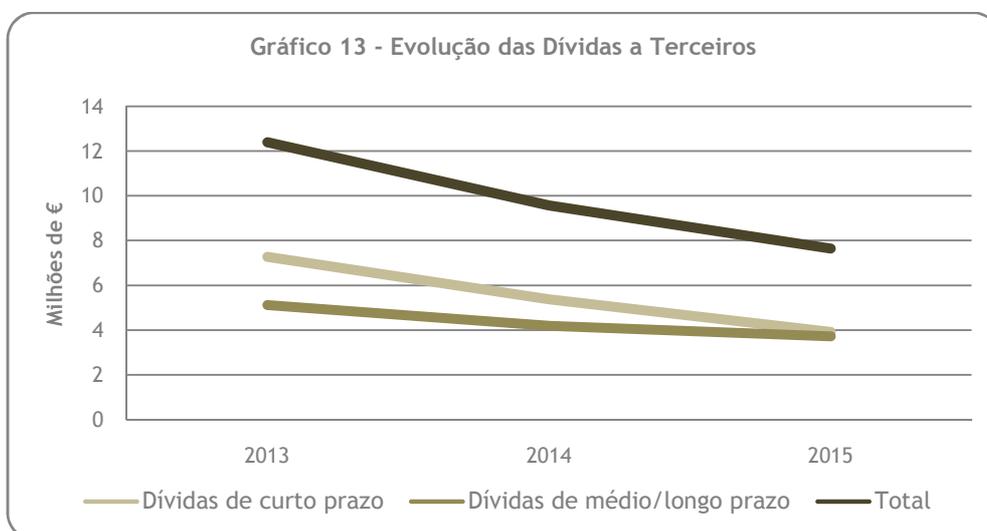
Tal como tem sido sublinhado ao longo do presente documento, deve referir-se que a redução bastante expressiva da dívida municipal resulta de medidas da gestão municipal que, privilegiando a obtenção de um equilíbrio financeiro estável, optou por uma maior racionalização e restrição da atividade em áreas de menor relevância e impacto na qualidade dos serviços, com impacto imediato nas responsabilidades junto dos fornecedores, mantendo, paralelamente, a amortização dos financiamentos bancários sem



contração de novas dívidas desta natureza. Importa ainda salientar, conforme já foi referido anteriormente, que a evolução das dívidas a terceiros está, neste ano, fortemente influenciada pela imposição relativa à participação do município no FAM, no âmbito da qual, teve que assumir um novo passivo que no final do exercício totalizava 613 mil euros.



Como consequência desta evolução da dívida municipal, a estrutura das dívidas de terceiros sofreu alterações em relação ao que se verificou em anos anteriores. Assim, atendendo a que a redução verificada nas dívidas de curto prazo foi mais intensa, o seu peso no total da dívida diminuiu, fixando-se agora em 51%, em contraponto com a das dívidas de médio/longo prazo, que aumentaram o seu peso para 49% do total.





3.5. Limites ao Endividamento

Com a aprovação da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, vulgarmente designada de Lei das Finanças Locais, foram introduzidas alterações relevantes ao regime de crédito das autarquias e aos limites ao endividamento. Neste tema em particular, estão estabelecidos, pela legislação referida, limites para a contração de dívida orçamental, de qualquer natureza, passando a considerar, para aferição dos limites, também a dívida das entidades participadas pelos municípios na correspondente proporção de participação. Desta forma, no âmbito do conceito de dívida total assente nestes critérios, as entidades pertencentes ao grupo municipal e as restantes entidades participadas assumem uma influência direta no equilíbrio financeiro das autarquias.

Importa, assim, concretizar os conceitos subjacentes ao quadro legal referido, de modo a analisar o enquadramento do município nas regras que lhes estão subjacentes. Neste sentido, a Lei n.º 73/2013 estabelece, no seu artigo 52.º o seguinte:

- A dívida total de operações orçamentais de cada município, incluindo a das entidades participadas (previstas no artigo 54.º), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De acordo com estes conceitos, e recorrendo a dados provisórios relativamente à contribuição das entidades participadas, a situação do Município de S. Pedro do Sul face ao limite da dívida total no final do exercício de 2015, era a seguinte:



Quadro 22 - Situação face ao Limite da Dívida Total

Designação	2015
Limite global (n.º1 art. 52.º RFALEI)	16.935.853,62 €
Limite do ano (al. b) n.º3 art. 52.º RFALEI)	11.371.009,20 €
Endividamento Relevante:	
<i>Município</i>	6.643.500,51 €
<i>Entidades participadas*</i>	540.020,17 €
Total	7.183.520,68 €
Margem global	9.752.332,94 €
Margem do ano	4.187.488,52 €

* Valores provisórios

De acordo com os dados apresentados, verifica-se que dívida de operações orçamentais do município³ (difere da ótica do balanço referida no ponto anterior), em termos individuais, situa-se em cerca de 6,644 milhões de euros, à qual acresce a parte da dívida das entidades participadas que releva para o conceito da dívida total, no montante provisório de cerca de 540 mil euros. A dívida total municipal, numa ótica global, para os efeitos previstos no art. 52.º da Lei n.º 73/2013, é de 7,184 milhões de euros, ficando bastante abaixo do limite, estipulado em 16,936 milhões de euros.

Deve ainda referir-se que, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do art. 52.º da Lei n.º 73/2013, as entidades que cumpram os limites da dívida total, conforme descrito acima, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. Com base nesta norma, apurou-se um limite utilizável no ano de 2015, no valor de 11,371 milhões de euros, em relação ao qual, se obteve, ainda assim, uma margem de 4,187 milhões de euros.

3.6. Apuramento dos Custos por Função

O sistema de Contabilidade de Custos veio permitir o apuramento de um conjunto relevante de informação financeira com base na determinação dos custos por função, por bem ou serviço, e também, por centro de responsabilidade. Este sistema baseia-se em

³ Exclui o saldo de operações de tesouraria e a dívida ao FAM.



informação recolhida nos diversos serviços municipais, assumindo uma significativa complexidade e exigindo uma adaptação constante às alterações introduzidas na sua matriz de funcionamento interno.

Com base neste sistema, foram apurados e trabalhados os dados suficientes para elaboração dos mapas definidos no POCAL. A informação constante nestes mapas reveste-se de extrema relevância e utilidade para o processo de tomada de decisões relacionadas com os impactos e resultados da atividade municipal. Para uma análise sobre o apuramento dos custos da atividade por funções, apresenta-se, a seguir, um quadro resumo com os valores totais finais apurados relativos ao exercício de 2015:

Quadro 23 - Custos por Função

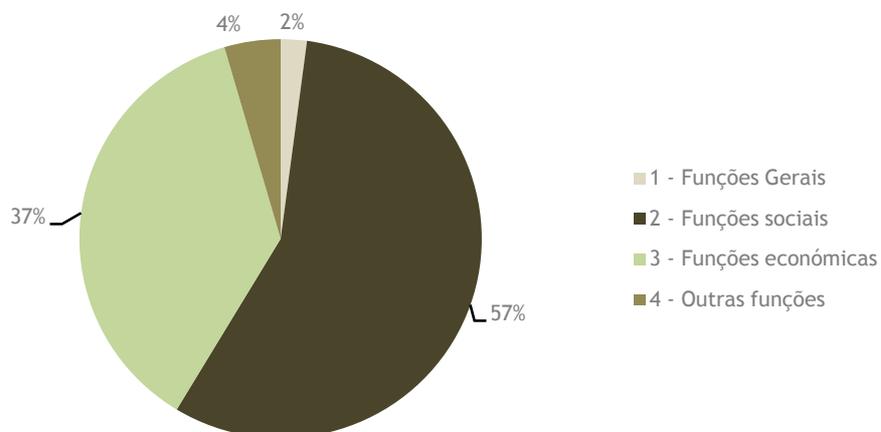
Função	2015		2014		Var. 14/15
	Valor	Peso	Valor	Peso	
1 - Funções Gerais	268.271,41 €	2,09%	359.846,74 €	2,81%	-25,45%
111 - Administração geral	168.915,18 €	1,31%	249.971,41 €	1,95%	-32,43%
121 - Protecção civil e luta contra incêndios	99.356,23 €	0,77%	109.875,33 €	0,86%	-9,57%
2 - Funções sociais	7.269.758,36 €	56,55%	7.233.729,75 €	56,50%	0,50%
211 - Ensino não superior	646.143,78 €	5,03%	579.028,81 €	4,52%	11,59%
212 - Serviços auxiliares de ensino	1.245.184,29 €	9,69%	1.518.843,48 €	11,86%	-18,02%
221 - Serviços individuais de saúde	176.983,10 €	1,38%	176.303,78 €	1,38%	0,39%
231 - Segurança social	9.934,62 €	0,08%	9.934,62 €	0,08%	0,00%
232 - Acção social	306.526,58 €	2,38%	360.091,66 €	2,81%	-14,88%
241 - Habitação	102.497,15 €	0,80%	108.017,99 €	0,84%	-5,11%
242 - Ordenamento do território	446.906,61 €	3,48%	498.532,68 €	3,89%	-10,36%
243 - Saneamento	560.712,41 €	4,36%	464.631,57 €	3,63%	20,68%
244 - Abastecimento de água	864.509,25 €	6,72%	696.100,93 €	5,44%	24,19%
245 - Resíduos sólidos	605.453,60 €	4,71%	600.099,13 €	4,69%	0,89%
246 - Protecção do meio ambiente e cons. nat.	649.327,58 €	5,05%	731.375,12 €	5,71%	-11,22%
251 - Cultura	484.367,34 €	3,77%	393.425,61 €	3,07%	23,12%
252 - Desporto, recreio e lazer	1.118.763,05 €	8,70%	1.062.049,73 €	8,29%	5,34%
253 - Outras actividades cívicas e religiosas	52.449,00 €	0,41%	35.294,64 €	0,28%	48,60%



(continuação)

Função	2015		2014		Var. 14/15
	Valor	Peso	Valor	Peso	
3 - Funções económicas	4.736.898,16 €	36,85%	4.706.258,87 €	36,76%	0,65%
310 - Agricultura, pecuária, silvic., caça e pesca	246.084,25 €	1,91%	250.208,90 €	1,95%	-1,65%
320 - Indústria e energia	882.956,06 €	6,87%	931.270,48 €	7,27%	-5,19%
331 - Transportes rodoviários	3.502.403,91 €	27,24%	3.445.590,05 €	26,91%	1,65%
341 - Mercados e feiras	14.872,90 €	0,12%	26.386,50 €	0,21%	-43,63%
342 - Turismo	90.581,04 €	0,70%	52.802,94 €	0,41%	71,55%
4 - Outras funções	580.986,96 €	4,52%	504.092,11 €	3,94%	15,25%
410 - Operações da dívida autárquica	116.076,35 €	0,90%	146.392,38 €	1,14%	-20,71%
420 - Transferências entre administrações	155.935,48 €	1,21%	116.558,97 €	0,91%	33,78%
430 - Diversas não especificadas	308.975,13 €	2,40%	241.140,76 €	1,88%	28,13%
Totais	12.855.914,89 €	100,00%	12.803.927,47 €	100,00%	0,41%

Gráfico 14 - Distribuição dos Custos por Função





4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2015, no valor de **859.678,37 euros**, seja aplicado da seguinte forma:

- Transferência para a conta 59 - *Resultados transitados*;
- Reforço da conta 51 - *Reservas Legais*, pelo valor de 42.983,92 euros, correspondente a 5% do valor do resultado líquido do exercício.



5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício, não se registaram factos relevantes para a gestão municipal, podendo apenas destacar-se que, atendendo à data das últimas eleições legislativas, o Orçamento do Estado foi publicado apenas no dia 30 de março último, e contempla um conjunto de normas com implicação direta no exercício em curso e cuja aplicação decorrerá num período já avançado do ano.



6. ANEXOS

6.1 Execução do Programa de Apoio à Economia Local

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local, apresentam-se os dados relativos à execução deste programa, com referência a 31/12/2015.

Caracterização do Financiamento:

Montante contratado: 2.873.608,73 €

Montante utilizado: 2.850.608,73 €

Prazo: 14 anos

Data de Visto: 26/02/2013

Data de recebimento dos desembolsos: 27/03/2013 e 25/07/2013

Mapas de Acompanhamento:

A execução do plano de ajustamento financeiro aprovado no âmbito do PAEL, é demonstrada nos mapas apresentados nas páginas seguintes, de acordo com os modelos criados para o acompanhamento anual da DGAL, com a informação referente ao final do exercício de 2015.

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2015 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
	2015			
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	292.353,18	211.273,79	-81.079,39	As observações e justificações relativas às variações dos agregados que compõem este mapa são apresentadas nos quadros III e IV, nas respetivas rubricas orçamentais/patrimoniais.
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	
A3. Receita efetiva	14.113.320,53	14.042.805,33	-70.515,20	
A3.1. Receita corrente	10.852.334,53	12.897.233,30	2.044.898,77	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.) ... da qual	3.260.986,00	1.145.572,03	-2.115.413,97	
A3.2.1. Venda de bens de investimento	152.600,00	93.964,40	-58.635,60	
A4. Despesa efetiva	12.006.567,72	13.000.991,93	994.424,21	
A4.1. Correntes ... das quais	10.331.733,70	10.767.954,92	436.221,22	
A4.1.1. Juros	529.069,64	238.754,56	-290.315,08	
a. Resultantes do PAEL	125.341,19	59.170,01	-66.171,18	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	273.132,14	170.752,92	-102.379,22	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	130.596,31	8.831,63	-121.764,68	
A4.1.2. Despesas com pessoal	5.788.461,18	6.205.385,59	416.924,41	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	1.674.834,02	2.233.037,01	558.202,99	
A5. Saldo global	2.106.752,80	1.041.813,40	-1.064.939,40	
A5.1. Saldo corrente	520.600,82	2.129.278,38	1.608.677,56	
A5.2. Saldo de capital	1.586.151,98	-1.087.464,98	-2.673.616,96	
A6. Saldo primário	2.635.822,44	1.280.567,96	-1.355.254,48	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	102.231,00	102.231,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	102.231,00	102.231,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-1.796.971,84	-1.049.518,37	747.453,47	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	650.000,00	650.000,00	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	1.796.971,84	1.699.518,37	-97.453,47	
a. Resultantes do PAEL	202.498,41	205.834,70	3.336,29	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	894.473,43	843.683,67	-50.789,76	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	700.000,00	650.000,00	-50.000,00	
A9. Receita total	14.113.320,53	14.692.805,33	579.484,80	
A10. Despesa total	13.803.539,56	14.802.741,30	999.201,74	
A11. Saldo para a gerência seguinte	602.134,14	101.337,82	-500.796,32	
A12. Serviço da dívida	2.326.041,48	1.938.272,93	-387.768,55	
A13. Endividamento total	10.423.721,70	7.644.802,26	-2.778.919,44	
A13.1 Bancário	5.928.339,48	4.182.094,00	-1.746.245,48	
A13.1.1 Médio e longo prazo	4.288.096,46	3.203.508,04	-1.084.588,42	
a. Resultante do PAEL	2.656.886,65	2.058.347,06	-598.539,59	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	1.631.209,81	1.145.160,98	-486.048,83	
A13.1.2 Curto prazo	1.640.243,02	978.585,96	-661.657,06	
A13.2 Fornecedores	2.604.210,83	2.018.537,95	-585.672,88	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	1.891.171,39	1.444.170,31	-447.001,08	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	186	161,00	-25,36	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INH)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (indique o montante total executado nas rubricas respetivas)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2015		2015			
			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		
B.1 Aumento da receita								
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01/01/2013	423.059,57	118.456,68	28%	349.652,34	231.195,66	Execução da Deliberação da Câmara Municipal (de 22/12/2014) e da Assembleia Municipal de 02/02/2015 e Protocolos (celebrados em 2015 com as Freguesias) relativos à transição da gestão dos sistemas de Abastecimento de Água para a esfera do Município.	
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01/04/2013	1.731.887,46	66.206,45	4%	496.477,75	430.271,30	Deliberações da Assembleia Municipal de 30/06/2015 e 30/11/2015, que procedem a atualizações e alterações nas tabelas de taxas municipais.	
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita								
3.1 Rentabilização do património municipal	01/01/2013	12.209,75	50.000,00	410%	81.754,65	31.754,65	Alienação de diverso património mobiliário e imobiliário do Município não necessário para a sua atividade, nomeadamente, viaturas desatualizadas, escolas desativadas e diversos prédios rústicos para atividades agrícolas, florestais, entre outros.	
Total Aumento de receita (B.1)		2.167.156,78	234.663,13	11%	927.884,74	693.221,61		
B.2 Redução da despesa								
4. Redução/contenção/ racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01/01/2013	1.196.496,58	119.649,70	10%	-249.212,71	-368.862,41	Para além da execução de medidas adotadas em anos anteriores, foram implementados mecanismos de limitação e/ou redução dos valores das aquisições de bens e serviços.	O desvio verificado resulta das dificuldades na redução do valor de alguns bens e serviços essenciais, designadamente, energia elétrica e bens e serviços para as equipas do setor de adm- direta municipal.
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa								
5.1 Incremento da eficiência e otimização do sistema de iluminação pública	01/01/2013	513.496,45	77.024,47	15%	2.889,67	-74.134,80	Continuidade dos mecanismos de otimização da rede de iluminação pública. Aquisição de sistemas de energia solar para instalações municipais. Execução de projeto de Eficiência Energética, com vista à implementação de equipamentos mais eficientes (Aquisição de eq. Led).	Impacto influenciado pelos aumentos tarifários e pelo atraso na implementação de medidas de eficiência energética.
5.2 Redução das despesas relativas a contratação de serviços especializados e formação	01/01/2013	63.060,00	6.936,60	11%	-92.897,01	-99.833,61	Permaneceram em vigor os atos anteriores com impacto na medida, designadamente, de limitação de contratação de serviços e de participação em ações de formação.	Impacto influenciado por contratação de serviços externos necessários à implementação de grande projeto de remodelação do sistema de saneamento, entre outros de menor dimensão.
5.3 Redução dos encargos com horas extraordinárias e ajudas de custo	01/01/2013	89.865,81	8.986,58	10%	26.739,26	17.752,68	Permaneceram em vigor os despachos relativos à limitação de deslocações que confirmam o direito a ajudas de custo e de trabalho extraordinário pago.	
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		1.862.918,84	212.597,35	11%	-312.480,79	-525.078,14		
B.3 Outras medidas								
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)	01/10/2012	-134.593,50	0,00	0%	0,00	0,00		
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)	01/01/2013	-140.580,36	0,00	0%	0,00	0,00		
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)		-275.173,86	0,00	0%	0,00	0,00		
Total impacte esperado (B.1+B.2+B.3)		3.754.901,76	447.260,48	12%	615.403,95	168.143,47	Apesar dos desvios consideráveis em algumas medidas, o impacto total positivo foi superior ao previsto.	

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	2015			
Receitas correntes	10.852.334,53	12.897.233,30	-2.044.898,77	
Impostos directos	1.824.358,55	1.996.469,53	-172.110,98	
IMI	1.125.050,89	1.406.959,59	-281.908,70	
IMT	244.578,28	179.665,92	64.912,36	Varição decorrente da situação do mercado imobiliário.
Derrama	169.121,92	99.460,53	69.661,59	Varição decorrente da situação financeira dos agentes económicos.
Outros	285.607,46	310.383,69	-24.776,23	
Impostos indirectos	19.822,42	11.903,43	7.918,99	Varição decorrente da diminuição de processos que originam receitas desta natureza, designadamente de urbanismo.
Taxas, multas e outras penalidades	281.103,48	304.352,74	-23.249,26	
Taxas	267.211,92	272.259,10	-5.047,18	
Multas	13.891,56	32.093,64	-18.202,08	
Rendimentos da propriedade	1.579.786,79	1.874.721,76	-294.934,97	
Transferências correntes	5.338.790,17	7.443.993,53	-2.105.203,36	
Venda de bens e serviços correntes	1.779.381,77	1.140.639,18	638.742,59	
Venda de bens	286.969,32	335.851,76	-48.882,44	
Serviços	725.521,77	801.835,90	-76.314,13	
Rendas	766.890,68	2.951,52	763.939,16	A diferença registada deve-se a alteração na classificação da renda de concessão de rede de energia elétrica que passou a ser enquadrada no capítulo 05 - rendimentos de propriedade.
Outras receitas correntes	29.091,34	125.153,13	-96.061,79	
Receitas de capital	3.260.986,00	1.795.572,03	1.465.413,97	
Venda de bens de investimento	152.600,00	93.964,40	58.635,60	
Terrenos	75.000,00	0,00	75.000,00	A alienação deste tipo de bens foi antecipada em relação às previsões iniciais. Alguns processos de alienação (de valor reduzido) ficaram desertos.
Habitacões	0,00	0,00	0,00	
Edifícios	75.000,00	82.509,00	-7.509,00	
Outros bens de investimento	2.600,00	11.455,40	-8.855,40	
Transferências de capital	3.108.386,00	1.051.607,63	2.056.778,37	A diferença registada deve-se às alterações na distribuição do FEF e na expectativa de recebimento de financiamento para investimentos que não se concretizou.
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.808.386,00	709.876,00	2.098.510,00	A diferença registada deve-se à alteração da distribuição do FEF entre a natureza corrente e de capital.
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	650.000,00	-650.000,00	Recebimento dos valores do empréstimo de curto prazo.
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	
Total receita	14.113.320,53	14.692.805,33	-579.484,80	
Receitas correntes	10.852.334,53	12.897.233,30	-2.044.898,77	
Receitas de capital	3.260.986,00	1.795.572,03	1.465.413,97	
Despesas correntes	10.331.733,70	10.767.954,92	-436.221,22	
Despesas com o pessoal	5.788.461,18	6.205.385,59	-416.924,41	A redução prevista foi cumprida, mas em relação a uma base mais elevada de anos anteriores.
Remunerações certas e permanentes	4.488.421,90	4.738.129,45	-249.707,55	
Abonos variáveis ou eventuais	172.207,71	79.228,48	92.979,23	
Segurança social	1.127.831,57	1.388.027,66	-260.196,09	
Aquisição de bens e serviços	3.603.437,75	3.791.392,70	-187.954,95	Varição decorrente da atividade municipal e da regularização de pagamentos em atraso.
Aquisição de bens	777.613,13	819.504,78	-41.891,65	
Aquisição de serviços	2.825.824,61	2.971.887,92	-146.063,31	
Juros e outros encargos	529.069,64	238.754,56	290.315,08	Desvio resultante do montante da dívida financeira (inferior à prevista) e da diminuição das taxas de referência relevantes para apuramento das taxas de juro nominais.
Resultantes do PAEL	125.341,19	59.170,01	66.171,18	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	273.132,14	22.006,74	251.125,40	
Resultantes de endividamento de curto prazo	130.596,31	157.577,81	-26.981,50	

Continuação

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	2015			
Transferências correntes	362.095,74	507.249,16	-145.153,42	Varição decorrente de transferências para as freguesias ao abrigo de protocolos de transição da gestão de águas e para inst. Sem fins lucrativos no âmbito de apoios sociais, recreativos e desportivos.
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	21.246,77	-21.246,77	
Freguesias	16.147,13	126.707,99	-110.560,86	
Associações de municípios	4.250,00	211,66	4.038,34	
Instituições sem fins lucrativos	67.134,66	206.747,20	-139.612,54	
Famílias	252.495,95	145.594,08	106.901,87	
Outras	22.068,00	6.741,46	15.326,54	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	48.669,40	25.172,91	23.496,49	
Despesas de capital	3.471.805,86	4.034.786,38	-562.980,52	
Aquisição de bens de capital	1.497.228,45	2.138.675,68	-641.447,23	Desvio resultante da execução de investimentos municipais relevantes, em parte com co-financiamento comunitário .
Investimentos	1.369.541,98	1.190.009,27	179.532,71	
Terrenos	65.000,00	247.470,10	-182.470,10	
Habitacões	2.716,62	0,00	2.716,62	
Edifícios	351.716,90	44.308,12	307.408,78	
Construções diversas	839.335,55	449.089,93	390.245,62	
Outros	110.772,90	449.141,12	-338.368,22	
Locação financeira	8.033,97	0,00	8.033,97	
Bens de domínio público	119.652,50	948.666,41	-829.013,91	
Transferências de capital	177.605,58	94.361,33	83.244,25	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Freguesias	19.000,00	20.549,89	-1.549,89	
Associações de municípios	111.205,58	18.562,60	92.642,98	
Instituições sem fins lucrativos	38.400,00	55.248,84	-16.848,84	
Famílias	9.000,00	0,00	9.000,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Activos financeiros	0,00	102.231,00	-102.231,00	Decorrente da participação no FAM.
Passivos financeiros	1.796.971,84	1.699.518,37	97.453,47	
Resultantes do PAEL	202.498,41	205.834,70	-3.336,29	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	894.473,43	843.683,67	50.789,76	
Resultantes de endividamento de curto prazo	700.000,00	650.000,00	50.000,00	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	
Total despesa	13.803.539,56	14.802.741,30	-999.201,74	
Despesa corrente	10.331.733,70	10.767.954,92	-436.221,22	
Despesa de capital	3.471.805,86	4.034.786,38	-562.980,52	
Saldo (Receita - Despesa)	309.780,96	-109.935,97	419.716,93	O saldo apurado foi inferior ao previsto porque as despesas (pagamentos) ultrapassaram as receitas, como consequência da recuperação de pagamentos em atraso.

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP
(DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO					
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2015	Desvio	Observação / Justificação
	2015				
Dívida de Curto prazo					
Empréstimos de CP	700.000,00		0,00	-700.000,00	Apesar de alguns desvios nas contas de dévidas a terceiros, o montante total das dívidas de curto prazo foi inferior ao previsto, mesmo com a incorporação da dívida relativa à participação no FAM, na componente a liquidar no curto prazo.
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	940.243,02		978.585,96	38.342,94	
Outra	4.495.382,22		2.941.414,75	-1.553.967,47	
Fornecedores c/c	1.178.586,72		1.720.686,28	542.099,56	
Fornecedores de imobilizado c/c	1.425.624,11		344.435,14	-1.081.188,97	
Estado e Outros Entes Públicos	61.766,76		59.645,90	-2.120,86	
Clientes, contribuintes e utentes	0,00		0,00	0,00	
Administração autárquica	143.570,80		5.500,00	-138.070,80	
Outros credores	1.685.833,83		811.147,43	-874.686,40	
Subtotal Curto prazo	6.135.625,24		3.920.000,71	-2.215.624,53	
Dívida de Médio e longo prazo					
Empréstimos	4.288.096,46		3.203.508,04	-1.084.588,42	O montante total das dívidas de médio e longo prazos foi inferior ao previsto no PAF, mesmo com a incorporação da dívida relativa à participação no FAM, que consta na linha de Outros Credores.
No âmbito do PAEL	2.656.886,65		2.058.347,06	-598.539,59	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	1.631.209,81		1.145.160,98	-486.048,83	
Outra	0,00		0,00	0,00	
Fornecedores c/c	0,00		0,00	0,00	
Fornecedores de imobilizado c/c	0,00		0,00	0,00	
Estado e Outros Entes Públicos	0,00		0,00	0,00	
Clientes, contribuintes e utentes	0,00		0,00	0,00	
Administração autárquica	0,00		0,00	0,00	
Outros credores	0,00		511.155,20	511.155,20	
Subtotal Médio e longo prazo	4.288.096,46		3.203.508,04	-1.084.588,42	
Total da dívida	10.423.721,70		7.123.508,75	-3.300.212,95	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	337.153,67		379.374,50	42.220,83	
Total da dívida de natureza orçamental	10.086.568,03		6.744.134,25	-3.342.433,78	

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP						
Descrição	Valores candidatura		2015		Desvio	
	2015		Valores Executados			
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP						
No âmbito do PAEL	202.498,41	125.341,19	205.834,70	59.170,10	3.336,29	-66.171,09
Outros empréstimos de médio/longo prazo	894.473,43	273.132,14	843.683,67	22.006,74	-50.789,76	-251.125,40
Total	1.096.971,84	398.473,33	1.049.518,37	81.176,84	-47.453,47	-317.296,49

6.2. Declarações de Recebimentos em Atraso, Pagamentos em Atraso e Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, apresentam-se, nos mapas seguintes, as declarações de recebimentos em atraso, pagamentos em atraso e compromissos plurianuais existentes a 31/12/2015.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2015

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Recebimentos em Atraso a 31/12/2015:

(de forma agregada de acordo com o n.º 1 do art. 17.º do Decreto-Lei 127/2012)

ID	Ano da Dívida	Cl. Económica	Cliente/Devedor		Descrição	Valor	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
			NIF	Nome			
Valores agregados	2005	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	1.172,90	Juros de mora
Valores agregados	2006	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	1.891,55	Juros de mora
Valores agregados	2007	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	2.411,31	Juros de mora
Valores agregados	2008	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	2.186,01	Juros de mora
Valores agregados	2009	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	2.839,64	Juros de mora
Valores agregados	2010	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	1.369,34	Juros de mora
Valores agregados	2011	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	1.655,69	Juros de mora
Valores agregados	2012	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	147,42	Juros de mora
Valores agregados	2013	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	1.656,51	Juros de mora
Valores agregados	2014	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	580,22	Juros de mora
Valores agregados	2015	07011102	Diversos	Diversos clientes/devedores	Mercados e feiras	277,76	Juros de mora
Valores agregados	2005	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	71,33	Juros de mora
Valores agregados	2006	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	551,64	Juros de mora
Valores agregados	2007	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	420,02	Juros de mora
Valores agregados	2008	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	72,68	Juros de mora
Valores agregados	2009	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	1.055,28	Juros de mora
Valores agregados	2010	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	1.027,18	Juros de mora
Valores agregados	2011	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	326,62	Juros de mora
Valores agregados	2012	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	1.827,10	Juros de mora
Valores agregados	2013	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	3.688,07	Juros de mora
Valores agregados	2014	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	4.077,98	Juros de mora
Valores agregados	2015	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Água, saneamento e RSU	18.764,12	Juros de mora
Valores agregados	2012	040204	Diversos	Diversos clientes/devedores	Processos de contraordenação	140,00	Execução judicial
Valores agregados	2014	040205	Diversos	Diversos clientes/devedores	Processos de contraordenação	580,40	Execução judicial
Valores agregados	2013	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Cultura, desporto e ação social	1.220,06	Juros de mora
Valores agregados	2014	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Cultura, desporto e ação social	4.571,26	Juros de mora
Valores agregados	2015	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Cultura, desporto e ação social	37.142,13	Juros de mora
Valores agregados	2013	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Publicidade e oc. Via pública	1.412,43	Juros de mora
Valores agregados	2014	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Publicidade e oc. Via pública	191,57	Juros de mora
Valores agregados	2015	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Publicidade e oc. Via pública	68,09	Juros de mora
Valores agregados	2015	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Serviços Administrativos	29,04	Juros de mora
002/0003016	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.176,80	Juros de mora
002/0003890	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0004767	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0005867	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0006204	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0006562	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0007419	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0008710	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0009503	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
Valores agregados	2014	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Diversas	1.011,33	Juros de mora
Valores agregados	2015	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Diversas	12.694,60	Juros de mora
Valores agregados	2015	010299	Diversos	Diversos clientes/devedores	Contribuição Autárquica	1.347,21	Execução fiscal
Valores agregados	2015	010202	Diversos	Diversos clientes/devedores	Imposto municipal sobre Imóveis	257.222,92	Execução fiscal
Valores agregados	2015	010204	Diversos	Diversos clientes/devedores	Imposto mun. sobre transm. on Imóveis	13.647,11	Execução fiscal
Valores agregados	2015	010203	Diversos	Diversos clientes/devedores	Imposto único de circulação	40.187,04	Execução fiscal
Total						999.197,00	

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,

Vítor Manuel de Almeida Figueiredo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2015

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março).

Pagamentos em Atraso a 31/12/2015:

ID	Ano da Dívida	Cl. Económica	Fornecedor/Credor		Descrição	Valor	Implicações do atraso no pagamento
			NIF	Nome			
FACT.: 2015FT/1518/2015	2015	020225	511135610	AcIn Icloud Solutions	Aquisição de bens e serviços	984,00	Juros de mora
N/C EX ANT: 6471/ADSE/2014	2014	010301	600000303	ADSE-Direção Geral de Protecção Social dos Funcion	Despesas com pessoal	-8,98	Juros de mora
FACT.: 8489/2015	2015	010301	600000303	ADSE-Direção Geral de Protecção Social dos Funcion	Despesas com pessoal	3.016,85	Juros de mora
FACT.: 8898/2015	2015	010301	600000303	ADSE-Direção Geral de Protecção Social dos Funcion	Despesas com pessoal	26,18	Juros de mora
FACT.: 10161/2015	2015	010301	600000303	ADSE-Direção Geral de Protecção Social dos Funcion	Despesas com pessoal	14,47	Juros de mora
FACT.: 9554/2015	2015	010301	600000303	ADSE-Direção Geral de Protecção Social dos Funcion	Despesas com pessoal	6.158,14	Juros de mora
FACT.: NReemb9201/2015	2015	020225	600000303	ADSE-Direção Geral de Protecção Social dos Funcion	Aquisição de bens e serviços	90,00	Juros de mora
FACT.: 23330/2015	2015	020220	501863087	Anticímex	Aquisição de bens e serviços	44,59	Juros de mora
FACT.: 24193/2015	2015	020220	501863087	Anticímex	Aquisição de bens e serviços	89,18	Juros de mora
FACT.: ND 5/12/2012	2012	0305	502965800	António Pimenta - Construções, LDA.	Juros e outros encargos	8.399,14	Execução judicial
FACT.: FT 6/80/2014	2014	0305	502965800	António Pimenta - Construções, LDA.	Juros e outros encargos	4.838,60	Execução judicial
N.CRÉD.: NC 6/4/2015	2015	0305	502965800	António Pimenta - Construções, LDA.	Juros e outros encargos	-1.971,20	Execução judicial
N.CRÉD.: NC 6/5/2015	2015	0305	502965800	António Pimenta - Construções, LDA.	Juros e outros encargos	-95,62	Execução judicial
FACT.: V001 PT/5000570/2015	2015	070111	502000594	Áquamatic - Sistemas de Rega, S.A.	Aquisição de bens de capital	328,41	Juros de mora
FACT.: 3368/2015	2015	020225	503975281	Associação das Termas de Portugal	Aquisição de bens e serviços	300,00	Juros de mora
FACT.: ES 55/2015	2015	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15.424,09	Juros de mora
FACT.: ES 97/2015	2015	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	18.375,86	Juros de mora
FACT.: RSU 64/2015	2015	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15.761,74	Juros de mora
FACT.: ES 116/2015	2015	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	19.164,26	Juros de mora
FACT.: RSU 82/2015	2015	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	16.396,03	Juros de mora
FACT.: RSU 100/2015	2015	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	16.831,58	Juros de mora
FACT.: ES 137/2015	2015	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	19.702,50	Juros de mora
FACT.: Exp.Sist.158/2015	2015	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	20.874,68	Juros de mora
FACT.: Recolha RSU 118/2015	2015	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	17.831,91	Juros de mora
FACT.: Quotização14/2014	2014	0202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	11.092,00	Juros de mora
FACT.: Quotização 12/2015	2015	0202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	11.808,00	Juros de mora
FACT.: ND 5/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	305,20	Execução judicial
FACT.: ND 17/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	478,78	Execução judicial
FACT.: ND 28/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	588,97	Execução judicial
FACT.: ND 41/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	745,36	Execução judicial
FACT.: ND 55/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	897,96	Execução judicial
FACT.: ND 70/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.018,42	Execução judicial
FACT.: ND 84/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.141,44	Execução judicial
FACT.: ND 97/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	158,25	Execução judicial
FACT.: ND 108/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	166,27	Execução judicial
FACT.: ND 117/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	276,67	Execução judicial
FACT.: ND 128/2011	2011	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	437,16	Execução judicial
FACT.: ND 6/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	575,68	Execução judicial
FACT.: 18/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	738,33	Execução judicial
FACT.: ND 30/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	906,01	Execução judicial
FACT.: ND63/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.008,76	Execução judicial
FACT.: 76/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.167,95	Execução judicial
FACT.: 102/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.374,41	Execução judicial
FACT.: ND 119/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	261,14	Execução judicial
FACT.: ND 136/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	263,23	Execução judicial
FACT.: ND 153/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	278,60	Execução judicial
FACT.: ND 170/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	451,91	Execução judicial
FACT.: ND 187/2012	2012	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	439,02	Execução judicial
FACT.: ND 199/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.642,35	Execução judicial
FACT.: ND 218/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.502,19	Execução judicial
FACT.: ND 6/2013	2013	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	569,46	Execução judicial
FACT.: ND 2/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.462,02	Execução judicial
FACT.: ND 4/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.365,92	Execução judicial
FACT.: ND 16/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	49,48	Execução judicial
FACT.: ND 40/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.156,53	Execução judicial
FACT.: ND 62/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.205,86	Execução judicial
FACT.: ND 64/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.015,35	Execução judicial
FACT.: ND 66/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	928,46	Execução judicial
FACT.: ND 96/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	768,93	Execução judicial
FACT.: ND 103/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	742,24	Execução judicial
FACT.: ND 107/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	866,00	Execução judicial
FACT.: ND 110/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	741,69	Execução judicial
FACT.: ND 139/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	59,46	Execução judicial
FACT.: 66/2014	2014	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.565,99	Execução judicial
FACT.: ND 84/2014	2014	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.733,98	Execução judicial
FACT.: ND 2/2015	2015	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.834,79	Execução judicial

FACT.: ND Juros 5/2015	2015	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1.822,34	Execução Judicial
FACT.: ND Juros 10/2015	2015	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	372,21	Execução Judicial
FACT.: ND 14/2015	2015	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	249,76	Execução Judicial
FACT.: ND Juros 18/2015	2015	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	342,81	Execução Judicial
FACT.: ND22/2015	2015	0305	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	418,32	Execução Judicial
FACT.: 47/2011/2011	2011	0202	505618451	Associação Empresarial de Lafões	Aquisição de bens e serviços	420,00	Juros de mora
FACT.: 47/2014/2014	2014	020225	505618451	Associação Empresarial de Lafões	Aquisição de bens e serviços	420,00	Juros de mora
FACT.: 2015/262/2015	2015	0202	501627413	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Aquisição de bens e serviços	4.756,00	Juros de mora
FACT.: 1591/2015	2015	020203	138230080	Auto Grilo de António Rodrigues dos Reis	Aquisição de bens e serviços	172,20	Juros de mora
FACT.: 25323/2015	2015	020203	500705615	Auto Universal do Vouga, Lda	Aquisição de bens e serviços	92,25	Juros de mora
FACT.: 25322/2015	2015	020225	500705615	Auto Universal do Vouga, Lda	Aquisição de bens e serviços	6,15	Juros de mora
FACT.: 25324/2015	2015	020203	500705615	Auto Universal do Vouga, Lda	Aquisição de bens e serviços	399,01	Juros de mora
FACT.: 25343/2015	2015	020203	500705615	Auto Universal do Vouga, Lda	Aquisição de bens e serviços	23,99	Juros de mora
FACT.: 25342/2015	2015	020114	500705615	Auto Universal do Vouga, Lda	Aquisição de bens e serviços	82,50	Juros de mora
FACT.: 25344/2015	2015	020203	500705615	Auto Universal do Vouga, Lda	Aquisição de bens e serviços	81,02	Juros de mora
FACT.: 25354/2015	2015	020203	500705615	Auto Universal do Vouga, Lda	Aquisição de bens e serviços	185,61	Juros de mora
FACT.: 229/2015	2015	020108	510407404	Beruni - Artes Gráficas e Publicidade, lda.	Aquisição de bens e serviços	504,30	Juros de mora
FACT.: 228/2015	2015	020225	510407404	Beruni - Artes Gráficas e Publicidade, lda.	Aquisição de bens e serviços	799,50	Juros de mora
FACT.: 44/2015	2015	0202	510407404	Beruni - Artes Gráficas e Publicidade, lda.	Aquisição de bens e serviços	144,65	Juros de mora
FACT.: 730890/2013	2013	0306	500960046	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Juros e outros encargos	98,40	Juros de mora
FACT.: 9647/2013	2013	03060101	500960046	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Juros e outros encargos	10,42	Juros de mora
FACT.: A - 283/2009	2009	0202	504267795	CARCOREST-Soc. de Turismo, Rest. e Agro-Indústria	Aquisição de bens e serviços	200,00	Juros de mora
FACT PROF: 2014800002/2014	2014	020225	100015654	Cartório Notarial de SPS - de David Gomes	Aquisição de bens e serviços	215,20	Juros de mora
FACT PROF: 14/2015	2015	020225	100015654	Cartório Notarial de SPS - de David Gomes	Aquisição de bens e serviços	190,29	Juros de mora
FACT.: 500697/2015	2015	020121	508657911	Casvian	Aquisição de bens e serviços	117,10	Juros de mora
FACT.: 500712/2015	2015	020121	508657911	Casvian	Aquisição de bens e serviços	227,30	Juros de mora
FACT.: 500772/2015	2015	020121	508657911	Casvian	Aquisição de bens e serviços	356,70	Juros de mora
FACT.: 500790/2015	2015	020121	508657911	Casvian	Aquisição de bens e serviços	5.440,92	Juros de mora
FACT.: 2015A1/574/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	293,23	Juros de mora
FACT.: 2015A1/575/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	1.305,89	Juros de mora
FACT.: 2015A1/754/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	188,19	Juros de mora
FACT.: 2015A1/761/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	293,23	Juros de mora
FACT.: 2015A1/771/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	188,19	Juros de mora
FACT.: 2015A1/772/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	270,35	Juros de mora
FACT.: 2015A1/760/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	262,36	Juros de mora
FACT.: 2015A1/741/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	3.616,66	Juros de mora
FACT.: 2015A1/741/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	1.400,88	Juros de mora
FACT.: 2015A1/749/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	220,42	Juros de mora
N.CRÉD.: NC 2015A4/28/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	-73,80	Juros de mora
N.CRÉD.: NC 2015A4/27/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	-13,53	Juros de mora
FACT.: 2015A1/748/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	1.628,77	Juros de mora
FACT.: 2015A1/774/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	103,07	Juros de mora
FACT.: 2015A1/773/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	19,68	Juros de mora
FACT.: 2015A1/1111/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	188,19	Juros de mora
FACT.: 2015A1/1113/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	188,19	Juros de mora
FACT.: 2015A1/1112/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	293,23	Juros de mora
FACT.: 2015A1/1114/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	679,45	Juros de mora
FACT.: 2015A1/1122/2015	2015	020220	502883308	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	Aquisição de bens e serviços	730,37	Juros de mora
FACT.: recibo nº 170/2015	2015	0407	506564959	Clube de Orientação de Viseu - Natura	Transferências correntes	1.950,00	Juros de mora
DOC.INT.: 15867/2015	2015	020225	600010058	Conservatória dos Registos Civil e Predial de São	Aquisição de bens e serviços	500,00	Juros de mora
DOC.INT.: 15867/2015	2015	020225	600010058	Conservatória dos Registos Civil e Predial de São	Aquisição de bens e serviços	250,00	Juros de mora
DOC.INT.: 4571/2015	2015	020225	600010058	Conservatória dos Registos Civil e Predial de São	Aquisição de bens e serviços	265,00	Juros de mora
DOC.INT.: 6665/2015	2015	020225	600010058	Conservatória dos Registos Civil e Predial de São	Aquisição de bens e serviços	250,00	Juros de mora
FACT.: 13/2012/2012	2012	0305	508707463	Construções Araducta, Lda.	Juros e outros encargos	1.056,09	Execução Judicial
FACT.: 41/2013/2013	2013	07010401	503369489	Construções Carlos Pinho Lda.	Aquisição de bens de capital	349,23	Juros de mora
FACT.: ND 10/2011/2011	2011	030502	501564616	Construtora da Balraada - Soc. Construção, SA	Juros e outros encargos	6.737,34	Execução Judicial
N.CRÉD.: 200816/2008	2008	020108	507308646	COPIGÉS - Sistemas de Identificação, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-553,68	Juros de mora
FACT.: 2008603/2008	2008	020108	507308646	COPIGÉS - Sistemas de Identificação, S.A.	Aquisição de bens e serviços	536,56	Juros de mora
FACT.: 161/2015	2015	020121	501332898	Daniel, Santos & Afonso, Lda	Aquisição de bens e serviços	74,14	Juros de mora
FACT.: 160/2015	2015	020203	501332898	Daniel, Santos & Afonso, Lda	Aquisição de bens e serviços	99,00	Juros de mora
FACT.: 167/2015	2015	020117	501332898	Daniel, Santos & Afonso, Lda	Aquisição de bens e serviços	241,94	Juros de mora
FACT.: 175/2015	2015	020121	501332898	Daniel, Santos & Afonso, Lda	Aquisição de bens e serviços	18,62	Juros de mora
FACT.: 174/2015	2015	020117	501332898	Daniel, Santos & Afonso, Lda	Aquisição de bens e serviços	21,53	Juros de mora
FACT.: ND 1200007/2012	2012	030502	501185224	Desinel - Informática e Electrónica, Lda.	Juros e outros encargos	67,51	Execução Judicial
FACT.: A/01303916-2ª Via/2013	2013	0201	500342008	Discomer - Distribuidora Alimentar de Lafões, LDA.	Aquisição de bens e serviços	34,54	Juros de mora
FACT.: A/01303997-2ª Via/2013	2013	0201	500342008	Discomer - Distribuidora Alimentar de Lafões, LDA.	Aquisição de bens e serviços	241,77	Juros de mora
N.CRÉD.: 1257/2011	2011	020201	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-32,01	Juros de mora
N.CRÉD.: 1312/2011	2011	020201	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-14,21	Juros de mora
FACT.: 843387/2014	2014	020225	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Aquisição de bens e serviços	150,00	Juros de mora
FACT.: 2781/2015	2015	020220	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Aquisição de bens e serviços	380,81	Juros de mora
FACT.: ND 411992106/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	11,63	Execução Judicial
FACT.: ND411992455/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	15,97	Execução Judicial
FACT.: ND411991568/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	7,32	Execução Judicial
FACT.: ND411991199/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	15,46	Execução Judicial
FACT.: ND41847736/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	22,22	Execução Judicial
FACT.: ND418480140/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,87	Execução Judicial
FACT.: ND418480327/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	22,65	Execução Judicial
FACT.: ND418480624/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	9,43	Execução Judicial
FACT.: ND418478745/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,75	Execução Judicial
FACT.: ND 422040168/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,25	Execução Judicial

FACT.: FDI 7/2013/2013	2013	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	6,24	Execução Judicial
FACT.: 2015/108/2015	2015	020115	502106573	Estanel - Estanifera da Beira, Lda.	Aquisição de bens e serviços	1.067,64	Juros de mora
FACT.: 120/2015	2015	020115	502106573	Estanel - Estanifera da Beira, Lda.	Aquisição de bens e serviços	350,55	Juros de mora
FACT.: 121/2015	2015	020115	502106573	Estanel - Estanifera da Beira, Lda.	Aquisição de bens e serviços	17,22	Juros de mora
FACT.: 945/2015	2015	020203	109863780	Estofos Várzea - José Carlos Gonçalves Oliveira	Aquisição de bens e serviços	49,20	Juros de mora
FACT.: FC.1 947/2015	2015	020112	503144398	Fernando Ribeiro Parente, Lda.	Aquisição de bens e serviços	719,55	Juros de mora
FACT.: 441/2015	2015	070111	504637037	Flow Systems - Sistemas de Medição de Fluidos, Lda	Aquisição de bens de capital	2.051,39	Juros de mora
FACT.: 560/2015	2015	070111	504637037	Flow Systems - Sistemas de Medição de Fluidos, Lda	Aquisição de bens de capital	3.077,09	Juros de mora
FACT.: FA 2015M/3/2015	2015	020214	504474170	FNWAY - Consulting, Lda	Aquisição de bens e serviços	5.535,00	Juros de mora
DOC.INT.: RegMG05235/2015	2015	08050102	506930920	Freguesia de Pindelo dos Milagres	Transferências de capital	5.000,00	Juros de mora
FACT.: 9111082105/2015	2015	030502	500126623	Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Aliment	Juros e outros encargos	60,54	Execução Judicial
FACT.: 9111082852/2015	2015	030502	500126623	Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Aliment	Juros e outros encargos	72,51	Execução Judicial
FACT.: 3240010699/2015	2015	020101	502303034	GRANBEIRA - Sociedade de Expl. e Com. de Granitos,	Aquisição de bens e serviços	74,05	Juros de mora
FACT.: 3240010907/2015	2015	020101	502303034	GRANBEIRA - Sociedade de Expl. e Com. de Granitos,	Aquisição de bens e serviços	187,39	Juros de mora
FACT.: 23/2010	2010	0202	505429527	Grupo de Danças e Cantares da Serra da Gravla	Aquisição de bens e serviços	200,00	Juros de mora
FACT.: 608/2012	2012	0202	502595370	Hotel do Parque-Predial das Termas-Ag.Imobiliária,	Aquisição de bens e serviços	1.051,50	Juros de mora
FACT.: ND 104/2012/2012	2012	030502	505766205	HR PROTECÇÃO, S.A.	Juros e outros encargos	21,74	Execução Judicial
FACT.: FA1 2015/10513/2015	2015	070111	505766205	HR PROTECÇÃO, S.A.	Aquisição de bens de capital	66,05	Juros de mora
FACT.: 565/2015	2015	020215	502117524	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Aquisição de bens e serviços	360,00	Juros de mora
FACT.: 50003778 - 2ª Via/2015	2015	020104	502473274	Imporquímica - Ind. Port. Produção Química, Lda	Aquisição de bens e serviços	305,27	Juros de mora
FACT.: 7001333773/2008	2008	0202	500792887	Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A.	Aquisição de bens e serviços	37,17	Juros de mora
FACT.: ND 201201/2012	2012	030502	502838809	Irmãos Pinho Resende, Lda.	Juros e outros encargos	9.679,60	Execução Judicial
FACT.: ND 201202/2012	2012	030502	502838809	Irmãos Pinho Resende, Lda.	Juros e outros encargos	1.926,69	Execução Judicial
FACT.: 13032/2013	2013	030502	502838809	Irmãos Pinho Resende, Lda.	Juros e outros encargos	856,74	Execução Judicial
FACT.: 13031/2013	2013	030502	502838809	Irmãos Pinho Resende, Lda.	Juros e outros encargos	948,54	Execução Judicial
FACT.: 15566/2014	2014	020121	500737533	Irmãos Teles, Lda - Entrepoteo Comercial da Ponte	Aquisição de bens e serviços	602,70	Juros de mora
N. CRÉDITO: 0800424/2008	2008	070107	504512340	ITS - Iberica, Lda.	Aquisição de bens de capital	-144,00	Juros de mora
FACT.: FA 2015ON/44/2015	2015	020108	215728505	João Miguel Dias Lobo	Aquisição de bens e serviços	250,92	Juros de mora
DOC.INT.: 4361*/2014	2014	070101	106972910	José Cardoso	Aquisição de bens de capital	1.250,00	Juros de mora
DOC.INT.: 4361**/2014	2014	070101	147762316	José da Rocha Cardoso	Aquisição de bens de capital	1.250,00	Juros de mora
DOC.INT.: 183/2004	2004	020225	0	José Luis Pereira Oliveira	Aquisição de bens e serviços	6,42	Juros de mora
FACT.: ND 3/2011	2011	030502	508286697	Kimiplan, Lda	Juros e outros encargos	332,75	Execução Judicial
FACT.: ND 11/5/2012	2012	030502	508286697	Kimiplan, Lda	Juros e outros encargos	115,64	Execução Judicial
FACT.: 585/2015	2015	020114	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	1.057,87	Juros de mora
FACT.: 584/2015	2015	020203	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	5,01	Juros de mora
FACT.: 656/2015	2015	020203	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	24,00	Juros de mora
FACT.: 658/2015	2015	020203	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	56,60	Juros de mora
FACT.: 659/2015	2015	020203	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	5,01	Juros de mora
FACT.: 660/2015	2015	02010299	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	467,40	Juros de mora
FACT.: 661/2015	2015	020112	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	658,59	Juros de mora
FACT.: 657/2015	2015	020203	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	16,00	Juros de mora
FACT.: 710/2015	2015	020112	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	330,18	Juros de mora
FACT.: 709/2015	2015	020112	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	102,93	Juros de mora
FACT.: 577/2015	2015	0202	503063800	Lafopneus - de Ferreira & Pinto Lda	Aquisição de bens e serviços	16,00	Juros de mora
FACT.: SGF15+01640/2015	2015	0202	500164819	Lemos & Irmão, S.A.	Aquisição de bens e serviços	257,91	Juros de mora
FACT.: 201510 0/453/2015	2015	020203	503154750	Logjdoc, Lda.	Aquisição de bens e serviços	126,69	Juros de mora
FACT.: 776/2011	2011	020105	508332877	Manjar do Chefe Unipessoal Lda.	Aquisição de bens e serviços	87,00	Juros de mora
FACT.: 35/2012	2012	020105	508332877	Manjar do Chefe Unipessoal Lda.	Aquisição de bens e serviços	59,10	Juros de mora
DOC.INT.: 346/2012	2012	01021302	212957082	Manuel Lagoa dos Santos	Despesas com pessoal	137,36	Juros de mora
FACT.: 150011121/2015	2015	020121	500183872	Mário Gonçalves, LDA.	Aquisição de bens e serviços	99,03	Juros de mora
FACT.: 150011125/2015	2015	020121	500183872	Mário Gonçalves, LDA.	Aquisição de bens e serviços	2.217,69	Juros de mora
FACT.: 150011122/2015	2015	020121	500183872	Mário Gonçalves, LDA.	Aquisição de bens e serviços	1.578,09	Juros de mora
FACT.: 150011124/2015	2015	020121	500183872	Mário Gonçalves, LDA.	Aquisição de bens e serviços	43,67	Juros de mora
FACT.: 150011123/2015	2015	020121	500183872	Mário Gonçalves, LDA.	Aquisição de bens e serviços	58,30	Juros de mora
FACT.: 280/2015	2015	070111	505135361	Mármoreos João Costa & Filhos, lda.	Aquisição de bens de capital	161,82	Juros de mora
FACT.: P147/0102/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	75,42	Juros de mora
FACT.: P1473/02/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	187,25	Juros de mora
FACT.: P1473/03/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	520,14	Juros de mora
FACT.: P1473/04/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	338,09	Juros de mora
FACT.: P1570/0102/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	75,42	Juros de mora
FACT.: P1570/02/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	187,25	Juros de mora
FACT.: P1570/03/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	520,14	Juros de mora
FACT.: P1570/04/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	338,09	Juros de mora
FACT.: 1506316/2015	2015	020121	500384436	Mendes & Irmãos, Lda	Aquisição de bens e serviços	50,74	Juros de mora
FACT.: 1200118/2012	2012	030502	500384436	Mendes & Irmãos, Lda	Juros e outros encargos	1.051,40	Execução Judicial
FACT.: 1200126/2012	2012	030502	500384436	Mendes & Irmãos, Lda	Juros e outros encargos	113,15	Execução Judicial
FACT.: 1200164/2012	2012	030502	500384436	Mendes & Irmãos, Lda	Juros e outros encargos	109,38	Execução Judicial
FACT.: ND 1300014/2013	2013	030502	500384436	Mendes & Irmãos, Lda	Juros e outros encargos	152,90	Execução Judicial
FACT.: NDJ 1300036/2013	2013	030502	500384436	Mendes & Irmãos, Lda	Juros e outros encargos	133,33	Execução Judicial
FACT.: NDJ 1300056/2013	2013	030502	500384436	Mendes & Irmãos, Lda	Juros e outros encargos	149,48	Execução Judicial
FACT.: NDJ 2014/1400043/2014	2014	030502	500384436	Mendes & Irmãos, Lda	Juros e outros encargos	36,71	Execução Judicial
FACT.: S/150000094/2015	2015	020108	502480548	MINFO - Comércio de Microinformática, Lda	Aquisição de bens e serviços	87,17	Juros de mora
FACT.: 1300136/2014	2014	030502	510320970	MM Taste, Lda	Juros e outros encargos	717,57	Execução Judicial
FACT.: 9554/2015	2015	020121	500614555	Moreira & Rodrigues, S.A.	Aquisição de bens e serviços	222,84	Juros de mora
FACT.: 10253/2015	2015	020117	500614555	Moreira & Rodrigues, S.A.	Aquisição de bens e serviços	87,96	Juros de mora
FACT.: 10552/2015	2015	020121	500614555	Moreira & Rodrigues, S.A.	Aquisição de bens e serviços	10,36	Juros de mora
FACT.: 10250/2015	2015	070111	500614555	Moreira & Rodrigues, S.A.	Aquisição de bens de capital	202,80	Juros de mora
FACT.: 764/2012	2012	0305	500654182	Moreira Pinto, Lda	Juros e outros encargos	14.856,88	Execução Judicial
FACT.: C.PI 30.5/2009	2009	020225	502530863	Movjovem - CIPRL	Aquisição de bens e serviços	273,50	Juros de mora
FACT.: 06/ 2453/2015	2015	020117	506598756	N.F. Pegado, Lda	Aquisição de bens e serviços	376,38	Juros de mora

FACT.: 2189/2015	2015	030502	506598756	N.F. Pegado, Lda	Juros e outros encargos	122,07	Execução Judicial
FACT.: 06/2561/2015	2015	070111	506598756	N.F. Pegado, Lda	Aquisição de bens de capital	247,80	Juros de mora
FACT.: 65/2012	2012	01021302	18278478	Nelson César Ramos da Silva Abreu	Despesas com pessoal	68,68	Juros de mora
FACT.: FA 2015/769/2015	2015	020108	503411302	Novabit, Informática Unipessoal, Lda.	Aquisição de bens e serviços	25,55	Juros de mora
FACT.: FA 2015/804/2015	2015	020108	503411302	Novabit, Informática Unipessoal, Lda.	Aquisição de bens e serviços	139,48	Juros de mora
FACT.: 1165/2015	2015	020108	503411302	Novabit, Informática Unipessoal, Lda.	Aquisição de bens e serviços	54,27	Juros de mora
FACT.: FA 2015/768/2015	2015	070107	503411302	Novabit, Informática Unipessoal, Lda.	Aquisição de bens de capital	602,70	Juros de mora
FACT.: 587/2015	2015	070111	501583610	O VIDRINHO - Comércio de Vidros, LDA.	Aquisição de bens de capital	123,00	Juros de mora
FACT.: 3159/2015	2015	020121	500391262	Oliveira e Bandeira, Lda	Aquisição de bens e serviços	817,95	Juros de mora
FACT.: 1500/000052/2015	2015	020225	507135016	Ómega Produções-Teixeira, Santos & Salgueiro, Lda	Aquisição de bens e serviços	127,92	Juros de mora
FACT.: 1500/000062/2015	2015	020217	507135016	Ómega Produções-Teixeira, Santos & Salgueiro, Lda	Aquisição de bens e serviços	127,92	Juros de mora
FACT.: 322/2015	2015	020121	506793320	PáginaDoze Soluções Informáticas	Aquisição de bens e serviços	27,24	Juros de mora
FACT.: 458/2013	2013	030502	507473850	Paiva Santos - Sociedade de Construções, Lda.	Juros e outros encargos	5.717,90	Execução Judicial
FACT.: 12856/2015	2015	020104	503527580	Papelíquidos - Comércio de Produtos de Limpeza, L.	Aquisição de bens e serviços	166,05	Juros de mora
FACT.: 12855/2015	2015	020104	503527580	Papelíquidos - Comércio de Produtos de Limpeza, L.	Aquisição de bens e serviços	104,67	Juros de mora
FACT.: 12999/2015	2015	020104	503527580	Papelíquidos - Comércio de Produtos de Limpeza, L.	Aquisição de bens e serviços	166,42	Juros de mora
FACT.: 13266/2015	2015	020104	503527580	Papelíquidos - Comércio de Produtos de Limpeza, L.	Aquisição de bens e serviços	169,74	Juros de mora
FACT.: ND 120080/2012	2012	0305	502896604	Pavizeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	Juros e outros encargos	11.448,54	Execução Judicial
N.CRÉD.: NC 120021/2012	2012	0305	502896604	Pavizeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	Juros e outros encargos	-4.323,66	Execução Judicial
FACT.: 1531/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	220,64	Juros de mora
FACT.: 1530/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	13,16	Juros de mora
FACT.: 1529/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	135,44	Juros de mora
FACT.: 1538/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	146,37	Juros de mora
FACT.: 1536/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	154,30	Juros de mora
FACT.: 1539/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	6,40	Juros de mora
FACT.: 1542/2015	2015	020114	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	83,12	Juros de mora
FACT.: 1537/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	21,65	Juros de mora
FACT.: 1533/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	17,47	Juros de mora
FACT.: 1532/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	31,12	Juros de mora
FACT.: 1540/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	140,96	Juros de mora
FACT.: 1535/2015	2015	020112	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	24,54	Juros de mora
FACT.: 1534/2015	2015	020114	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	22,53	Juros de mora
FACT.: 1541/2015	2015	020121	501679855	PEDIPEÇAS - Soc. Comercial Peças para Automóveis	Aquisição de bens e serviços	39,31	Juros de mora
FACT.: 157/2015	2015	020121	510842321	Remateprodigio Granitos Unip. Lda	Aquisição de bens e serviços	828,42	Juros de mora
FACT.: ND 2011_140/2011	2011	030502	500231206	Resopre - Soc. Revendedora de Aparelhos de Precisão	Juros e outros encargos	353,71	Execução Judicial
FACT.: 2012/86/2012	2012	030502	500231206	Resopre - Soc. Revendedora de Aparelhos de Precisão	Juros e outros encargos	103,87	Execução Judicial
FACT.: ND 2012_209/2012	2012	030502	500231206	Resopre - Soc. Revendedora de Aparelhos de Precisão	Juros e outros encargos	189,03	Execução Judicial
FACT.: 168/2015	2015	020225	509394558	Risos e Gargalhadas - Eventos e Formação, Unip. Lda	Aquisição de bens e serviços	467,40	Juros de mora
FACT.: ND 46/2012	2012	030502	501823212	Seabra Tavares - Formulários, Lda.	Juros e outros encargos	139,03	Execução Judicial
FACT.: 1073/2015	2015	020117	500409641	Sidónio Pinto Madanelo, Lda	Aquisição de bens e serviços	42,00	Juros de mora
FACT.: 1095/2015	2015	020114	500409641	Sidónio Pinto Madanelo, Lda	Aquisição de bens e serviços	4,00	Juros de mora
FACT.: 1126/2015	2015	020203	500409641	Sidónio Pinto Madanelo, Lda	Aquisição de bens e serviços	50,00	Juros de mora
FACT.: 1197/2015	2015	020114	500409641	Sidónio Pinto Madanelo, Lda	Aquisição de bens e serviços	82,63	Juros de mora
FACT.: 1214/2015	2015	020121	500409641	Sidónio Pinto Madanelo, Lda	Aquisição de bens e serviços	1.318,00	Juros de mora
FACT.: 1198/2015	2015	020112	500248036	Silva & Carvalhas, LDA.	Aquisição de bens e serviços	146,86	Juros de mora
FACT.: 1243/2015	2015	020112	500248036	Silva & Carvalhas, LDA.	Aquisição de bens e serviços	146,71	Juros de mora
FACT.: 1347/2015	2015	02010299	500248036	Silva & Carvalhas, LDA.	Aquisição de bens e serviços	1.262,60	Juros de mora
FACT.: 1345/2015	2015	020112	500248036	Silva & Carvalhas, LDA.	Aquisição de bens e serviços	2.198,21	Juros de mora
FACT.: 1382/2015	2015	020203	500248036	Silva & Carvalhas, LDA.	Aquisição de bens e serviços	279,03	Juros de mora
FACT.: 541/2015	2015	0201	500248036	Silva & Carvalhas, LDA.	Aquisição de bens e serviços	5,01	Juros de mora
FACT.: ND 2011008/2011	2011	030502	501394125	Silva Brandão & Filhos, Lda	Juros e outros encargos	420,92	Execução Judicial
FACT.: 14/1274/2015	2015	070111	501833560	Sinat, Sinalização de Trânsito, LDA.	Aquisição de bens de capital	2.089,52	Juros de mora
FACT.: 14/1166/2015	2015	070111	501833560	Sinat, Sinalização de Trânsito, LDA.	Aquisição de bens de capital	101,60	Juros de mora
FACT.: 1500/000023/2015	2015	020214	507104145	Sinergiae, Lda	Aquisição de bens e serviços	1.402,20	Juros de mora
FACT.: 641/2012	2012	020203	502840722	Solercine-Projectos e Equipamentos Cinematográfico	Aquisição de bens e serviços	2.478,86	Juros de mora
FACT.: 25877/2009	2009	020117	500582734	Somelgás - Soc. Electrod. e Gás, Lda	Aquisição de bens e serviços	33,00	Juros de mora
FACT.: F30-13/07251/2013	2013	020225	500257841	SPA-Sociedade Portuguesa de Autores	Aquisição de bens e serviços	1.325,00	Juros de mora
FACT.: 10FTE 2015/6745/2015	2015	020108	503789372	STAPLES Portugal - Equipamento de Escritório, S.A.	Aquisição de bens e serviços	1.402,20	Juros de mora
FACT.: 10FTE 2015/6745/2015	2015	020121	503789372	STAPLES Portugal - Equipamento de Escritório, S.A.	Aquisição de bens e serviços	5,41	Juros de mora
FACT.: 10FTE 2015/6923/2015	2015	020108	503789372	STAPLES Portugal - Equipamento de Escritório, S.A.	Aquisição de bens e serviços	255,45	Juros de mora
DOC.INT.: 618/2012	2012	040802	216906644	Susana Maria Silva Figueiredo Ferreira	Transferências correntes	19,21	Juros de mora
FACT.: FVC 9329/2015	2015	020101	500280908	Tecnovia - Sociedade de Empreiteiros, S.a.	Aquisição de bens e serviços	43,84	Juros de mora
FACT.: FVC 9351/2015	2015	020101	500280908	Tecnovia - Sociedade de Empreiteiros, S.a.	Aquisição de bens e serviços	48,74	Juros de mora
FACT.: FVC 9365/2015	2015	020121	500280908	Tecnovia - Sociedade de Empreiteiros, S.a.	Aquisição de bens e serviços	516,60	Juros de mora
FACT.: FVC 9799/2015	2015	020121	500280908	Tecnovia - Sociedade de Empreiteiros, S.a.	Aquisição de bens e serviços	1.252,95	Juros de mora
FACT.: 250818/2015	2015	020114	510924530	Teipicauto - Tudo para Automóveis, Lda.	Aquisição de bens e serviços	549,37	Juros de mora
FACT.: 250869/2015	2015	020112	510924530	Teipicauto - Tudo para Automóveis, Lda.	Aquisição de bens e serviços	139,95	Juros de mora
FACT.: 250868/2015	2015	020112	510924530	Teipicauto - Tudo para Automóveis, Lda.	Aquisição de bens e serviços	5,65	Juros de mora
FACT.: 250898/2015	2015	020112	510924530	Teipicauto - Tudo para Automóveis, Lda.	Aquisição de bens e serviços	359,57	Juros de mora
FACT.: 250901/2015	2015	020112	510924530	Teipicauto - Tudo para Automóveis, Lda.	Aquisição de bens e serviços	6,97	Juros de mora
FACT.: 250899/2015	2015	020112	510924530	Teipicauto - Tudo para Automóveis, Lda.	Aquisição de bens e serviços	6,88	Juros de mora
FACT.: 250923/2015	2015	020112	510924530	Teipicauto - Tudo para Automóveis, Lda.	Aquisição de bens e serviços	21,99	Juros de mora
FACT.: 250922/2015	2015	020112	510924530	Teipicauto - Tudo para Automóveis, Lda.	Aquisição de bens e serviços	11,87	Juros de mora
FACT.: 212R00021/2012	2012	0201	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Aquisição de bens e serviços	67,00	Juros de mora
FACT.: 212R00022/2012	2012	0201	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Aquisição de bens e serviços	67,00	Juros de mora
FACT.: 2015/66/2015	2015	04010101	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Transferências correntes	1.556,64	Juros de mora
FACT.: ND 350/2012	2012	030502	503998915	TOPGIM - Material Desportivo e Lazer, Lda	Juros e outros encargos	72,92	Execução Judicial
FACT.: 18337/2015	2015	020104	502020733	Visipapel - Papel e Cartão, LDA.	Aquisição de bens e serviços	161,07	Juros de mora
FACT.: 19819/2015	2015	020104	502020733	Visipapel - Papel e Cartão, LDA.	Aquisição de bens e serviços	199,51	Juros de mora
FACT.: 27974/2015	2015	020104	502020733	Visipapel - Papel e Cartão, LDA.	Aquisição de bens e serviços	467,40	Juros de mora

FACT.: 120592/2012	2012	020117	501492437	Vissoldas-Máq., Ferramentas e Materiais de Soldadu	Aquisição de bens e serviços	272,14	Juros de mora
FACT.: 674/2009	2009	0202	503039063	ZON TV Cabo Portugal S.A.	Aquisição de bens e serviços	31,99	Juros de mora
REEMB&REST: 599/2009	2009	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	17,17	Juros de mora
REEMB&REST: 1472/2009	2009	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	0,50	Juros de mora
REEMB&REST: 75/2010	2010	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	1,64	Juros de mora
REEMB&REST: INF9398/2015*/2015	2015	060201		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	31,66	Juros de mora
REEMB&REST: 117*/2013	2013	060201		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	4.920,95	Juros de mora
REEMB&REST: José Almeida/2005	2005	060201		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	9,30	Juros de mora
REEMB&REST: Márcio Pinho/2005	2005	060201		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	3,10	Juros de mora
REEMB&REST: 11/2012	2012	060201		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	12,00	Juros de mora
REEMB&REST: 88/2012	2012	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	36,00	Juros de mora
REEMB&REST: 367/2012	2012	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	12,00	Juros de mora
REEMB&REST: 368/2012	2012	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	12,00	Juros de mora
REEMB&REST: 262/2013	2013	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	12,00	Juros de mora
REEMB&REST: 263/2013	2013	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	12,00	Juros de mora
REEMB&REST: 14/2013	2013	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	36,00	Juros de mora
REEMB&REST: 150/2013	2013	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	10,00	Juros de mora
REEMB&REST: RegMGD1689/2015/2	2015	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	12,73	Juros de mora
REEMB&REST: 27/2012	2012	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	10,22	Juros de mora
REEMB&REST: Inf9398/2014/2015	2015	06020301		Reembolsos e restituições a particulares	Outras despesas correntes	9,45	Juros de mora
TOTAL						389.839,71	

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,



Vítor Manuel de Almeida Figueiredo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2015

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro último, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2016	9.091.362,65
2017	1.299.004,91
2018	3.335.369,36
Seguintes	1.539.206,15

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,

Vítor Manuel de Almeida Figueiredo

6.3. Informação relativa ao cumprimento do Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso a 31/12/2014

De acordo com o referido no n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, apresenta-se informação sobre o cumprimento do Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso a 31/12/2014, assim como, o mapa com os documentos por liquidar, à data de 31/12/2015.

Situação a 31/12/2015:

Montante Global do PLPA: **1.142.739,65 €**

Montante previsto para 2015: **873.032,77 €**

Montante Liquidado/Regularizado no ano de 2015: **848.573,05 €**

Montante Global por Liquidar: **294.166,60 €**

Mapa com documentos por liquidar:

Plano de Liquidação dos Pagamentos em Atraso em 31/12/2014 - Documentos por Liquidar a 31/12/2015

(Nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17/03)

ID	Ano de constituição da dívida	Class. Económica	Fornecedor		Descrição	Montante	Implicações do atraso no pagamento	Ano de liquidação	Mês de liquidação	Montante Parcial	Fonte de Financiamento	Existência de acordo com credor
			NIF	Designação								
N/C EX ANT: 6471/ADSE/2014	2014	010301	60000303	ADSE-Direção Geral de Protecção Social dos Funcion	Despesas com pessoal	-8,98	Juros de mora	2015	agosto	-8,98	RP	
FACT.: 55/12/2012	2012	030502	502965800	António Pimenta - Construções, LDA.	Juros e outros encargos	8399,14	Execução judicial	2016	fevereiro	8399,14	RP	
REEMB&REST: José Almeida/2005	2005	060201	0	Arrendamento urbano	Outras despesas correntes	9,3	Juros de mora	2015	julho	9,3	RP	
REEMB&REST: Márcio Pinho/2005	2005	060201	0	Arrendamento urbano	Outras despesas correntes	3,1	Juros de mora	2015	julho	3,1	RP	
FACT.: ND 5/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	305,2	Execução judicial	2015	outubro	305,2	RP	
FACT.: ND 17/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	478,78	Execução judicial	2015	outubro	478,78	RP	
FACT.: ND 28/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	588,97	Execução judicial	2015	outubro	588,97	RP	
FACT.: ND 41/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	745,36	Execução judicial	2015	outubro	745,36	RP	
FACT.: ND 55/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	897,96	Execução judicial	2015	outubro	897,96	RP	
FACT.: ND 70/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1018,42	Execução judicial	2015	outubro	1018,42	RP	
FACT.: ND 84/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1141,44	Execução judicial	2015	outubro	1141,44	RP	
FACT.: ND 97/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	158,25	Execução judicial	2015	outubro	158,25	RP	
FACT.: ND 108/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	166,27	Execução judicial	2015	outubro	166,27	RP	
FACT.: ND 117/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	276,67	Execução judicial	2015	outubro	276,67	RP	
FACT.: ND 128/2011	2011	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	437,16	Execução judicial	2015	outubro	437,16	RP	
FACT.: ND 6/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	575,68	Execução judicial	2015	outubro	575,68	RP	
FACT.: 18/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	738,33	Execução judicial	2015	outubro	738,33	RP	
FACT.: ND 30/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	906,01	Execução judicial	2015	outubro	906,01	RP	
FACT.: ND63/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1008,76	Execução judicial	2015	outubro	1008,76	RP	
FACT.: 76/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1167,95	Execução judicial	2015	outubro	1167,95	RP	
FACT.: 102/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1374,41	Execução judicial	2015	outubro	1374,41	RP	
FACT.: ND 119/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	261,14	Execução judicial	2015	outubro	261,14	RP	
FACT.: ND 136/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	263,23	Execução judicial	2015	outubro	263,23	RP	
FACT.: ND 153/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	278,6	Execução judicial	2015	outubro	278,6	RP	
FACT.: ND 170/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	451,91	Execução judicial	2015	outubro	451,91	RP	
FACT.: ND 187/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	439,02	Execução judicial	2015	outubro	439,02	RP	
FACT.: ND 199/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1642,35	Execução judicial	2015	outubro	1642,35	RP	
FACT.: ND 218/2012	2012	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1502,19	Execução judicial	2015	outubro	1502,19	RP	
FACT.: ND 6/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	569,46	Execução judicial	2015	outubro	569,46	RP	
FACT.: ND 2/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1462,02	Execução judicial	2015	outubro	1462,02	RP	
FACT.: ND 4/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1365,92	Execução judicial	2015	outubro	1365,92	RP	
FACT.: ND 16/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	49,48	Execução judicial	2015	outubro	49,48	RP	
FACT.: ND 40/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1156,53	Execução judicial	2015	outubro	1156,53	RP	
FACT.: ND 62/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1205,86	Execução judicial	2015	outubro	1205,86	RP	
FACT.: ND 64/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1015,35	Execução judicial	2015	outubro	1015,35	RP	
FACT.: ND 66/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	928,46	Execução judicial	2015	outubro	928,46	RP	
FACT.: ND 96/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	768,93	Execução judicial	2015	outubro	768,93	RP	
FACT.: ND 103/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	742,24	Execução judicial	2015	outubro	742,24	RP	
FACT.: ND 107/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	866	Execução judicial	2015	outubro	866	RP	

FACT.: ND 110/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	741,69	Execução judicial	2015	outubro	741,69	RP	
FACT.: ND 139/2013	2013	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	59,46	Execução judicial	2015	outubro	59,46	RP	
FACT.: Quotização14/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	11092	Juros de mora	2015	julho	11092	RP	
FACT.: RSU 36/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15876,35	Juros de mora	2016	janeiro	7209,88	RP	Sim
FACT.: ND 27/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	526,54	Juros de mora	2016	janeiro	526,54	RP	Sim
FACT.: exp. Sist.55/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15879,5	Juros de mora	2016	fevereiro	10837	RP	Sim
FACT.: exp. Sist.55/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15879,5	Juros de mora	2016	março	1941,92	RP	Sim
FACT.: RSU 45/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	13919,19	Juros de mora	2016	março	8895,08	RP	Sim
FACT.: RSU 45/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	13919,19	Juros de mora	2016	abril	5024,11	RP	Sim
FACT.: RSU 61/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15237,55	Juros de mora	2016	junho	10060,74	RP	Sim
FACT.: RSU 61/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15237,55	Juros de mora	2016	julho	5176,81	RP	Sim
FACT.: ES 76/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	17426,15	Juros de mora	2016	abril	5812,89	RP	Sim
FACT.: ES 76/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	17426,15	Juros de mora	2016	maio	10837	RP	Sim
FACT.: ES 76/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	17426,15	Juros de mora	2016	junho	776,26	RP	Sim
FACT.: 79 RSU/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	17149,32	Juros de mora	2016	setembro	7697,45	RP	Sim
FACT.: 79 RSU/2015	2014	020203	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	17149,32	Juros de mora	2016	outubro	9451,87	RP	Sim
FACT.: 97 ES/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	19636,74	Juros de mora	2016	julho	5660,19	RP	Sim
FACT.: 97 ES/2015	2014	020226	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	19636,74	Juros de mora	2016	agosto	10837	RP	Sim
FACT.: 97 ES/2016	2014	020227	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	19636,74	Juros de mora	2016	setembro	3139,55	RP	Sim
FACT.: ES 118/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	18551,82	Juros de mora	2016	outubro	1385,13	RP	Sim
FACT.: ES 118/2015	2014	020226	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	18551,82	Juros de mora	2016	novembro	10837	RP	Sim
FACT.: ES 118/2016	2014	020227	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	18551,82	Juros de mora	2016	dezembro	6329,69	RP	Sim
FACT.: RSU 96/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	16308,23	Juros de mora	2016	dezembro	4507,31	RP	Sim
FACT.: RSU 96/2015	2014	020203	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	16308,23	Juros de mora	2017	janeiro	10837	RP	Sim
FACT.: RSU 96/2016	2014	020204	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	16308,23	Juros de mora	2017	fevereiro	963,92	RP	Sim
FACT.: Exp.Sist.139/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	18078,99	Juros de mora	2017	fevereiro	9873,08	RP	Sim
FACT.: Exp.Sist.139/2015	2014	020226	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	18078,99	Juros de mora	2017	março	8205,91	RP	Sim
FACT.: Rec.RSU 112/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15952,33	Juros de mora	2017	março	2631,09	RP	Sim
FACT.: Rec.RSU 112/2015	2014	020203	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15952,33	Juros de mora	2017	abril	10837	RP	Sim
FACT.: Rec.RSU 112/2016	2014	020204	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15952,33	Juros de mora	2017	maio	2484,24	RP	Sim
FACT.: 66/2014	2014	030502	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Juros e outros encargos	1565,93	Execução judicial	2015	outubro	1565,93	RP	
FACT.: 47/2011/2011	2011	0202	505618451	Associação Empresarial de Lafões	Aquisição de bens e serviços	420	Juros de mora	2015	novembro	420	RP	
FACT.: 730890/2013	2013	0306	500960046	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Juros e outros encargos	98,4	Juros de mora	2015	novembro	98,4	RP	
FACT.: 9647/2013	2013	03060101	500960046	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Juros e outros encargos	10,42	Juros de mora	2015	novembro	10,42	RP	
FACT.: A - 283/2009	2009	0202	504267795	CARCOREST-Soc. de Turismo, Rest. e Agro-Indústria	Aquisição de bens e serviços	200	Juros de mora	2015	julho	200	RP	
FACT PROF: 20148000002/2014	2014	020225	100015654	Cartório Notarial de SPS - de David Gomes	Aquisição de bens e serviços	215,2	Juros de mora	2015	setembro	215,2	RP	
FACT.: 13/2012/2012	2012	0305	508707463	Construções Araducta, Lda.	Juros e outros encargos	1056,09	Execução judicial	2015	novembro	1056,09	RP	
FACT.: 41/2013/2013	2013	07010401	503369489	Construções Carlos Pinho Lda.	Aquisição de bens de capital	349,23	Juros de mora	2015	outubro	349,23	RP	
FACT.: ND 10/2011/2011	2011	030502	501564616	Construtora da Bairrada - Soc. Construção, SA	Juros e outros encargos	6737,34	Execução judicial	2016	abril	6737,34	RP	
REEMB&REST: 599/2009	2009	06020301	0	Consumos de água - IVA 6%	Outras despesas correntes	17,17	Juros de mora	2015	julho	17,17	RP	
REEMB&REST: 1472/2009	2009	06020301	0	Consumos de água - IVA 6%	Outras despesas correntes	0,5	Juros de mora	2015	julho	0,5	RP	
REEMB&REST: 75/2010	2010	06020301	0	Consumos de água - IVA 6%	Outras despesas correntes	1,64	Juros de mora	2015	julho	1,64	RP	
N.CRÉD.: 200816/2008	2008	020108	507308646	COPIGÉS - Sistemas de Identificação, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-553,68	Juros de mora	2015	julho	-553,68	RP	
FACT.: 2008603/2008	2008	020108	507308646	COPIGÉS - Sistemas de Identificação, S.A.	Aquisição de bens e serviços	536,56	Juros de mora	2015	julho	536,56	RP	
FACT.: ND 1200007/2012	2012	030502	501185224	Desinel - Informática e Electrónica, Lda.	Juros e outros encargos	67,51	Execução judicial	2015	novembro	67,51	RP	

FACT.: ND 411992106/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	11,63	Execução judicial	2015	julho	11,63	RP	
FACT.: ND411992455/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	15,97	Execução judicial	2015	julho	15,97	RP	
FACT.: ND411991568/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	7,32	Execução judicial	2015	julho	7,32	RP	
FACT.: ND411991199/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	15,46	Execução judicial	2015	julho	15,46	RP	
FACT.: ND418477736/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	22,22	Execução judicial	2015	julho	22,22	RP	
FACT.: ND418480140/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,87	Execução judicial	2015	julho	14,87	RP	
FACT.: ND418480327/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	22,65	Execução judicial	2015	julho	22,65	RP	
FACT.: ND418480624/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	9,43	Execução judicial	2015	julho	9,43	RP	
FACT.: ND418478745/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,75	Execução judicial	2015	julho	6,75	RP	
FACT.: ND 422040168/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,25	Execução judicial	2015	julho	14,25	RP	
FACT.: ND 422039793/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	10,11	Execução judicial	2015	julho	10,11	RP	
FACT.: ND 422038837/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	13,75	Execução judicial	2015	julho	13,75	RP	
FACT.: ND 422037899/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,76	Execução judicial	2015	julho	6,76	RP	
N.CRÉD.: 1257/2011	2011	020201	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-32,01	Juros de mora	2015	julho	-32,01	RP	
N.CRÉD.: 1312/2011	2011	020201	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-14,21	Juros de mora	2015	julho	-14,21	RP	
FACT.: ND 425101976/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	13,31	Execução judicial	2015	julho	13,31	RP	
FACT.: ND 425102312/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	3,04	Execução judicial	2015	julho	3,04	RP	
FACT.: ND 425100961/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	13,79	Execução judicial	2015	julho	13,79	RP	
FACT.: ND 425103809/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,54	Execução judicial	2015	julho	6,54	RP	
FACT.: ND 425103172/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	9,78	Execução judicial	2015	julho	9,78	RP	
FACT.: ND 428577812/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	18,77	Execução judicial	2015	julho	18,77	RP	
FACT.: ND 428577930/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	8,5	Execução judicial	2015	julho	8,5	RP	
FACT.: ND 428579672/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	19,12	Execução judicial	2015	julho	19,12	RP	
FACT.: ND 428579191/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	4,04	Execução judicial	2015	julho	4,04	RP	
FACT.: ND 428576426/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	11,45	Execução judicial	2015	julho	11,45	RP	
FACT.: ND 431969418/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	9,78	Execução judicial	2015	julho	9,78	RP	
FACT.: ND 431969584/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	13,79	Execução judicial	2015	julho	13,79	RP	
FACT.: ND 431970612/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	13,31	Execução judicial	2015	julho	13,31	RP	
FACT.: ND 431970084/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,54	Execução judicial	2015	julho	6,54	RP	
FACT.: ND435141002/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	5,27	Execução judicial	2015	julho	5,27	RP	
FACT.: ND435139715/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	12,84	Execução judicial	2015	julho	12,84	RP	
FACT.: ND435142269/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	18,9	Execução judicial	2015	julho	18,9	RP	
FACT.: ND435139886/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	17,02	Execução judicial	2015	julho	17,02	RP	
FACT.: ND435143449/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	3,42	Execução judicial	2015	julho	3,42	RP	
FACT.: ND435142240/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	8,9	Execução judicial	2015	julho	8,9	RP	
FACT.: ND 438435210/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,18	Execução judicial	2015	julho	14,18	RP	
FACT.: ND 438438607/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,7	Execução judicial	2015	julho	14,7	RP	
FACT.: ND 438435692/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	10,42	Execução judicial	2015	julho	10,42	RP	
FACT.: ND 438437129/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,97	Execução judicial	2015	julho	6,97	RP	
FACT.: ND 441801169/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	13,72	Execução judicial	2015	julho	13,72	RP	
FACT.: ND 441799669/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,22	Execução judicial	2015	julho	14,22	RP	
FACT.: ND 441801666/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	3,13	Execução judicial	2015	julho	3,13	RP	
FACT.: ND 441801599/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,74	Execução judicial	2015	julho	6,74	RP	
FACT.: ND 441799353/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	10,09	Execução judicial	2015	julho	10,09	RP	
FACT.: ND 445446657/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,7	Execução judicial	2015	julho	14,7	RP	

FACT.: ND 445448816/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	10,42	Execução judicial	2015	julho	10,42	RP	
FACT.: ND 445445346/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,97	Execução judicial	2015	julho	6,97	RP	
FACT.: ND 445447251/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,18	Execução judicial	2015	julho	14,18	RP	
FACT.: ND 448862490/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	6,74	Execução judicial	2015	julho	6,74	RP	
FACT.: ND 448861646/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	13,72	Execução judicial	2015	julho	13,72	RP	
FACT.: ND 448861134/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	3,13	Execução judicial	2015	julho	3,13	RP	
FACT.: ND 448863453/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	14,22	Execução judicial	2015	julho	14,22	RP	
FACT.: ND 448860592/2011	2011	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	10,09	Execução judicial	2015	julho	10,09	RP	
FACT.: EDP/J/2013	2013	0305	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Juros e outros encargos	2094,72	Execução judicial	2015	julho	2094,72	RP	
FACT.: 18828/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	16,33	Execução judicial	2015	julho	16,33	RP	
FACT.: 19178/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	16,65	Execução judicial	2015	julho	16,65	RP	
FACT.: 8658/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	18,01	Execução judicial	2015	julho	18,01	RP	
FACT.: 8976/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	14,92	Execução judicial	2015	julho	14,92	RP	
FACT.: 8552/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	25,38	Execução judicial	2015	julho	25,38	RP	
FACT.: 8985/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	10,21	Execução judicial	2015	julho	10,21	RP	
FACT.: 8960/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	11,96	Execução judicial	2015	julho	11,96	RP	
FACT.: 24527/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	27,47	Execução judicial	2015	julho	27,47	RP	
FACT.: 4827/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	16,93	Execução judicial	2015	julho	16,93	RP	
FACT.: 4161/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	17,05	Execução judicial	2015	julho	17,05	RP	
FACT.: 4432/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	38,17	Execução judicial	2015	julho	38,17	RP	
FACT.: 4480/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	11,69	Execução judicial	2015	julho	11,69	RP	
FACT.: 4244/2014	2014	030502	503504564	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	Juros e outros encargos	12,32	Execução judicial	2015	julho	12,32	RP	
FACT.: ND 58/B/2011	2011	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	6,77	Execução judicial	2015	novembro	6,77	RP	
FACT.: ND 62/B/2012	2012	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	19,4	Execução judicial	2015	novembro	19,4	RP	
FACT.: ND 67/B/2012	2012	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	12,25	Execução judicial	2015	novembro	12,25	RP	
FACT.: 78/B/2012	2012	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	3,89	Execução judicial	2015	novembro	3,89	RP	
FACT.: 81/B/2012	2012	020121	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Aquisição de bens e serviços	20,14	Juros de mora	2015	novembro	20,14	RP	
FACT.: NDJ 85/B/2012	2012	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	12,08	Execução judicial	2015	novembro	12,08	RP	
FACT.: NDJ 87B/2012	2012	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	6,14	Execução judicial	2015	novembro	6,14	RP	
FACT.: ND 89/B/2012	2012	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	5,93	Execução judicial	2015	novembro	5,93	RP	
FACT.: FDJ 5/2013/2013	2013	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	6,72	Execução judicial	2015	novembro	6,72	RP	
FACT.: FDJ 7/2013/2013	2013	030502	501559914	EMBEIRAL - Engenharia e Construção, SA	Juros e outros encargos	6,24	Execução judicial	2015	novembro	6,24	RP	
FACT.: 23/2010	2010	0202	505429527	Grupo de Danças e Cantares da Serra da Gravia	Aquisição de bens e serviços	200	Juros de mora	2015	julho	200	RP	
FACT.: 608/2012	2012	0202	502595370	Hotel do Parque-Predial das Termas-Ag.Imobiliária,	Aquisição de bens e serviços	1051,5	Juros de mora	2015	novembro	1051,5	RP	
FACT.: ND 104/2012/2012	2012	030502	505766205	HR PROTECÇÃO, S.A.	Juros e outros encargos	21,74	Execução judicial	2015	novembro	21,74	RP	
FACT.: 7001333773/2008	2008	0202	500792887	Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A.	Aquisição de bens e serviços	37,17	Juros de mora	2015	julho	37,17	RP	
FACT.: ND 201201/2012	2012	030502	502838809	Irmãos Pinho Resende, Lda.	Juros e outros encargos	9679,06	Execução judicial	2016	junho	9679,06	RP	
FACT.: ND 201202/2012	2012	030502	502838809	Irmãos Pinho Resende, Lda.	Juros e outros encargos	1926,69	Execução judicial	2016	julho	1926,69	RP	
FACT.: 13031/2013	2013	0305	502838809	Irmãos Pinho Resende, Lda.	Juros e outros encargos	948,54	Execução judicial	2016	agosto	948,54	RP	
FACT.: 13032/2013	2013	0305	502838809	Irmãos Pinho Resende, Lda.	Juros e outros encargos	856,74	Execução judicial	2016	setembro	856,74	RP	
N, CRÉDITO: 0800424/2008	2008	070107	504512340	ITS - Iberica, Lda.	Aquisição de bens de capital	-144	Juros de mora	2015	julho	-144	RP	
DOC.INT.: 4361*/2014	2014	070101	106972910	José Cardoso	Aquisição de bens de capital	1250	Juros de mora	2015	novembro	1250	RP	
DOC.INT.: 4361**/2014	2014	070101	147762316	José da Rocha Cardoso	Aquisição de bens de capital	1250	Juros de mora	2015	novembro	1250	RP	
DOC.INT.: 183/2004	2004	020225		José Luís Pereira Oliveira	Aquisição de bens e serviços	6,42	Juros de mora	2015	julho	6,42	RP	
FACT.: ND 3/2011	2011	030502	508286697	Kimiplan, Lda	Juros e outros encargos	332,75	Execução judicial	2015	novembro	332,75	RP	

FACT.: ND 11/5/2012	2012	030502	508286697	Kimiplan, Lda	Juros e outros encargos	115,64	Execução judicial	2015	novembro	115,64	RP	
REEMB&REST: 117*/2013	2013	060201	0	Loteamentos e obras	Outras despesas correntes	4920,95	Juros de mora	2015	novembro	4920,95	RP	
FACT.: 776/2011	2011	020105	508332877	Manjar do Chefe Unipessoal Lda.	Aquisição de bens e serviços	87	Juros de mora	2015	novembro	87	RP	
FACT.: 35/2012	2012	020105	508332877	Manjar do Chefe Unipessoal Lda.	Aquisição de bens e serviços	59,1	Juros de mora	2015	novembro	59,1	RP	
DOC.INT.: 346/2012	2012	01021302	212957082	Manuel Lagoa dos Santos	Despesas com pessoal	137,36	Execução judicial	2015	novembro	137,36	RP	
FACT.: P147/0102/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	75,42	Juros de mora	2015	setembro	75,42	RP	
FACT.: P1473/02/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	187,25	Juros de mora	2015	setembro	187,25	RP	
FACT.: P1473/03/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	520,14	Juros de mora	2015	setembro	520,14	RP	
FACT.: P1473/04/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	338,09	Juros de mora	2015	setembro	338,09	RP	
FACT.: P1570/0102/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	75,42	Juros de mora	2015	setembro	75,42	RP	
FACT.: P1570/02/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	187,25	Juros de mora	2015	setembro	187,25	RP	
FACT.: P1570/03/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	520,14	Juros de mora	2015	setembro	520,14	RP	
FACT.: P1570/04/2010	2010	0202	503755397	Medicisforma-Medicina no Trabalho, Higiene e Segur	Aquisição de bens e serviços	338,09	Juros de mora	2015	setembro	338,09	RP	
FACT.: 1200118/2012	2012	030502	500384436	Mendes & Irmãos, L.da	Juros e outros encargos	1051,4	Execução judicial	2015	novembro	1051,4	RP	
FACT.: 1200126/2012	2012	030502	500384436	Mendes & Irmãos, L.da	Juros e outros encargos	113,15	Execução judicial	2015	novembro	113,15	RP	
FACT.: 1200164/2012	2012	030502	500384436	Mendes & Irmãos, L.da	Juros e outros encargos	109,38	Execução judicial	2015	novembro	109,38	RP	
FACT.: ND 1300014/2013	2013	030502	500384436	Mendes & Irmãos, L.da	Juros e outros encargos	152,9	Execução judicial	2015	novembro	152,9	RP	
FACT.: NDJ 1300036/2013	2013	030502	500384436	Mendes & Irmãos, L.da	Juros e outros encargos	133,33	Execução judicial	2015	novembro	133,33	RP	
FACT.: NDJ 1300056/2013	2013	030502	500384436	Mendes & Irmãos, L.da	Juros e outros encargos	149,48	Execução judicial	2015	novembro	149,48	RP	
FACT.: 764/2012	2012	030502	500654182	Moreira Pinto, Lda	Juros e outros encargos	14856,88	Execução judicial	2016	maio	14856,88	RP	
FACT.: C.PJ 30.5/2009	2009	020225	502530863	Movijovem - CIPRL	Aquisição de bens e serviços	273,5	Juros de mora	2015	julho	273,5	RP	
FACT.: 65/2012	2012	01021302	182787478	Nelson César Ramos da Silva Abreu	Despesas com pessoal	68,68	Execução judicial	2015	novembro	68,68	RP	
REEMB&REST: 27/2012	2012	06020301	0	Outros serviços-Sem IVA	Outras despesas correntes	10,22	Juros de mora	2015	novembro	10,22	RP	
FACT.: 458/2013	2013	0305	507473850	Paiva Santos - Sociedade de Construções, Lda.	Juros e outros encargos	5717,9	Execução judicial	2015	novembro	5717,9	RP	
FACT.: ND 120080/2012	2012	030502	502896604	Paviazeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	Juros e outros encargos	11448,54	Execução judicial	2016	fevereiro	11448,54	RP	
N.CRÉD.: NC 120021/2012	2012	030502	502896604	Paviazeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	Juros e outros encargos	-4323,66	Execução judicial	2016	fevereiro	-4323,66	RP	
REEMB&REST: 11/2012	2012	060201	0	Resíduos sólidos	Outras despesas correntes	12	Juros de mora	2015	novembro	12	RP	
REEMB&REST: 88/2012	2012	06020301	0	Resíduos sólidos	Outras despesas correntes	36	Juros de mora	2015	novembro	36	RP	
REEMB&REST: 367/2012	2012	06020301	0	Resíduos sólidos	Outras despesas correntes	12	Juros de mora	2015	novembro	12	RP	
REEMB&REST: 368/2012	2012	06020301	0	Resíduos sólidos	Outras despesas correntes	12	Juros de mora	2015	novembro	12	RP	
REEMB&REST: 262/2013	2013	06020301	0	Resíduos sólidos	Outras despesas correntes	12	Juros de mora	2015	novembro	12	RP	
REEMB&REST: 263/2013	2013	06020301	0	Resíduos sólidos	Outras despesas correntes	12	Juros de mora	2015	novembro	12	RP	
REEMB&REST: 14/2013	2013	06020301	0	Resíduos sólidos	Outras despesas correntes	36	Juros de mora	2015	novembro	36	RP	
FACT.: ND 2011_140/2011	2011	030502	500231206	Resopre - Soc. Revendedora de Aparelhos de Precisão	Juros e outros encargos	353,71	Execução judicial	2015	novembro	353,71	RP	
FACT.: 2012/86/2012	2012	030502	500231206	Resopre - Soc. Revendedora de Aparelhos de Precisão	Juros e outros encargos	103,87	Execução judicial	2015	novembro	103,87	RP	
FACT.: ND 2012_209/2012	2012	030502	500231206	Resopre - Soc. Revendedora de Aparelhos de Precisão	Juros e outros encargos	189,03	Execução judicial	2015	novembro	189,03	RP	
FACT.: ND 46/2012	2012	030502	501823212	Seabra Tavares - Formulários, Lda.	Juros e outros encargos	139,03	Execução judicial	2015	novembro	139,03	RP	
FACT.: ND 2011008/2011	2011	030502	501394125	Silva Brandão & Filhos, Ida	Juros e outros encargos	420,92	Execução judicial	2015	novembro	420,92	RP	
FACT.: 641/2012	2012	020203	502840722	Solercine-Projetos e Equipamentos Cinematográfico	Aquisição de bens e serviços	2478,86	Juros de mora	2015	novembro	2478,86	RP	
FACT.: 25877/2009	2009	020117	500582734	Somelgás - Soc. Electrod. e Gás, Lda	Aquisição de bens e serviços	33	Juros de mora	2015	julho	33	RP	
FACT.: F30-13/07251/2013	2013	020225	500257841	SPA-Sociedade Portuguesa de Autores	Aquisição de bens e serviços	1325	Juros de mora	2015	novembro	1325	RP	
DOC.INT.: 618/2012	2012	040802	216906644	Susana Maria Silva Figueiredo Ferreira	Transferências correntes	19,21	Juros de mora	2015	novembro	19,21	RP	
FACT.: 212R00021/2012	2012	0201	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Aquisição de bens e serviços	67	Juros de mora	2015	novembro	67	RP	
FACT.: 212R00022/2012	2012	0201	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Aquisição de bens e serviços	67	Juros de mora	2015	novembro	67	RP	
FACT.: ND 350/2012	2012	030502	503998915	TOPGIM - Material Desportivo e Lazer, Lda	Juros e outros encargos	72,92	Execução judicial	2015	novembro	72,92	RP	

REEMB&REST: 150/2013	2013	06020301	0	Trabalhos por conta de particulares-IVA Tx Normal	Outras despesas correntes	10	Juros de mora	2015	novembro	10	RP	
FACT.: 120592/2012	2012	020117	501492437	Vissoldas-Máq., Ferramentas e Materiais de Soldadu	Aquisição de bens e serviços	272,14	Juros de mora	2015	novembro	272,14	RP	
FACT.: 674/2009	2009	0202	503039063	ZON TV Cabo Portugal S.A.	Aquisição de bens e serviços	31,99	Juros de mora	2015	julho	31,99	RP	